



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

**BRUNO LEONARDO GALDINO DE AZEVEDO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
A DEFICIÊNCIA COMO RESISTÊNCIA ACONTECIMENTAL**



**PRESIDENTE PRUDENTE - SP  
2020**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

BRUNO LEONARDO GALDINO DE AZEVEDO

**BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
A DEFICIÊNCIA COMO RESISTÊNCIA ACONTECIMENTAL**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP/Campus de Presidente Prudente/SP, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barbosa Lopes

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Humano, Diferença e Valores.



**PRESIDENTE PRUDENTE - SP  
2020**

A994e      Azevedo, Bruno Leonardo Galdino de  
                Educação inclusiva : a deficiência como resistência acontecimental  
                / Bruno Leonardo Galdino de Azevedo. -- Presidente Prudente, 2020  
                119 f.

                Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
                Orientador: Rodrigo Barbosa Lopes

                1. Biopolítica. 2. Deficiência. 3. Educação Inclusiva. 4. Diferença.  
                5. Acontecimento. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A DEFICIÊNCIA COMO RESISTÊNCIA ACONECIMENTAL.

**AUTOR: BRUNO LEONARDO GALDINO DE AZEVEDO**

**ORIENTADOR: RODRIGO BARBOSA LOPES**

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. RODRIGO BARBOSA LOPES

Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/Câmpus de Presidente Prudente

  
Prof. Dr. DIVINO JOSÉ DA SILVA

Departamento de Educação / Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

**VIDEOCONFERÊNCIA**  
Prof. Dr. ALEXANDRE FILORDI DE CARVALHO  
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Presidente Prudente, 29 de janeiro de 2020

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é dizer obrigado, mais do que obrigado por, obrigado a. Mas nunca conseguimos agradecer em conformidade ao pretendido, o obrigar-se está em acordo com o desacordo da retribuição. O obrigado remete à consciência da impossibilidade de reciprocidade e conseqüentemente a necessidade de alguma possibilidade de reparação. Começo por agradecer aos familiares, pela trajetória de vida. Filho, com orgulho, de uma empregada doméstica, nordestina, analfabeta, Francisca Galdino de Azevedo, que ensinou valores que hoje carrego em minha formação ética. Falecida, a homenageio em memória, por todas as vezes que acreditou em mim, mesmo sem dizer uma palavra, que abdicou de muitas coisas, muitas que nem pude conceber, em nome da família, especificamente por minha causa. Essa causa que somos sem perceber e que nos damos conta quando efeitos de um acontecimento trágico nos arrebatam. Dela cultivo o Galdino, como do índio queimado vivo por filhos de uma elite brasiliense, a consanguinidade nativa desse solo. Meu pai, Cláudio Borges de Azevedo, um homem íntegro, de uma origem camponesa, que conheceu a lida no campo e depois o trabalho na indústria. Nascido na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, talvez daí venha minha ambigüidade. Seus valores também compuseram esse *ethos* que ainda sou. Também abdicou pela família, sempre primando pela educação, por princípios de honra, de honestidade, de integridade. Juntos me conduziram, dos primeiros passos às primeiras letras. A paternidade me legou o parentesco lusitano, acabei, como grande parte da população brasileira, herdando no sangue a mistura de opressores e oprimidos, colonizadores assassinos e colonizados resistentes. A grande fortuna é poder olhar para trás e saber que nada foi em vão, já que a caminhada até este momento, caindo e soerguendo, faz-se enriquecedora, por me extravasar e ter efeitos além do esperado. Aos pais, que procuro honrar através de ações que não sejam apenas específicas a meus próprios anseios. Somos feitos sem saber para onde vamos e importa continuar fazendo para que o movimento continue.

À família que também construo, agradeço minha esposa, Ana Carolina Colnago Roco de Azevedo, com nome extenso como de uma verdadeira rainha, não por desejar ou pertencer à elite monetária ou aristocrática, mas por possuir aquele tipo de nobreza das pessoas únicas, significativas e marcantes, que trilha o caminho comigo. Me acolhendo, me amando, acreditando junto. Me inspira com sua inteligência, sua força, sua integridade, sua

sensibilidade. Que grande dádiva amar uma feminista, que é brilhante não apenas intelectualmente, mas em cada detalhe que abraça de forma única e faz de cada momento um acontecimento. Seus olhares atentos na ajuda das revisões, suas contribuições literárias, acadêmicas, afetivas. Não posso conceber esse momento sem a sua presença, impossível estar aqui sem você. Amiga, amante, companheira, guerreira, mulher. Aos nossos gatos. Jamais poderia esquecer que sua família também me acolheu e se tornou minha família. A árvore foi podada quando eu saí de minha terra natal para que se espalhasse em forma de rizoma.

Não posso deixar de mencionar todos os amigos, conhecidos, qualquer um dos muitos que fizeram parte dessa construção coletiva. Em especial, os professores que sempre contagiaram, do ensino básico ao superior, do ciclo de alfabetização, passando pelas disciplinas escolares e chegando à graduação em História. A felicidade de fazer parte da Pedagogia e o privilégio de estar na FCT/UNESP, com profissionais incríveis, que me inspiram tanto. Aos colegas da graduação em Pedagogia, a cada funcionário que faz parte da UNESP, ao Departamento de Educação, Coordenação, aos que cuidam da Biblioteca (um espaço tão querido por mim), do grupo de pesquisa em filosofia e das turmas das disciplinas cursadas na pós-graduação, que tanto me ensinaram. Ao PPGE, com uma equipe incrível, sempre disposta a auxiliar, em especial a Seção Técnica de Pós-Graduação. Ao professor Pedro Angelo Pagni, pelo parecer e suas contribuições incomensuráveis, além do privilégio de assistir sua disciplina em Marília. Agradeço à UNESP/Marília, pelo acolhimento e aprendizado, com pessoas únicas que tive oportunidade de conhecer. Ao professor Divino José da Silva, uma das pessoas mais empolgantes que conheci, com seu brilhantismo e generosidade, suas aulas e sua postura são referências que me guiam, um grande privilégio tê-lo como avaliador e uma estima imensa reservo a esse grande mestre. Ao professor Alexandre Filordi de Carvalho, pela cordialidade e generosidade em avaliar, ensinar com tanta maestria e contribuir significativamente com suas análises cirúrgicas e bem-humoradas. Acredito que as pessoas que conseguem se servir da ironia, de uma forma elegante, são as mais interessantes. Fazem-nos refletir com seu escárnio desconcertante. Bergson e Nietzsche atestaram a importância e a seriedade do riso. Agradeço a CAPES pelo financiamento, viabilizando uma pesquisa com dedicação exclusiva, o que favoreceu o desenvolvimento do trabalho.

Para finalizar os agradecimentos, cito as palavras de Deleuze e Guattari, nas primeiras linhas de “Mil Platôs Vol. 1”: “Escrevemos o *Anti-Édipo* a dois. Como cada um

de nós era vários, já era muita gente. Utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante”. Impossível desenvolver essa pesquisa sem o professor Rodrigo Barbosa Lopes. Mais que um orientador, com sua generosidade, paciência, inteligência inigualáveis. Em diversos momentos escrevia e me recordava de sua voz, suas palavras entoadas em nossos encontros. Longe de dizer que escrevia como ele, mas afirmo ter escrito com ele. Nos misturamos a ponto de eu não poder dizer que começava ali e ele intercedia aqui, aliás, nosso encontro ocorria no intermezzo e não nas intervenções. Em cada momento de incertezas, a memória trazia as palavras de desconforto que diziam que é no problema que o trabalho se desenvolve, é preciso estar desconfortável para mudar as posições. Um exemplo de ética, de mestre ao ministrar aulas como se estivesse regendo uma orquestra, procurando cada detalhe que possa levar à afinação. A sutileza do olhar que consegue perscrutar aquilo que faz parte de nós e não conseguimos perceber. Uma referência que levo para a vida e que me faz sentir o peso de uma responsabilidade que não é um fardo, mas uma alegria que é potencializada. Lendo autores que me fascinam, imaginava quando poderia desfrutar de uma companhia destas, e além das expectativas, me vi sob a orientação de quem possui a grandeza dos que me entusiasma. Com todo o respeito hierárquico, apesar de todo o formalismo científico, sinto que mais do que uma orientação, pude desenvolver uma amizade. De alguma forma consegui roubar, deleuzeanamente falando, meu orientador. Mas também fui roubado, de alguma maneira também me fizeram um filho pelas costas e agora existe essa amálgama, sem que sejamos um absoluto, já que não abdicamos de nossas linhas de fuga. Mais do que que agradecer pelo que sou, fico tremendamente grato pelo que deixei de ser, por chegar a essa etapa sabendo que não sou mais o mesmo e que nem deveria ser. A forma de retribuir será também me misturar a outros, fazendo com que possibilidades de não ser se somem a ponto de não mais podermos identificar um EU. Mais do que isso. “Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados”. (DELEUZE & GUATTARI, 2009, p. 11).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Talvez saiba melhor do que ninguém por que só o homem ri: só ele sofre tão profundamente a ponto de precisar inventar o riso. O mais infeliz e melancólico animal é, como é justo, o mais alegre.

*(Friedrich Nietzsche)*

## RESUMO

Esta pesquisa aborda estudos relativos à Filosofia da Educação, tendo como objetivo tratar do tema da deficiência e suas implicações no cenário educacional brasileiro, sendo balizada por trabalhos realizados por pesquisadores prestigiados no cenário nacional no início do Século XXI, quando ocorre uma proliferação das políticas de inclusão. O escopo do tema desenvolvido reflete sobre o problema da inclusão como dispositivo de biopolítica, tendo como principal referencial teórico o filósofo francês Michel Foucault. O tema da educação inclusiva tem feito parte de intenso e recente debate em diversas áreas, com ressonâncias filosóficas e políticas. Ao adentrar a esfera do biopoder, questiona-se o processo de normalização e as funções atribuídas, no tocante ao público deficiente, não mais partir de parâmetros pré-estabelecidos e respaldados por uma eficiência de escopo capitalista, mas sim partir da própria deficiência como força de transformação. A diversidade também se encontra em um processo de modulação das diferenças e conseqüentemente de anulação das singularidades, o que reforça as práticas de governamentalidade, que não apenas sujeitam os corpos através de uma instrumentalização disciplinar, mas também criam um verniz que permite tratar do tema de forma adequada aos padrões de normalização. Na prática, retrógrados métodos de exclusão procuram modernizar a segregação, atualizados por novos dispositivos de inclusão. O saber-poder se espalha nesse espaço de sujeição e atua dentro do Educação com força da institucionalização. Na tentativa de diagnosticar essa problemática da inclusão, a filosofia da diferença do filósofo francês Gilles Deleuze aparece também como aporte teórico. Ao otimizar outras perspectivas, envereda-se pela possibilidade de pensar a deficiência pela acontecimentalização foucaultiana, não mais por uma submissão à eficiência neoliberal, mas por uma imanência que parte da própria diferença e se faz resistência acontecimental. Por fim, uma tentativa de práxis acontecimental, em que o singular procura emergir da sujeição para assim promover um novo fôlego às práticas educacionais, onde a deficiência assume o protagonismo e promove possibilidades de criação, enunciando a filosofia da diferença na contramão da diverso e dos mecanismos inclusivos de subjugação. Os sujeitos “Como Uns” resistem ao enquadramento dos Comuns.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Deficiência; Educação Inclusiva; Diferença; Acontecimento.

## ABSTRACT

This research addresses studies related to the Philosophy of Education, aiming to address the theme of disability and its implications in the Brazilian educational scenario. It is based on studies by prestigious researchers in the national scenario at the beginning of the 21st Century, when there is a proliferation of education policies. inclusion. The scope of the developed theme reflects on the problem of inclusion as a device of biopolitics, having as main theoretical reference the French philosopher Michel Foucault. The theme of inclusive education has been part of intense and recent debate in several areas, with philosophical and political resonances. When entering the sphere of biopower, the process of normalization and the functions attributed to the disabled public are questioned, no longer starting from pre-established parameters and supported by an efficiency of capitalist scope, but starting from the deficiency itself as a force. of transformation. Diversity is also in a process of modulation of differences and consequently of the annulment of singularities, which reinforces the practices of governmentality, which not only subject bodies through disciplinary instrumentalization, but also create a varnish that allows us to address the theme of appropriate to normalization standards. In practice, retrograde exclusionary methods seek to modernize segregation, updated by new inclusion devices. Knowledge-power spreads in this space of subjection and acts within Education with the force of institutionalization. In an attempt to diagnose this inclusion problem, the philosophy of difference of the French philosopher Gilles Deleuze also appears as a theoretical basis. In optimizing other perspectives, one is guided by the possibility of thinking about disability through Foucaultian happenings, no longer by a submission to neoliberal efficiency, but by an immanence that starts from the difference itself and becomes eventual resistance. Finally, an attempt at eventual praxis, in which the singular seeks to emerge from subjection in order to promote a new breath to educational practices, where disability takes the leading role and promotes possibilities for creation, enunciating the philosophy of difference against the diverse and the diverse. inclusive mechanisms of subjugation. The “As Ones” subjects resist the framing of the Commons.

**Keywords:** Biopolitics; Deficiency; Inclusive education; Difference; Event.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	- 3 -
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	- 10 -
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	- 14 -
<b>A INCLUSÃO NAS TRAMAS DA BIOPOLÍTICA</b> .....	- 14 -
1.1 Insinuações inclusivas e trilhas da deficiência.....	- 14 -
1.2. Biopolítica inclusiva .....	- 20 -
1.3. Problematizando as diferenças.....	- 26 -
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	- 42 -
<b>ACONTECIMENTALIZANDO COM A DEFICIÊNCIA</b> .....	- 42 -
2.1. A emergência da diferença .....	- 42 -
2.2. O (des)encaixe da diferença acontecimental no discurso inclusivo.....	- 53 -
2.3. Acontecimentalização .....	- 64 -
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	- 72 -
<b>A DEFICIÊNCIA COMO RESISTÊNCIA ACONTECIMENTAL</b> .....	- 72 -
3.1. Resistência acontecimental .....	- 72 -
3.2. Educação como resistência .....	- 79 -
3.3. Deficiência e diferença, por uma ontologia da Diferência .....	- 93 -
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	- 103 -
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	- 106 -

## INTRODUÇÃO

Tratar do tema da inclusão exige um trabalho árduo em razão de suas implicações sociais. Ao pensarmos no *boom* – ocorrido no final do século XX e mais enfaticamente no início do século XXI – das políticas de inclusão, investigamos tal emergência e as suas implicações na educação. A presente dissertação pretende problematizar a inclusão, não deixando de ressaltar a importância do processo inclusivo e os benefícios adquiridos pelos indivíduos que, ao longo da história, ficaram à margem das políticas públicas. Em especial, trataremos das pessoas classificadas como deficientes e da perspectiva de déficit em que elas estão projetadas.

A deficiência quando conceituada nessa perspectiva parte de uma construção normativa excludente. Por muito tempo, os manicômios fizeram o papel de depósito humano, onde pessoas eram esquecidas, retiradas do convívio social e destituídas de direitos. Marginalizar contingentes populacionais faz parte de um problema causado pela fragilidade do desenvolvimento social, observado por Michel Foucault, e amplamente tratado no tema da biopolítica. O controle da população e a separação entre quem faz parte da norma e quem fica à margem dela, ou seja, os normais e os anormais, aludem a uma dualidade infértil. O problema posto é que o próprio termo “inclusão” já carrega em si a prerrogativa de que, para incluir, é preciso não mais excluir, levando à constatação de que partimos de um processo histórico de exclusão.

Referências sobre o tema, tais como Sílvio Gallo, Alfredo Veiga-Neto, Pedro Angelo Pagni, Sylvio Gadelha, Alexandre Simão Freitas, Maura Corcini Lopes e Alexandre Filordi de Carvalho expuseram questões relevantes para elucidar a lógica das políticas de inclusão, desenvolvendo todo um arcabouço teórico que trata, especificamente, das abordagens feitas no Brasil. Em especial no campo da Filosofia da Educação, buscamos inicialmente traçar uma linha do tempo que possa evidenciar o movimento crescente do processo inclusivo. As escolas têm sido modificadas, desde a sua estrutura física até as práticas de ensino, com o intuito de atender às novas demandas de inclusão, o que reforça a relevância de debater o tema e a importância da participação da sociedade civil.

Inverter o olhar é não mais ver a partir da norma, mas buscar as visões que foram obliteradas. “Talvez seja preciso revirar nossas crenças mais antigas admitindo que os loucos (só eles) têm consciência de sua diferença para conosco. Só eles seriam senhores disso. Decorre daí nossa pressa em controlá-los e impor-lhes nosso poder”. (FOUCAULT, 2012a,

p. 8). Assim como o denominado louco, a pessoa portadora do estigma da deficiência é classificada pela lógica simbólica que a precede. "Você foi um louco, portanto, até o final de sua vida você será aquele que foi louco. Na ordem da doença mental, não se verifica o sintoma, ele **marca**." (FOUCAULT, 2012a, p. 8, grifo do autor). Fugir de tais marcas ou ultrapassar a perspectiva simbólica é uma das hipóteses aqui desenvolvidas. A título de exemplo, lembramos do que disse Gilles Deleuze, quando comentou sobre a necessidade de existir de um livro:

Creio que um livro, se ele merece existir, pode ser apresentado sob três aspectos rápidos: [...] 1) se a gente acha que os livros sobre o mesmo tema ou sobre um tema próximo caem num tipo de *erro* global (função polêmica do livro); 2) se a gente pensa que alguma coisa de essencial foi *esquecida* sobre o tema (função inventiva); 3) se a gente se acha capaz de criar um novo conceito (função criadora). (DELEUZE, 2018a, p. 88, grifo do autor).

Com base nisso, tratamos nos dois primeiros capítulos do “erro global” de pensarmos a inclusão na perspectiva universal, que visa a todos contemplar, quando sabemos de antemão que é impossível abarcar toda a multiplicidade de realidades. A contestação se dá no campo da generalização, que pretende, com as práticas inclusivas, atender às demandas dos grupos sociais. Hoje existem políticas voltadas aos marginalizados, mas isso impede que surjam novas formas de exclusão? O agravamento dos conflitos, inclusive no âmbito escolar, demonstra uma necessidade de repensar a forma como lidamos com as relações humanas. Outro ponto fulcral é analisarmos o aspecto sob o signo do qual somos considerados incluídos.

Ao nos convenceremos da necessidade de pertencimento para a garantia de direitos, cedemos ao jogo de poder que visa a administrar as existências e a atender a interesses mercadológicos que não priorizam o qualitativo das relações. O imperativo é o quantitativo, para angariar adeptos que endossem o progresso da maquinaria de controle, com os seus dispositivos que encarceram e capitalizam os valores éticos. Os indivíduos são peças-chave de uma engrenagem que atua pelo governmentação, ou seja, agem nas microrrelações de poder.

Aqui se segue outro aspecto exposto por Deleuze, que trata da “coisa essencial que foi esquecida”. O que teria sido esquecido pelo sistema de controle imposto pela biopolítica neoliberal e que a inclusão reproduz como uma falsa amnésia? A resposta aparecerá no decorrer da escrita, e se trata da *diferença*. Por exemplo:

O simples fato de incluir uma criança considerada deficiente numa classe regular não significa necessariamente o rompimento das tutelas dos especialistas e das separações hierarquizadas pela negatividade da falta. Pode até redundar em algo mais negativo: o desprezo pela diferença e a desobrigação do poder público do dever de educá-la. Sem recursos materiais e humanos que atendam efetivamente as diferenças, as crianças deficientes estarão condenadas ao abandono. É que a diferença precisa ser pensada como positividade, como diferença pura e não pelo par platônico da identidade-semelhança, que tem sido, em nosso mundo, o fundamento da noção burguesa da igualdade. Dessa forma, o que hoje se rotula como deficiência será sempre comparado a um modelo, a uma norma ideal, um valor absoluto em relação ao qual estaremos sempre em falta. (LOBO, 2015, p. 212 - 213).

O trabalho é desenvolvido a partir da constatação da exclusão da diferença das relações humanas, do campo social. Mesmo considerando o fator da diversidade, ainda estamos reféns de uma coletividade que coopta o diverso para fazê-lo comum. Isso quer dizer que somos todos diversos, logo ninguém é diferente, estamos todos capturados pelo regime da identidade e da semelhança. O problema é a redução da diferença à diversidade, tendo em vista que muitas garantias, inclusive a de assistência financeira, estão vinculadas à noção de pertencimento. A gravidade da questão não está em se relacionar, em pertencer a um grupo, mas consiste em tomar os indivíduos pela falta que os define, de acordo com a qual o déficit é uma moeda de barganha no jogo da seguridade que a biopolítica promove.

Já, assumir a deficiência como positividade é uma tarefa árdua, não isenta de dificuldades. Garantir direitos sem comprometer as liberdades, promover a autonomia, a solidariedade, é um desafio muito grande. A própria multiplicidade existencial faz um trabalho de reinvenção, criando o movimento de conflito ou de atração, jamais de extermínio ou de exclusão. Curiosamente, “[...] as muitas formas de inclusão que podemos ver na atualidade só foram possíveis pela crescente presença do Estado no fomento e na regulação das ofertas de outras possibilidades de vida para aqueles que sofreram discriminação negativa”. (LOPES, M. 2015, p. 293). Tal fator, a presença estatal, reforça o caráter de racionalidade governamental, levados em conta pelos estudos de Foucault acerca da evolução de uma biopolítica.

Chegamos ao terceiro aspecto do excerto deleuzeano, a necessidade de inovar. Eis que aparece a proposta de acontecimentalizar a deficiência, não mais restrita aos ditames da racionalidade governamental, mas surgindo da força singular do *devoir deficiente*. Não mais ignorar o fator trágico e acidental da existência humana, restrito às concepções totalizadoras. É pela proliferação do múltiplo que fertilizamos novas possibilidades:

A definição de entropia leva em conta ao mesmo tempo a repartição no espaço dos elementos de base considerados e seus níveis de energia: ora, uma variação da entropia só pode concernir a uma modificação destes últimos. Em outras palavras, a realização de um estado de equilíbrio, longe de corresponder à “ordenação” de um sistema, implica, ao contrário, que ele seja o mais desordenado possível e, pois, que favoreça o aparecimento de situações locais singulares. (TONELLATI apud GUATTARI, 1988, p. 12 - 13).

É justamente em razão da importância do tema do acontecimento que procuramos realizar uma aproximação entre Foucault e Deleuze, não como uma analogia, mas como uma tentativa de complementaridade. No segundo e terceiro capítulos, tencionamos a perspectiva da própria biopolítica. Ao lançarmos o olhar sobre o conceito de inclusão, descobrimos que há a percepção da diferença no que se refere a graus e não à natureza, cabendo aqui a investida filosófica de Deleuze (1999), ao tratar do devir na perspectiva da filosofia de Henri Bergson, com a qual acreditamos que o acontecimento e a potencialidade da diferença podem promover um processo revolucionário a partir da positividade da deficiência.

Sim, diria Foucault, a novidade acontece na história porque a produção de subjetividade cria resistência aos dispositivos de poder. Sim, responderia Deleuze, o novo advém à história porque a resistência encontra a linha de fuga para fora dos próprios dispositivos de poder, de modo que os processos de subjetivação encontram-se para além das relações de força características das práticas de poder. (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 101).

Assim, procuramos contribuir com a investigação sobre o tema da inclusão, reforçando a importância da diferença e do sujeito não mais portador da deficiência; que as escolas aprendam a lidar com o novo, revendo as políticas implementadas, angariando novos olhares na busca por uma humanização dos processos, ampliando as liberdades e promovendo a pluralidade; que os educadores estejam abertos ao constante aprendizado; que os arquétipos sejam abolidos para lidarmos com a originalidade, a novidade. É nosso objetivo pensar a deficiência não mais pelo signo da eficiência, mas pela diferença em si mesma, não no sentido do abstrato, mas de uma ontologia prática, da concretização de uma intensidade que não se restringe a lógicas limitadas ou limitadoras.

## CAPÍTULO 1

### A INCLUSÃO NAS TRAMAS DA BIOPOLÍTICA

#### 1.1 Insinuações inclusivas e trilhas da deficiência

Foi o historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) quem expôs a perspectiva de que o século XX foi uma “Era dos Extremos” (1995). O Brasil, participando da história mundial desse período, consignou a aclamação popular de um processo de redemocratização com a promulgação da Constituição de 1988. E é sob a égide do Estado Democrático de Direito que a sociedade brasileira caminha neste início de século, esperançosa, onde os direitos fundamentais e sociais são difundidos, e defendidos os discursos que os promovem no meio social, com destaque para as políticas públicas que procuram instituir os novos padrões desejados pela sociedade.

A importância da Constituição de 1988 está em sua abrangência, conhecida também como “Constituição Cidadã”, já que buscou ampliar direitos, alcançar aqueles que outrora se encontravam em estado de marginalidade e, principalmente, promover a integração dos cidadãos ao Estado Democrático. Movimentos sociais eclodiram pelo mundo “civilizado”, com destaque para os movimentos feminista, o negro, e o da antipsiquiatria, que na França efervescia na década de 1950, contexto no qual o filósofo Michel Foucault produziu a tese “História da Loucura na Idade Clássica” (2007). Os reflexos de tais acontecimentos foram sentidos mundo afora, e influenciaram a sociedade brasileira.

Buscando consolidar os parâmetros de um “novo pacto social”, a sociedade civil se viu diante do desafio de definir quem seria o cidadão de direito, já que a busca pela garantia jurídica perpassava a noção de pessoa. Merece destaque nessa conjuntura o problema da inclusão, em relação ao qual todos aqueles que viviam na clandestinidade ressurgem em busca do reconhecimento de sua dignidade, desejosos de serem assistidos pelo poder estatal, reivindicando as condições de igualdade perante o corpo social. O valor da equanimidade passou a vigorar na jurisprudência, atrelado ao dever do Estado que repercute no Executivo e no Legislativo. Quem seria esse sujeito deficiente, que surge engrossando a massa de cidadãos, disputando o espaço público abarcado pela governamentalidade do Estado? Esse sujeito, há tanto tempo obscurecido pelas instituições que o privavam do mínimo de autonomia, agora amplia a luta em nome da liberdade, em um “processo de alforria” que

muitas vezes esbarra na própria resistência familiar, a qual impõe limites à transferência de responsabilidades, já que muitos antigos internos estão agora sob a supervisão de parentes, sendo reintegrados ao domicílio de origem.

No Brasil, no fim do século XX, ainda existiam instituições de internamento que atuavam de forma desumana em relação aos internos, como o que podemos ver nos relatos registrados por obras como a da jornalista Daniela Arbex, intitulada “Holocausto Brasileiro” (2013), fazendo com que mudanças em relação à ordem psiquiátrica, mas também em relação à jurisprudência, enquadrassem pessoas em categorias, como a de “anormal”, sendo instrumentalizadas por um aparato repressivo e de cárcere, um banimento do convívio social através de internações e do comprometimento cognitivo por overdoses medicamentosas. Foucault esclarece que:

A grande família indefinida e confusa dos “anormais”, que amedrontará o fim do século XIX, não assinala apenas uma fase de incerteza ou um episódio um tanto infeliz na história da psicopatologia; ela foi formada em correlação com todo um conjunto de instituições de controle, toda uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição; e, quando tiver sido quase inteiramente coberta pela categoria da “degeneração”, dará lugar a elaborações teóricas ridículas, mas com efeitos duradouramente reais. (FOUCAULT, 2010j, p. 285).

O que esperar de um século rebento, que possui esse olhar progressista, mas com fortes vínculos nos fatos precedentes? Em busca de respostas, propomos retornar ao final do século XX, como em uma análise póstuma. Como incluir todos esses marginalizados que viviam em um limbo social – muitas vezes semelhante à imagem de um purgatório –, relegados às trevas de uma sociedade “iluminada” que não apreciava o dissabor da desrazão? O ato de inclusão marca justamente a disparidade, reforça o que está fora, buscando integrar o anômalo. A deficiência se torna signatária do processo inclusivo, onde o imperativo dos ajustes traz as pessoas das zonas de exclusão para o campo das inclusões. Quem são os excluídos, os desajustados, os desadaptados? A partir deste ponto, enveredamos por exemplos de relações nacionais e internacionais que demarcam a trajetória das políticas de inclusão. Uma nova racionalidade alargou o repertório legislativo e fez com que, em 1994, a Portaria do Ministério da Educação nº 1.793 recomendasse a integração da pessoa portadora de necessidades especiais, abarcando aspectos éticos, políticos e educacionais. O aparecimento, ou ressurgimento, do “ser especial” culminou na segregação classificatória, que passou a determinar quem seria incluído, traçando parâmetros normativos para a

inclusão ou não dos indivíduos ao amplo convívio social. Deve-se ater aos movimentos internacionais que balizam o desenvolvimento da proposta inclusiva no cenário brasileiro, como em 1990, na Tailândia, publicou-se a Declaração de Jomtien, que visava a uma inclusão de todos na escola, devido aos altos índices de crianças sem escolarização. Na Espanha, em 1994, a Declaração de Salamanca também fortaleceu a necessidade de ampliar o acesso à escola e salientou a importância de atender ao público portador de necessidades especiais.

Avançando no tema da assistência à pessoa especial, a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) assegurou a todos uma educação equitativa com incentivo público, no intuito de garantir ao educando a qualidade de ensino, visando a estabelecer critérios de padronização técnica em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, mas que se tornaram centros de segregação em que se encontravam os não “normais”, os não adaptados, os quais necessitavam de um tratamento diferenciado, com um espaço próprio para atendê-los e mantê-los nos “guetos” de uma sociedade segmentada, como por exemplo, as instituições criadas para atender especificamente aos indivíduos com deficiência.

O deficiente, habitando as margens, transbordou as linhas de demarcação, fazendo com que, em 1999, o Decreto nº 3.298 definisse a educação especial como transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, criando vínculos que o integrariam à escola a partir de uma interdisciplinaridade curricular, uma vez que a necessidade de integrá-lo demonstrava a permanência da exclusão, promotora de verdadeiros abismos curriculares. A pluralidade almejada procurava democratizar as práticas de ensino, fomentando um discurso de cidadania que permeava toda uma rede de saberes desenvolvidos sob a perspectiva normativa do conhecimento, diagnosticado a partir das emergências sociais atualizadas pela racionalidade governamental. No mesmo ano, a Resolução nº 4 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) tratou da profissionalização no nível técnico, com atenção ao deficiente, enquanto a Convenção da Guatemala procurava estabelecer os ideais igualitários de combate à discriminação.

Adentramos o século XXI com significativas mudanças, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que instituiu as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, procurando aumentar o acesso à escola e salientando a necessidade de matricular a todos. Nessa mesma perspectiva, o Parecer CNE/CP nº 9/2001 tratou da formação de professores da Educação Básica, reforçando a necessidade de promover uma

educação inclusiva, e o Parecer CNE/CEB nº 17/2001, ainda mais abrangente, estimulou a reestruturação educacional para um efetivo atendimento ao educando com necessidades especiais, esclarecendo que não basta apenas estar presente de forma física, sendo preciso promover avanços em matéria de aprendizagem, cidadania e qualidade de vida. Era a busca por uma transformação do aparato de ensino em vista de atender o público deficiente em seus direitos fundamentais e sociais, promovendo atividades que visavam contemplar as necessidades individuais, oferecendo as condições adequadas para o desenvolvimento individual e social.

Na esteira das novas políticas implementadas, a Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como legalmente válida para a comunicação e a expressão, atendendo a uma demanda dos indivíduos surdos, enquanto a Portaria MEC nº 2.678/2002 aprovava a grafia em braile. Já, em 2003, a Portaria nº 3.284 procurou focar em questões de acessibilidade, devido ao fato de haver uma exclusão física, e toda uma engenharia foi forjada para atender aos sujeitos deficientes, com uma arquitetura que possibilitou o acesso das pessoas que antes não eram nem imaginadas nesses espaços. Em 2004, o aumento das bolsas de estudos por meio do Programa Universidade Para Todos (Prouni) ampliou o acesso ao ensino universitário, sendo que em 2005 a acessibilidade chegava ao Ensino Superior mediante o Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir). O Decreto nº 5.626/2005 propôs um sistema bilíngue, incluindo Libras entre as disciplinas curriculares, com o caráter obrigatório de assistência ao educando surdo com professor certificado nas funções de intérprete, tradutor e instrutor.

Em 2007, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência procurou dar plenitude de direitos ao deficiente, para que ele pudesse gozar dos mesmos benefícios e viver a vida com dignidade, contribuindo com a sociedade, partilhando deveres, visando ampliar a questão da acessibilidade. Com o direcionamento arquitetônico, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) propôs ambientes adaptados para o público deficiente, com o acréscimo do Decreto nº 6.094/2007, que procurava garantir a permanência do deficiente na escola pública. Foi então criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual desenvolveu uma federalização dos dispositivos de inclusão, reforçada pelo Decreto Legislativo nº 186/2007, de acordo com os termos assinado em Nova Iorque, em 30 de março do mesmo ano. Ainda reforçando os parâmetros anteriormente expostos, o Decreto Executivo nº 6.949/2009 e a Resolução MEC

CNE/CEB nº 4/2009 reforçaram a necessidade de inclusão da criança portadora de deficiência no Ensino Básico na modalidade de educação especial.

O ano 2011 foi um grande marco na legislatura de classe mundial, com a criação do Relatório Mundial sobre a Deficiência (*World Report on Disability*), documento de abrangência inigualável que veio a consolidar a importância de resguardar os direitos da pessoa com deficiência, com um pacto feito entre vários países, firmando compromisso instituído junto ao Banco Mundial (*The World Bank*) sobre os direitos e os deveres que foram, depois, homologados pelas Constituições dos Estados Nacionais, não podendo os países signatários se eximirem das responsabilidades assumidas, bem como da nova perspectiva em relação às individualidades, a qual propôs uma nova integração da diversidade, fazendo jus a sua proposta afirmativa, começa o primeiro capítulo com a seguinte afirmação, “A deficiência faz parte da condição humana”. Neste mesmo ano, publicou-se no Brasil o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), o Decreto nº 7.611, e a Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 06, todos esses dispositivos que buscavam ampliar o acesso do deficiente à educação, com novos recursos, espaços diferenciados, reforçando a tendência de uma política internacional inclusiva.

Adentrando o ano de 2013, o Parecer CNE/CEB nº 2 tratou da denominada “terminalidade específica”, com o intuito de os cursos técnicos, então vinculados ao Ensino Médio, reconhecerem as trajetórias escolares múltiplas, tendo em vista os diversos caminhos que as individualidades percorrem até chegar a esse estágio. Naquele mesmo ano, outro marco importante – o Relatório Situação Mundial da Infância –, com um olhar dedicado à criança deficiente, resguardou os direitos da infância. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado em 2014, procurando atender às demandas educacionais para a próxima década, e no mesmo ano surgiu a Portaria Interministerial nº 5, respaldando a questão da certificação profissional. A partir de 2015, o denominado Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2013), proposta internacional que primava pela sustentabilidade e qualidade de vida, pretendia proporcionar a todos o bem-estar social e a plenitude da cidadania, as ações tomadas nesse ano resultaram nos novos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), enquanto, no cenário brasileiro, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI), um marco na legislação brasileira sobre a inclusão, promovia formas distintas de inclusão da deficiência.

Para finalizar essa breve análise dos diplomas legais, diretrizes executivas e das políticas públicas referentes à questão da inclusão no século passado e início deste século,

em 2016, a Lei nº 13.409 estabeleceu a obrigatoriedade do oferecimento do número de vagas reservadas à pessoa com deficiência, tanto em áreas educacionais, quanto profissionais. A garantia de acessibilidade foi feita em 2018, por meio do Decreto nº 9.296, corroborado pelo Decreto nº 9.451, que expandiu as questões da acessibilidade às moradias, criando assim toda uma rede de assistência governamental que procurava atender às demandas do público deficiente.

Assim, podemos observar como a questão da deficiência assumiu grande destaque no âmbito nacional e internacional, tornando-se indispensável aos discursos desenvolvidos no final do século XX e início do século XXI. Ademais, tornou-se no contemporâneo algo *sine qua non*, o que demonstra a grande relevância do tema e o seu destaque diante das políticas públicas a serem desenvolvidas. Podemos dizer, com as devidas ressalvas, que o século XXI é o tempo da deficiência, ainda distante de ser atendida plenamente, longe de poder alcançar as singularidades, mas no qual existe um esforço para que a inclusão esteja cada vez mais presente, embora permaneça ainda limitada por uma normatividade que tem se estruturado às custas de arraigados paradigmas do passado.

## 1.2. Biopolítica inclusiva

O filósofo Michel Foucault (1926-1984), sem dúvida um polímata, deixou um legado que tem sido relevante até os dias atuais, contribuindo com inúmeras pesquisas em relação à sociedade contemporânea. A influência nietzschiana o fez desenvolver uma genealogia do poder, mas seu leque de interlocutores não se restringiu à unidade de pensamento e nem à resolução do desenvolvimento dos processos epistêmicos e socioculturais. Quanto às relações de poder, procurou estabelecer uma dinâmica entre os saberes e os poderes:

Não se trata, então, de descrever o que é saber e o que é poder e como um reprimiria o outro ou como o outro abusaria daquele, mas trata-se antes de descrever um nexo de saber-poder que permita entender o que constitui a aceitabilidade de um sistema, quer seja o sistema da doença mental, da penalidade, da delinquência, da sexualidade etc. (FOUCAULT, 2000, p. 184).

Pensar a deficiência pela via de um regime de saberes inclusivos, faz com que adotemos um olhar foucaultiano acerca da Educação Inclusiva. Mais do que trabalhar no campo das epistemes, Foucault propôs uma análise sistêmica dos mecanismos de poder que se desenvolvem ao longo do tempo em sociedades distintas, respeitando os períodos históricos para não consolidar uma meta-história, e sim diálogo com possibilidades historicizadas. Inicialmente, ele expõe sobre a sociedade de soberania, onde o marco da tortura pública era notório: “O agente de punição deve exercer um poder total, que nenhum terceiro pode vir perturbar; o indivíduo a corrigir deve estar inteiramente envolvido no poder que se exerce sobre ele” (FOUCAULT, 1999, p. 148).

Posteriormente, com os estudos feitos sobre os séculos XVIII e XIX, a análise do filósofo se voltou ao poder disciplinar, em consonância com a sociedade industrial capitalista em desenvolvimento, atuante sobre os corpos dos sujeitos, na criação da concepção de indivíduo e de sua submissão ao olhar perscrutador da disciplina: uma “anatomia política” (FOUCAULT, 1999, p. 122) ou “anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, 2017, p. 150). Ao contrário do foco sobre um poder único, que era a soberania, o olhar se volta para os indivíduos, se fragmenta nos governados, o que reforça a utilização do modelo do panóptico de Jeremy Bentham: “[...] percebi até que ponto o problema da visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado havia sido um dos princípios diretores mais constantes” (FOUCAULT, 1992, p. 209 - 210).

Diante dessa descoberta sobre os corpos surge a concepção de biopoder, modificando de forma profunda a questão posta anteriormente pela soberania, a de que “[...] o direito que é formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver”. (FOUCAULT, 2017, p. 146). Pela via dos corpos desviantes, procuramos observar aspectos de uma biopolítica inclusiva que subjaz aos sujeitos deficientes, não por algo imanente, mas sim por uma sobrecodificação normativa. Eis que diante do desenvolvimento da sociedade ocorre uma inversão, pela qual passou a existir “um poder de *causar* a vida ou de *devolver* à morte”. Tal reversão fez com que os valores vigentes fossem modificados ao ponto de instaurar uma política da vida, sustentada pelo olhar sobre as massas com “[...] uma série de intervenções e *controle reguladores: uma biopolítica da população*” (FOUCAULT, 2017, p. 150, grifo do autor).

Pensar uma população deficiente e a emergência de mecanismos para captação e modulação das intensidades, sob um plano de formas de governo que promove uma integração ao modelo por força de adaptação e controle. No sentido de compreender a importância da população para as práticas de governo, deve-se inicialmente destacar a questão da segurança. No que se refere à disciplina, investiu-se em adestrar os corpos, no exercício de controle do espaço, estruturando um cálculo dos riscos, uma analítica do meio: "O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação." (FOUCAULT, 2008b, p. 27); o que extrapola a complexidade das relações que se estabelecem entre os indivíduos, trabalhando de forma preventiva na perspectiva de uma lógica de possibilidades aleatórias:

Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. (FOUCAULT, 2008b, p. 27).

Os dispositivos de seguridade atuam em um ambiente de previsibilidade, em busca da população que cresce além das medidas de um governo, com isso ampliando o desenvolvimento técnico e a burocracia pela lógica da autorregulação. A força de uma

perspectiva nosopolítica procura fundamentar a lógica de preservação da vida, ajusta os desajustados ao sistema com a prerrogativa do bem coletivo e faz da saúde uma justificativa de controle. Muda-se a noção de governo a cada atualização dos mecanismos de governamentalidade, uma verdadeira gestão de controle que cria uma arte de governar, uma governamentalidade voraz apta a transformações. A curiosa metamorfose da governamentalidade se amplifica nas microrrelações, pela performatividade volátil que atinge a população ao se distender em dispositivos de segurança:

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

O ambiente de controle também procura lidar com a ruptura do modelo de massa, distanciando-se do povo que faz parte do caótico, do incontrolável, que escapa aos dispositivos de poder, condicionando a população a um imperativo de consolidação das práticas de vigilância, com mecanismos de cooptação das massas. O incluído deixa de fazer parte dos sujeitos infames, ganha *status* de aceite, torna-se parte da população, agregado ao sistema e articulado conforme o ritmo do maquinário. A governamentalidade possui toda uma maquinaria de controle, com um aparato de regras norteado pelas normas que irão reger as ações e fazer das condutas projeções de uma normalização impositiva. Ao nascer, o sujeito é conduzido a uma dinâmica ou cadência onde o próprio dinamismo é capturado e regrado. O legado da pastoral cristã, que inspira uma lógica de governo e que assume uma premissa protetora, organiza o rebanho de forma a garantir o desenvolvimento social de acordo com o poder moderador. Sempre atuante e ao alcance de todos, ou seria todos sendo alcançados por ele? É notória a estatização dos atos de governar e das relações de poder, caracterizando uma marca da modernidade que repercutirá até a contemporaneidade. Desta feita:

Ao se traçar uma história da palavra governo e suas derivadas, compreende-se que, a partir de um âmbito bastante amplo – o pastor governava suas ovelhas, o pai governava a casa e os filhos, o educador governava a conduta dos educandos etc. –, ela foi se restringindo a ponto de atualmente ser usada quase que apenas para designar instâncias e ações relativas ao Estado. Tal estreitamento de significado ocorreu porque “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das

instituições do Estado” (Foucault, 1995, p. 247). Em outras palavras, a modernidade pode ser caracterizada, em termos políticos, pela progressiva estatização tanto das ações de governar quanto das relações de poder. Trata-se de um poder cujas feições aparecem diferenciadas em função do circuito em que ele se exerce (pedagógico, judiciário, policial, familiar etc.) (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952).

Há uma razão de Estado que calcula a progressão do corpo social, estatiza as relações, normaliza os comportamentos, fundamenta o jogo político, fazendo das relações de poder uma variável computável pelo mercado financeiro, a ponto de influenciar e mesclar o público e o privado, amálgama de uma racionalização neoliberal: “[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa urna estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. [...] Os homens é que são governados.” (FOUCAULT, 2008b, p. 164). Sujeitos assujeitados ao sistema de normas, pois “[...] o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma.” (FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Sob tal perspectiva, o incluído é aquele que participa das normas, que responde às regras, que serve de modelo e tem como referência a institucionalização, ele não deixa de pertencer ao signo da deficiência, mas cede à força que anula sua singularidade. As disciplinas são a mecânica do processo, já que vão adequar, trazer das margens os marginais e adicioná-los ao mecanismo, irão azeitar as engrenagens com a carne fresca dos recém-inseridos para que possam pertencer à rotina que determina o certo e o errado, o bom e o mau, o normal e o anormal:

[...] a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste primeiro em colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, as atas, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. (FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Na ampliação dessa governamentalidade, onde as práticas de controle se dilatam, o monstro governamental se torna mais potente que o “Leviatã” (HOBBS, 1983), “[...] porque o terror não é quando alguns comandam os outros e os fazem tremer: há terror quando mesmo aqueles que comandam tremem, porque sabem que de qualquer modo o sistema geral

da obediência os envolve tanto quanto àqueles sobre os quais exercem seu poder". (FOUCAULT, 2008b, p. 265). Em vista da potencialidade das práticas de governo, é que Foucault desenvolve o conceito de biopolítica, uma política sobre a vida das populações que faz com que domínios anteriores se tornem ineficazes diante da política emergente, um mecanismo que irá se sobrepor aos modos de existência, uma grelha analítica que irá sulcar a realidade.

[...] o poder não pode em caso algum ser considerado um princípio em si nem um valor explicativo que funciona de antemão. O próprio termo «poder» não faz mais que designar um [domínio] de relações que se devem analisar inteiramente, e aquilo a que propus chamar governamentalidade mais não é do que a proposta de grelha de análise para essas relações de poder. (FOUCAULT, 2010d, p. 240).

A grelha é essa trama do poder que atravessa as relações de poder, fazendo com que as singularidades sejam esquadrihadas pelas normatizações impositivas, com caráter fluido que acompanha os movimentos para modular as oscilações. Muita além de um poder vertical, as relações entre governantes e governados perpassam as questões de liberdade, avolumam-se com o liberalismo e atingem o ápice com a política neoliberal, onde as questões de interesse particular passam a competir entre si nos meios sociais. Existe uma barganha feita entre opressores e oprimidos, não existe apenas a dor do castigo, mas certa satisfação, uma busca pela satisfação dos desejos:

Não se deve considerar que a liberdade seja um universal que apresentaria, ao longo do tempo, uma realização progressiva ou variações quantitativas ou amputações mais ou menos graves, ocultações mais ou menos significativas. Não é um universal que se particularizaria com o tempo e com a geografia. A liberdade não é uma superfície branca com, aqui e ali e de vez em quando, compartimentos pretos mais ou menos numerosos. A liberdade nunca é mais — mas já é muito — do que uma relação actual entre governantes e governados, uma relação em que a medida da «demasiado pouca» liberdade que existe é dada pelo «ainda mais» de liberdade reivindicada. (FOUCAULT, 2010d, p. 93).

Até que ponto o incluído não deseja ser normalizado? Pela permuta das liberdades os sujeitos se tornam negociáveis, cada indivíduo se torna um “capital humano” – termo empregado pelo economista estadunidense Theodore W. Schultz –, tudo se torna monetarizado no sistema de mercado, em uma corrida inglória pelo destaque constante, pela meritocracia escravista que capitaliza as relações e capilariza as funções. Aqueles que

compunham as franjas de uma sociedade desigual serão agora absorvidos pelo novo dinamismo, livres do estigma de inaptos. A barganha feita entre o que inclui e aquele que é incluído se dá na relação que “[...] encontramos entre os dois membros de uma equação, cujo primeiro membro é um termo único e o segundo uma somatória de um número indefinido de termos”. (BERGSON, 2005, p. 351). Em se tratando de valores mercadológicos, podemos deduzir que se apresenta como “a relação da moeda de ouro com sua moeda de troco, com a condição de que se suponha que a moeda de troco se ofereça automaticamente assim que a moeda de ouro é apresentada”. (BERGSON, 2005, p. 351). Vasculha-se o mundo a procura de uma inserção, de uma aceitação, ainda que seja degradante, pois o importante é fazer parte. Educa-se com intuito de criar mais um que comporá o sistema binário de exclusão e inclusão, ou você se torna o zero ou você se torna o um:

Que significa formar capital humano, formar essa espécie de competência-máquina que vai produzir rendimento, ou que vai ser remunerada pelo rendimento? Significa, evidentemente, fazer aquilo a que se chama investimentos educativos. [...] os neoliberais observam que, de facto, aquilo a que se deve chamar investimento educativo, ou os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais extensos, muito mais numerosos do que a simples aprendizagem escolar ou do que a simples aprendizagem profissional. [...] é constituído, por exemplo, pelo tempo que os pais dedicam aos filhos para além da atividade de educação propriamente dita. [...] o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando este é ainda bebê [...] O tempo passado, os cuidados prestados, o nível cultural dos pais. (FOUCAULT, 2010d, p. 289 - 290).

Diante de tal perspectiva, a sociedade procura se moldar em uma rede que a todos enreda. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”. (FOUCAULT, 2017, p. 150). Tal rede de controle se alastra pelas diversas esferas sociais, não apenas nas instituições, mas também nos comportamentos, educa, administra, normaliza, informa etc. “Abre-se assim, a era de um ‘biopoder’”. (FOUCAULT, 2017, p. 151). É preciso compreender que esse conceito de biopoder possui uma força que se legitima nas estruturas vigentes. “Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. (FOUCAULT, 2017, p. 151 - 152). Por esse prisma, procuramos identificar esse processo biopolítico presente na sociedade brasileira a partir de

uma análise que consiste em perguntar qual o problema de se pensar biopoliticamente o governo da vida deficiente e as implicações de tal perspectiva. O que é possível vislumbrar nesse universo deficiente sob o olhar da inclusão? Que tipos de efeitos poderemos diagnosticar? Tais questões nos remetem à terceira parte desse primeiro capítulo.

### **1.3. Problematizando as diferenças**

Pensar a inclusão é antes de tudo estar diante de um fora, que se manifesta na perspectiva de que o incluído é um sujeito à margem, daí a necessidade de fazê-lo adentrar. Adentrá-lo por quem, sob quais condições? Poderíamos abrir um leque interrogativo, mas para não nos perdemos nas trilhas desses caminhos oblíquos, enveredaremos por investigações feitas a partir do início do século XXI, com destaque para a influência de Michel Foucault e de sua argumentação sobre a biopolítica relacionada à educação inclusiva, tateando formas de pensar a diferença e a deficiência enquanto resistência. Por se tratar de um tema recente, historicamente falando, a ideia de inclusão tem sido cada vez mais requisitada no dia-a-dia das pessoas:

Não é um exagero afirmar-se que a inclusão é hoje um dos temas mais candentes e difíceis nas discussões sobre educação, no Brasil. Vive-se um momento em que, na maioria dos acalorados debates sobre o assunto, sobram opiniões e posicionamentos políticos, mas faltam clareza e objetividade sobre aquilo que é dito. Isso é assim não apenas porque a inclusão é um tema que só recentemente entrou na agenda das políticas públicas, mas, também, porque, sob essa palavra, coloca-se em jogo um intrincado conjunto de variáveis sociais e culturais que vão desde princípios e ideologias até interesses e disputas por significação. Seja no plano simbólico, seja no plano nitidamente material o fato é que a todos parece interessar qualquer coisa que se possa fazer ou se deixar de fazer em nome da inclusão. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 947).

É preciso recordar que, muito recentemente, indivíduos não ajustados à sociedade eram relegados a espaços de segregação, seguindo a lógica do encarceramento do sistema penitenciário, mas sob a supervisão médico-hospitalar. As próprias famílias ainda se prestam a um imaginário relacionado às formas de diminuir a imagem do deficiente, fazendo dele uma espécie de sujeito atípico, que aparece no mundo associado a um castigo ou a uma benção, daí a denominação inapropriada de “especial”. Nesse sentido, cria-se para o indivíduo portador dessa alcunha o estigma de não ser autônomo, de mantê-lo na

dependência de algo que o antecede e, por isso, nem cogita-se alcançar a maioria kantiana, já que foi preconcebido como incapaz, inclusive no âmbito das escolhas, portador de uma desrazão, um ser apolítico, despotencializado:

Lo extraño, como lo que pertenece a un lugar lejano, ausente e inaccesible, es lo opuesto a ese otro lugar fijo que viene definido por un orden global estable, por un cosmos sin fisuras ni ambivalencia: "Mientras se tome como punto de partida un orden global, un cosmos inalterable o un orden firmemente establecido de la creación, todo lo que es, tiene su lugar." (Waldenfels, 1998, p. 88). El cosmos supone un mundo sin extrañeza ni ambivalencia, y es lógico, por tanto, que para un mundo así, a lo extraño, aún siendo inquietante, y precisamente por serlo, deba sometérselo a un proceso de normalización para desactivarlo. Lo extraño, anota Waldenfels, "no está en-otro-sitio del mundo, que pertenece a éste, sino que constituye un en-otro-sitio, un no-lugar (non lieu)". (BÁRCENA, 2015, p. 55).

Essa condição de estar à margem cria um corpo de cidadãos de “segunda categoria” — isso para sermos modestos, já que as formas como a discriminação ocorre pautam a existência de verdadeiros sistemas de castas e de subcategorias —, tendo em vista as outras formas de desigualdade que existem na sociedade, como a questão das classes sociais, por exemplo. Criam-se “formas de biossocialidade”. (FREITAS, 2016, p. 233). A lógica é sistêmica, “[...] os indivíduos passam a compreender a si mesmos como cidadãos biológicos, quer dizer, como sujeitos portadores de direitos e deveres, cujas formas de interação têm como horizonte de inteligibilidade a possibilidade mesma de modificação e reconfiguração das suas vidas”. (FREITAS, 2016, p. 233). No âmbito da influência governamental normativa da conduta, é notório que as “[...] sociedades e governos passem a lutar tenazmente para que vidas inviáveis sejam salvas, vidas doentes sejam curadas ou prolongadas e vidas hipotéticas sejam criadas com base em uma espécie de *valor-vida*”. (FREITAS, 2016, p. 233, grifo do autor).

O ambiente é criado em uma paisagem de normas, onde cada pessoa é encaixada, onde os desajustados precisam ser cada vez mais arregimentados. Introduce-se inclusive o conceito de belo na composição estética de uma suposta valorização do humano. “El cuerpo perfecto se mira a sí mismo y no tiene nada para decir a no ser: *mírenme*. Pero es mejor mirar hacia los cuerpos desencajados, a los que no se sostienen en pie, los que parecen incómodos, desatinados, desaliñados”. (SKLIAR, 2016, p. 373). Um panoptismo que irá perscrutar o que há de mais íntimo: “Para nossos olhos já gastos, o corpo humano constitui, por direito de natureza, o espaço de origem e repartição da doença: espaço cujas linhas, volumes,

superfícies e caminhos são fixados, segundo uma geografia agora familiar, pelo atlas anatômico”. (FOUCAULT, 2008a, p. 1).

A emergência do sujeito deficiente em uma sociedade que antes o relegara ao subterrâneo do cárcere revela-se em um esforço de acolhimento, para tentar garantir paulatinamente direitos e deveres ao sujeito com deficiência; defende-se a *mea culpa*, criando uma espécie de endosso às gerações marcadas pela exclusão. O curioso é que o processo inclusivo é a própria forma de ressaltar as práticas de exclusão, demonstrando quem estava ou está fora, ou quais os parâmetros para se “fazer dentro”. Assim, estabelecem-se normas:

Sabemos que, nas últimas décadas, uma palavra de ordem passou a presidir muitas das políticas públicas do campo da Educação produzidas no Brasil: inclusão. A valorização da diversidade foi se construindo num movimento crescente, tornando imperiosa a necessidade de incluir a todos no sistema educativo brasileiro. A percepção da importância do tema ficou ainda mais evidente quando o Ministério da Educação criou uma Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que teria depois seu nome mudado para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), agudizando a importância da inclusão numa política de valorização da diversidade. (GALLO, 2017b, p. 1498).

O Estado de Direito moderno busca desenvolver as cadeias de influência, fazendo com que a população se torne cada vez mais racionalizada pela submissão aos mecanismos vigentes, coparticipe do processo de auto-gestão, mas assujeitada de forma democrática aos processos forjados, como contribuinte na produção de dependentes de uma moral que reprime a construção de um *éthos* próprio. Concretiza-se um *modus operandi* que torna o sujeito cidadão de bem, uma pessoa normal, um funcionário exemplar, o idealizado *homo economicus*. O princípio norteador é que não há Estado democrático que não contemple a formação de um sujeito cidadão, vinculando tal perspectiva como fundamental à constituição da subjetividade.

Na perspectiva binária de um sistema que cria mais ambiguidades ao tentar extingui-las, a polarização desenvolve uma teia de afetos que leva a extremos, com níveis de maior ou menor desigualdade, a ponto de traçar curvas que margeiam o supostamente desejável, como ocorre com a propagação da discursividade meritocrática. Existe toda uma classificação que diz quem faz parte ou não, quando pode estar inserido, conectado, plugado, ou, por outro lado, marginalizado, avulso, desamparado, transferindo a responsabilidade

desse *input/output* para cada indivíduo, tecendo metanarrativas que justificarão o estado em que cada um se encontra e conduzirão os efeitos ao próprio sujeito, como uma espécie de relação de causalidade que é fruto dessa racionalidade administrada:

As práticas do Estado no que tange ao binômio inclusão/exclusão podem ser lidas, pelo menos, de duas maneiras diferentes. Tanto podemos tratar a inclusão como elemento distinto e que se opõe à exclusão, nomeando-as como termos separados – inclusão e exclusão – , como podemos tratá-las como partes integrantes uma da outra – in/exclusão. A proliferação dos usos de tais palavras pode indicar tanto a importância que a inclusão ganhou em nosso País como pode indicar a perda dos referenciais que as constituíram historicamente. (LOPES; RECH, 2013, p. 211).

Tais concepções fazem com que arranjos sejam produzidos no sistema de normas desenvolvido pela lógica governamentalizadora. O investimento é feito sobre uma noção de sujeito que deverá atender a uma perspectiva de produção que antecede a própria condição de vida, e que pretende tornar a todos, de alguma maneira, uma possibilidade modelável. “Ao analisar a composição desse si a ser empresariado, é possível reconhecer as limitações e as potencialidades a serem exploradas em sua máxima capacidade e eficiência, numa avaliação minuciosa e decisiva sobre si e os demais indivíduos”. (PAGNI, 2015, p. 90). Existe uma classificação que estrutura um banco de dados para fornecer informações de controle sobre o comportamento, além de visar a um aumento da produtividade, favorável ao pleno funcionamento das estruturas capitalistas. O deficiente se encaixa nesse panorama de paisagem fabricada, disposto nas fileiras de indivíduos em busca do sucesso profetizado. Mas, como a deficiência atua em um espaço pré-dado, ou melhor predatório? Como pensar na diferença em um ambiente que tem por prerrogativa a supressão do fator diferencial? Leva-se em conta que a deficiência se apresenta como um entrave aos discursos afirmativos, negando o status de perfectibilidade que uma intervenção pedagógica busca consolidar.

A experiência da deficiência deixa entrever os entraves inerentes a todo discurso afirmativo, toda tentativa inclusiva ou mesmo salvífica de lidar com as formas de vida que se apresentam como lugar de resistência aos esforços da pedagogia de garantir a perfectibilidade daqueles entes sobre os quais exerce sua intervenção. A deficiência expõe nosso ponto mais vulnerável, uma fragilidade ontológica. (FREITAS, 2016, p. 253).

Vulnerabilidade que permite imiscuir-se em singularidades e universos particularizados, além de observar o quanto comum é a diferença, e o quanto estamos

conectados com aquilo que é rechaçado, “[...] el deficiente no es el outro, sino que somos todos” (GENIS, 2016, p. 275). Voltamos a firmação feita no Relatório Mundial sobre a Deficiência (*World Report on Disability*), “A deficiência faz parte da condição humana”. O que nos remete à dedução de que existe algo na deficiência, de caráter diferencial e que extravasa limites impostos pelo olhar normalizador. As possibilidades são contabilizadas por uma cultura mercadológica, onde a dignidade está associada aos valores burgueses, diversificando os campos de consumo, bem como as formas de exploração que são estimuladas com a transferência de responsabilidades na distribuição dos papéis sociais. “El salario se supone se lo suficiente para adquirir, alcanzar los beneficios de una vida digna para él y los que se encuentran bajo su responsabilidad y cuidado”. (JACOBO, 2016, p. 313). Uma dignidade comprada que a oferta e a procura determinam nas relações de trabalho, com modificações na esfera de atuação do deficiente, o qual, por tanto tempo, foi associado a um fardo social, considerado facilitado por um processo de inserção diminuto, no qual ele seria conduzido por etapas que o fariam ocupar seu lugar na sociedade. Cursos técnicos e escolas destinadas a esse público, como oficinas, garantiriam uma ocupação aos deficientes, em grande parte sem qualquer tipo de ascensão e muito menos de autonomia.

Eis o problema da “[...] inclusão que adapta o organismo vivo a certas destinações relacionadas à sua ocupação funcional no mercado de consumo ou de trabalho previamente estabelecida”. (PAGNI, 2016, p. 348). O caráter adaptativo apresenta uma configuração que foge a uma imanência de vida pelas vias de um regramento programático, atendendo uma escala de valores de urgência monetária e conformação ao sacrifício capitalístico. Essa mesma inclusão possibilita o acesso a relações de trabalho, já que a composição do quadro inclusivo é de suma importância ao processo contínuo de integração, que serve de motor para o movimento que vem sendo desenvolvido por décadas, mas que busca atender a demanda neoliberal, em franca ascensão, não permitindo diagnosticar a falência do sistema, o que caberá às gerações futuras ao lidarem com os impactos dessa cadeia de acontecimentos.

A inclusão é uma condição necessária tanto para a diminuição das desigualdades quanto para a constituição de uma forma de vida mais democrática e participativa na contemporaneidade. Afirmamos essa possibilidade de pensar a inclusão porque entendemos que, além da garantia de direitos sociais ou do reconhecimento de lutas históricas de participação social de grupos considerados minoritários, esse movimento produz efeitos e constitui formas de se viver na atualidade. (FROHLICH; LOPES, 2018, p. 211).

Ainda assim, não devemos nos furtar à crítica da forma, muitas vezes positivista, com que a questão da inclusão é administrada, a “[...] estéril necessidade estatística para definir o que é médio – e, portanto, normal” (PAGNI, 2016, p. 349). A mediocridade se destaca em face do esforço individual de cunho meritocrático, buscando semear sempre novos emergentes, alternando os posicionamentos para que uma falsa dinâmica seja retroalimentada. O dinamismo governamental possui uma regularidade que procura alcançar a todos, em uma democracia carrasca que faz a roda girar e esmagar os não adaptados. “A naturalização dos processos sociais funciona como uma espessa camada de concreto que sepulta, sob si, o caráter inventado de tais processos”. (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 126). As tradições, bem como a naturalização, são invenções em busca de consubstanciar as práticas normativas, que tornam o incluído donatário de uma fé, impelido pela crença que o faz sucumbir à norma, tornando-o responsável por sua própria condição. O processo educacional atende aos preceitos regulatórios de controle e violenta o sujeito incluído à medida que se desdobra em processos de adaptação de caráter meritocrático.

O discurso da inclusão vem, assim, atender a um movimento reivindicatório legítimo e construído por longas décadas, mas que se efetiva de forma lenta e traumática, já que a escola parece não estar estruturada para acolher essa nova demanda. Isso porque as diferenças tão anunciadas e defendidas nos discursos da escola inclusiva se apagam ao ter que se adaptarem ao modelo escolar meritocrático estabelecido. (MONTEIRO, 2014, p. 122).

Quando pensamos o ambiente escolar e a sua complexidade na esfera de poder, as cadeias de relação que ali são criadas se intensificam e corroboram a política de sujeição, o que nos leva à compreensão da gênese de uma formação. “A escola como lugar de produção de sujeitos, pois, é o que encontramos nesta obra de Foucault. Se o sujeito é um efeito do poder disciplinar, ele não é menos efeito do biopoder.” (GALLO, 2017a, p. 83). O biopoder não se isenta de aparecer nos diversos dispositivos sociais, inclusive os institucionais, multiplica-se o quanto pode através da maquinaria que favorece a sua propagação, “[...] a escola opera assegurando a validade de uma verdade em detrimento de outras” (CARVALHO, 2016, p. 394); como um vírus que se multiplica, tomando conta desse organismo socialmente criado, mas sempre considerando os cálculos do risco de se extinguir. Eis a grande estratégia biopolítica, que é poder se multiplicar, mas procurando evitar a exaustão. Além disso, existem os sistemas de resistência, que formam essa defesa operante

que duela com as forças opressoras, como é o caso da deficiência.

Na tentativa de conter a intensidade da deficiência, articulam-se estratégias de restrição, como o próprio conceito de diversidade, que procura “[...] agrupar todas as deficiências como caso, ou problema para ser gerido por este novo campo de saber. Define-se a noso-política como a arte de governar os homens pela classificação”. (CARVALHO, 2016, p. 398). Ora, a ideia de contenção remete a admitir uma força, um dique que represa algo que flui, avolumando a intensidade que desencadeará *a posteriori* uma ruptura. Ao pensarmos nessa força de ruptura e de sua presença constante perante as barreiras, buscando corroer o que lhe aprisiona, é possível identificar uma potencialidade de resistência. A diversidade surge como segunda camada de contenção, um revestimento que procura preencher as brechas, minimizar as fissuras. Todos se tornam o mesmo sob a capa do diverso, que é larga, abriga aqueles que margeiam as normas, capta as franjas, alcança as minorias, articula os desejos individualizados. É a tolerância que aceita tudo o que pode ser abrigado em suas asas de “anjo salvador”. Uma espécie de religião, religando todos pelo conjunto. “E o engano mais geral do pensamento, o engano comum à ciência e à metafísica, talvez seja conceber tudo em termos de mais e de menos, e de ver apenas diferenças de grau ou diferenças de intensidade ali onde, mais profundamente, há diferenças de natureza”. (DELEUZE, 1999, p. 13). Os refugiados da exclusão procuram a salvaguarda da inclusão, com o intuito de se preservarem em face da agressividade intensa de um sistema que procura dobrar-se sobre si mesmo, articulável diante das conjunturas, esmagando sob o peso de suas articulações governamentalizadas os movimentos contrários, lubrificando sua máquina voraz para nem mesmo ranger ao promover o estalar dos ossos.

Os acidentes não são negados, mas procura-se traçar índices, computar estatísticas, prognosticar condutas em um exercício clínico onde a anamnese se dá pelos números, uma arte contábil de diagnosticar, uma cabala estatisticamente regimentada. Ali, onde se insinua uma singularidade, onde o acontecimento começa a se avolumar e reivindicar-se em ato, a previsibilidade calculável projeta seus arcos, criando um simulacro do acontecimento, como se fosse possível. Representa-se o que é único, por se fazer uno com a imagem prévia que se tem de um ato. Tais práticas são incorporadas ao cotidiano, torna-se comum até mesmo a compreensão de mundo; um novo *logos* formata o universo das relações socialmente controláveis, estimula atos que direcionam liberdades para atender cada vez mais as vontades alheias a dos sujeitos, mas que terão subjetivados os valores propostos, de tal feita que a liberdade se torna um fazer parte, escolher a não escolha, fazer-se a partir do já feito, uma

peça dentro do quebra-cabeças de peças contadas.

Ao analisar as relações do neoliberalismo com a biopolítica, Foucault (2008) argumenta que elas se configuram nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XX, como "uma maneira de viver e de pensar", "um tipo de relação entre governantes e governados" (e não de uma técnica dos primeiros sobre os segundos), em que o "problema da liberdade" se impõe, sem que se reduza propriamente ao modo de ser dos direitos e dos serviços públicos (p. 301). Gradativamente, se veria essa forma de vida assumir uma "reivindicação global", porém, se radicalizando em um modo de administração econômica que penetrou nas esferas ínfimas da vida humana, tornando-a parte de um capital e da constituição de um homo oeconomicus que não mais se empreende pela troca, mas no investimento e no empreendimento sobre si mesmo. (PAGNI, 2015, p. 89 - 90).

Uma tal institucionalização inclusiva permitirá a criação do aparato legislativo, de seguridade sobre os corpos, as condutas, mesmo as formas de agir, as maneiras de se pensar, já que a biopolítica se insinua na tessitura discursiva da ação favorável à vida, naquilo que seria benéfico a cada um e compensatório a todos, mas que não é para todos. Diante de uma realidade que deixa tudo tão turvo, levanta-se um cenário globalizado em que o medo se espalha, a ameaça microscópica cada dia desafia os avanços das ciências biológicas; a possibilidade de alguma catástrofe iminente faz com que esse terror diário alimente os mecanismos de segurança, a ponto de fazer as pessoas aderirem ao jogo das normas, abrindo mão de sua condição de autonomia. A introdução da normatividade na sociedade faz da autonomia um pactuar com as regras, como se o pacto social fosse reiterado a cada instante, num flerte que as relações de poder barganham através das liberdades. Eficiência de uma governamentalidade de si e dos outros:

É nessa conjuntura global que as práticas ditas inclusivas aparecem no âmbito das políticas públicas, com vistas a garantir o direito das minorias, sob o influxo de movimentos sociais, porém, muitas vezes, dentro de uma lógica identitária e, lamentavelmente, de uma economia do capital humano que procura valorizar as diferenças naquilo que pode favorecer as inovações –, a eficiência no empreendimento de si e, enfim, a mobilidade do mercado. Por sua vez, os discursos sobre a inclusão aparecem aí, quase sempre, preservando a sua lavra funcionalista e, principalmente, se centrando no apelo à garantia de condições (econômicas, de acessibilidade, de igualdade étnico-racial, de gênero, etc.) para intervir sobre o ambiente, a fim de que cada um possa se empreender sobre si mesmo, algo que geralmente se faz pelo investimento educacional recebido tanto da escola quanto da família. (PAGNI, 2015, p. 92).

Assustador é perceber a funcionalidade da inclusão sobre as gerações que nascem

subsumidas à sua tutela, já incluídas desde o seu aparecimento. Diante dessa necessidade crescente de incluir, surgem as zonas de escape, que aparecem como discursos não legítimos, que caminham na contramão do “progresso”. Nessa toada, a inclusão elege quem dela não participa, estigmatiza, marginaliza e impõe as suas formas de conduta. As regras expostas se modificam e obrigam os amparados a uma articulação de conjunto, atendendo a demandas para assegurar as suas garantias. Projeto de uma construção inacabável, estruturada a cada passo dado. O direcionamento estabelece a meta com o intuito de promover ou de desqualificar. É por meio desse imperativo que se criam as formas de avaliar, que vão da seleção ao processo de julgamento, influenciando o tratamento com que os sujeitos serão acolhidos ou excluídos.

A valorização das individualidades é, na verdade, uma valoração da manutenção das forças produtivas, de uma aceleração das rotinas do mercado, onde criador e criatura se misturam, homem-máquina a serviço de uma estrutura que engole a si mesma – “*Chronos*<sup>1</sup> auto-antropofágico”. A perversidade do aparelho disciplinar de captura adentra os corpos, fortalece as mentes e equipa os sujeitos com tecnologias para que o desempenho melhore, ao mesmo tempo que permanece a condição de serem descartável. Objetiva-se “[...] evitar a deficiência para programar a eficiência” (PAGNI; SILVA; CARVALHO, 2016, p. 206). Sobre a adjetivação imposta cabe ressaltar que:

De acuerdo al Diccionario de la Lengua Española (2005):

Habilitar: restablecer a una persona o cosa en su antiguo estado: Hacer a una persona o cosa hábil o apta para algo.

Adaptar: Acomodar, ajustar una cosa a otra. Hacer que un objeto o mecanismo desempeñe funciones distintas de aquellas para las que fue construido. [...]

Integrar: Formar las partes de un todo. Completar un todo con las partes que le faltan.

Incluir: Contener una cosa a otra o llevarla implícita. Introducción de una cosa dentro de otra o dentro de sus límites.

Exclusión: Quitar a alguien o algo del lugar que ocupaba. Descartar, rechazar o negar la posibilidad de algo. Ser incompatibles. (CÚPICH; BEDOLLA, 2008, p. 891 e 892).

Uma sequência conceitual que fornece a nomenclatura para o que representa o estado de inclusão, admitindo o deficiente como um apêndice, como algo que nunca será tomado *de per si*, mas que necessita de justificativa, de uma qualificação. Quantificado e

---

<sup>1</sup> Referência à mitologia grega: titã que era associado ao tempo e que engoliu os próprios filhos.

“biotipificado” por déficits, o deficiente está sujeito a uma moralidade que o condiciona a uma espécie de carma, recluso a uma condição prefigurada. As impossibilidades são catifeiros diários que se multiplicam, desde as questões de acessibilidade até a própria escolha de condução. A vida como pluralidade descaracteriza a homogeneidade que a inclusão estabelece para a deficiência. “O poder está nas relações, um modo que rompe a direção única do opressor ao oprimido, para colocá-la numa relação mais fluída e onipresente, que produz certos discursos, que produz saber”. (HERMANN, 2012, p. 26).

Cria-se uma dicotomia entre política e democracia. Não obstante o discurso de acesso a direitos faça parte de um regime democrático, ele é na verdade seletivo. Pelo viés inclusivo, procura-se criar políticas de acessibilidade, o que favorece a participação democrática, mas não faz desaparecer o questionamento sobre a efetivação de um si político. “Os destinos da democracia e da política em nossa contemporaneidade, pelo menos aparentemente, seriam distintos: ao passo que a primeira viria sendo crescentemente festejada, ganhando cada vez mais popularidade e dando ares de gozar de uma ótima saúde, a segunda, por seu turno, encontrar-se-ia num estado de ostracismo ou de abandono”. (GADELHA, 2012, p. 77). Tudo se passa como se o deficiente precisasse disputar o espaço político, mas antes precisasse ser aceito como politizado. Enquanto para as mulheres e os negros, um discriminado pelo gênero e outro pelo racismo, existe um estado de conscientização que organiza as ações de enfrentamento, de luta, a deficiência é, por sua vez, diagnosticada como incapacidade, inclusive de ordem cognitiva, permitindo que surja um incentivo a não organização ou a uma estruturação que é pautada por aqueles que são alheios à essa condição, os considerados normais. A própria jurisprudência possui mecanismos violentos de exclusão política, como é o caso da interdição, declarando o indivíduo incapaz de fazer as suas próprias escolhas. Em casos de maior gravidade, são negados não apenas o direito ao sufrágio universal, mas também o direito de contrair matrimônio, como tantos outros direitos que são de acesso comum aos cidadãos. O que nos leva a inquerir sobre o que tornaria alguém apto ou inapto na perspectiva das relações políticas e democráticas, a respeito da eficácia da integralidade dos direitos políticos e sociais.

Foucault ressaltou que não existe poder sem resistência. Em vez de partir da norma, da eficiência, propomos partir da própria deficiência. Não um acidente de percurso, mas um acidente no percurso. Acidental pela imprevisibilidade de sua intensidade, acontecimental pela força irruptiva que faz com que sejamos obrigados a repensar nossas práticas, nossos modelos, questionando os saberes postos, desmistificando as estratégias que violam estes

corpos ingovernáveis. Concordando com ele, propomos pensar a deficiência como resistência ao poder de inclusão, não como um outro modelo que se faz norma, mas pela transvaloração dos modos vigentes e pela pluralidade de forças em emergência. “Muitos reconhecem socialmente nessa figura denominada ‘deficiente’ uma afronta de alguma forma tanto ao tecido social empobrecido quanto à racionalidade econômica empreendida no cenário biopolítico atual e, particularmente, a sua distribuição na escola”. (PAGNI, 2015, p. 357). Ou, ainda:

Na conjuntura atual, a desconfiança parece ser gerada justamente pelo temor, pelo desconforto ou pelo incômodo de que essa potência deficiente, por assim dizer, poderia se converter em ato e transformar os modos de existência, produzindo uma intensidade da vida e um movimento num lugar em que somente existiria o seu controle técnico-racional e uma suposta sensação de segurança gerada pela fixidez, pela identidade e pela normalização dos demais sujeitos. Tanto reconhecer esse outro como rosto da humanidade quanto o *devir deficiente* comum em relação a si mesmo seria admitir uma vitalidade e uma mobilidade perturbadoras de certa formalização das categorias do entendimento, da determinação dos juízos e da harmonização das faculdades. Isto implicaria, também, em buscar outras formas de pensar, de julgar, de sentir e de exprimir que interpelariam a identidade dos sujeitos, a sua segurança e a conformidade de suas ações à racionalidade econômica e aos princípios de eficiência consonantes com a biopolítica neoliberal ou, guardada as devidas proporções, com o que Maurizio Lazzarato (2014) denominou de “servidão maquínica”. (PAGNI, 2016, p. 357 – 358, grifo do autor).

A racionalidade subjacente à ideologia neoliberal, que discursa a respeito do incentivo às liberdades, pode até fazer com que os movimentos de reivindicação de direitos cresçam, engrossando as suas fileiras, mas uma problemática se impõe: o crescimento da tecnocracia. Contra essa perspectiva, surge a diferença singular e insinuante que faz a deficiência abalar a pretensão de solidez. Sabemos que indivíduos possuem limitações, mas isso não os tornam incapazes, mas sujeitos com estados ou funções especificamente limitadas, tendo em vista a condição ontológica que faz parte da existência humana: a de que cada um de nós é deficiente em dado momento. Que é justamente pelo desequilíbrio que a vida acontece. Pensando naquele atributo que, cartesianamente falando, mais nos seduz a sobrepujarmos as outras espécies, que é a inteligência, mesmo nesse registro, Bergson nos diz que "o déficit é o estado normal da inteligência". (2005, p. 300). Assim:

La persona con discapacidad, en realidad, tiene limitados los

funcionamientos (adaptativos o de su inteligencia o tiene algunas enfermedades asociadas) pero la persona, como tal persona, no tiene discapacidad; son sus “estados”, sus “funciones” las que están limitadas; la “discapacidad de la persona” es una cuestión social que debe ser modificada y por ello el modelo social inclusivo trata de erradicar esta confusión y ser consecuente tratando a la “persona” como “capaz” y explorando esas capacidades con los apoyos y los accesos. Si los profesionales al crear los programas siguen hablando de “personas deficientes” las intervenciones irán en una línea y si entienden que son personas o ciudadanos con limitaciones irán en otra línea. (ALCÓN, 2016, p. 424).

A deficiência é uma invenção, bem como o processo de inclusão. Fazendo alusão à Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa francesa, quando em sua obra “O Segundo Sexo” (1949) expôs o argumento de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher, propomos aqui uma analogia com a qual afirmamos que não se nasce deficiente, mas que somos acometidos por estados de deficiência; características que nos são atribuídas a partir de modelos pré-determinados. A padronização – que podemos relacionar ao modelo fabril da Revolução Industrial, ou mesmo à ideia de Belo recuperada da estética platônica – tem definido historicamente o que é aceito e o que é negado, a composição de novos parâmetros em um processo violento que faz repercutir efeitos totalitários, sugerindo quem vive ou quem morre, quem é humano ou quem está mais próximo de um estado bestial.

Com a ascensão da medicina no Século XIX, avanços promoveram novas políticas de atenção à saúde, inclusive dirimindo os flagelos que em épocas anteriores afligiam a humanidade. Mas, tal como o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) observou a constância de suicídios nas sociedades, inferimos igualmente a existência de outra constante histórica: a dos desvalidos, dos desamparados, dos estigmatizados pelos padrões classificatórios – morais, políticos e científicos – das sociedades de outrora e da atual. Os marginalizados e os deficientes ocupam esse não-lugar há muito tempo, sendo culpados por sua própria condição de existência:

En la lotería cerebral existen personas que, a lo largo de su vida, nos guste o no, tendrán unos niveles de abstracción y de inteligencia moderados. Ellos comienzan el juego con una clara desventaja. Esta desventaja es evidente y no es solo pura diferencia o diversidad, sino que es una desventaja clara y patente. Un niño o niña que nace niña no tiene esta desventaja; tiene una diferencia de género a través de la cual podrá ser, en el proceso de su vida, discriminada o no. (ALCÓN, 2016, p. 427).

Dadas essas condições, o sujeito deficiente se vê diante de impossibilidades de agir,

de pensar por si mesmo, que precisam ser superadas. “O movimento inclusivo se fortaleceu e a noção de inclusão no âmbito educacional foi ampliada e apresentada como um problema de Estado e, portanto, um problema cuja responsabilidade deveria ser assumida por todos”. (LOPES; MORGENSTERN, 2014, p. 189). A ideia de responsabilidade social abriga toda uma cadeia de diretivas, de acordo com as quais o papel das políticas públicas se torna ferramenta de apoio aos processos inclusivos. A necessidade de integração social reorganiza a lógica da inclusão, a qual deve ser significativa para os que estão ou permanecem excluídos, renovando o sentimento de pertencimento que faz parte do mecanismo que condiciona os indivíduos a espaços determinados socialmente.

A imersão nesses espaços faz com que os campos de tensão sejam formados e ao mesmo tempo dirimidos. Um policiamento constante faz parte das estratégias de segurança, alicia seguidores, permite ao aparelhamento do Estado se autocorrigir, alimenta um mecanismo incansável e insaciável de controle. Cada vez mais recobre com sua força as zonas de fuga, faz dos governos um vasto campo de normalização para acolher os excluídos. Mas essa mesma governamentalidade, que cria o processo de aperfeiçoamento, em muitos momentos faz de si mesma uma maquinaria de exclusão, como a violência das atrocidades de Auschwitz.

Fazer uma crítica à inclusão — visando olhar outras coisas que ainda não olhamos e pensar coisas que ainda não pensamos sobre as práticas que a determinam e as políticas que a promovem — implica, entre outras coisas, ir contra a corrente dominante. Isso nada tem a ver com ser “contra a inclusão”; tem a ver, sim, com a prática da suspeita radical frente às verdades estabelecidas e tidas tranquilamente como “verdades verdadeiras”. (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 122 - 123).

Quanto ao campo da inclusão em relação à deficiência, é correto afirmar que “[...] vivemos somente através de ilusões, sendo que a nossa consciência dedilha a superfície. Há muita coisa que se esconde diante de nosso olhar”. (NIETZSCHE, 2008, p. 55). Devemos nos sensibilizar face à imensidão da alteridade, despindo-nos de preconceitos que impedem um relacionamento autêntico com o outro. O acesso inclusivo não deve se fossilizar em aspectos pontuais, muitas vezes demagógicos e com verniz de eficácia para atender a fins eleitorais. A singularidade do devir deficiente é um novo *Big Bang*, pronto a dinamitar universos resistentes à expansão, para isso é preciso abandonar verdades, contemplar o novo com o olhar curioso daquele que vive a experiência:

A presunção de que a deficiência é, simplesmente, um fato biológico e com características universais, deveria ser problematizada epistemologicamente. Nesse sentido, é necessário inverter aquilo que foi construído como norma, como regime de verdade e como problema habitual: compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou o que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros. Para explicá-lo mais detalhadamente: a deficiência não é uma questão biológica e sim uma retórica social, histórica e cultural. (SKLIAR, 1999, p. 18).

Ir nessa direção, faz da inclusão um precioso instrumento para o engajamento da pessoa significativa da deficiência. É preciso abrir a caixa de ferramentas: “Ao nos valermos da metáfora da caixa de ferramentas, apontamos para o fato de que recorreremos à teorização foucaultiana e seus respectivos conceitos de um modo um tanto utilitarista” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 951). Instrumentalizar é justamente prover os meios para ter acesso, estender à ação uma participação consciente, ativa, eficaz. “Interessa-nos um tipo de problematização que ajude a abrir a caixa-preta daquilo que dizem as políticas inclusivas, com o fim de escrutiná-la por dentro, de examiná-las em termos das suas amarras conceituais e de alguns dos seus pressupostos epistemológicos”. (p. 951). A crítica inclusiva deve refletir sobre as armadilhas que a sua própria teia tece:

A inclusão pode ser vista como o primeiro passo numa operação de ordenamento, pois é preciso a aproximação com o outro, para que se dê um primeiro (re)conhecimento, para que se estabeleça algum saber, por menor que seja, acerca desse outro. Detectada alguma diferença, se estabelece um estranhamento, seguido de uma oposição por dicotomia: o mesmo não se identifica com o outro, que agora é um estranho. É claro que aquele que opera a dicotomia, ou seja, quem parte, "é aquele que fica com a melhor parte". Nesse caso, a melhor parte é do mesmo ou, talvez seja melhor dizer: é o próprio mesmo. Portanto, o resultado dessa operação não é simétrico, ou seja, essa operação cria, de saída, dois elementos que guardam um diferencial entre si. (VEIGA-NETO, 2001, p. 26 - 27).

Esta percepção de uma cilada inclusiva pode ser representada pela metáfora que fala sobre “dar corda para o próprio sujeito se enforcar”. Existem limites ou ambiguidades que impedem a formação de uma aceitação de conjunto: “É essa dupla realidade da norma – de um lado: norma como regra de conduta, como oposição à irregularidade e à desordem; de outro lado: norma como regularidade funcional, como oposição ao patológico e à doença - que faz dela um operador tão útil para o biopoder”. (VEIGA-NETO, 2001, p. 29). Os

desajustados são aqueles que provocam a desordem, que instabilizam as relações, que desestabilizam as diretrizes, que aterrorizam as tradições arregimentadas, associados muitas vezes a um erro da natureza, errar é uma noção artificial, um conceito filosófico abstrato, porque não afeta senão a verdade de proposições que se supõem já dadas e isoladas. É por um viés antropocêntrico que se constrói o *status quo* de naturalidade, cooptando valores que possam moralizar sujeitos, já que a norma não faz parte da natureza e qualquer forma de adaptação à normatividade, ainda que seja sob o discurso do natural, não passa de um engodo que serve a um propósito muito distinto de qualquer viés naturalista.

Distorções que feitas promovem torções no âmbito social, a ponto de tornar as pessoas inoperantes, embora a tendência de operacionalizar faça com que elas se tornem úteis à cadeia produtiva, onde o seu prestígio está associado ao funcionamento da maquinaria governante. Podemos dizer com Foucault, “[...] o involuntário dos acidentes que lhe acontecem e o involuntário do lucro que produz para os outros sem que o tenha pretendido”. (2010d, p. 344). As reações, por mais que sejam previsíveis, afetam as relações de forma aleatória, o que reforça a ideia de um maior investimento em controle, para diminuir os efeitos do acidental. A cada vez se exige mais dos indivíduos, o que faz pairar sobre cada um deles uma sobrecarga que potencializa o que é estigmatizado pela deficiência:

A palavra eficiência refere-se, como bem o identificam os dicionários, à capacidade de realizar bem uma tarefa. O contrário da eficiência pode ser tanto a ineficiência, enquanto incapacidade de ser produtivo e eficaz na ação, como pode também definir, caracterizar, a ação de alguém cujo desempenho é considerado não satisfatório, portanto, deficiente. (SILVA; VAZ, 2016, p. 229).

Para haver uma integração, alinhada à biopolítica e ao ideal neoliberal, os indivíduos devem ser ajustados aos dispositivos de controle; mas, ao contrário de uma alienação, o objetivo aqui é fortalecer as idiosincrasias, destacar o elemento raro, formando um todo diverso que trabalhará em conjunto, atendendo a uma força, a “mão invisível” (FOUCAULT, 2010d, p. 345) de Adam Smith, pronta a manter a ordem sem a necessidade de se materializar. “Cada elemento da sociedade civil é apreciado pelo bem que vai produzir ou provocar no todo”. (FOUCAULT, 2010d, p. 371). Uma cadeia de influências gerida por um leque de interesses planifica os afetos, permuta os desejos, fomenta as ações e as reações, antecipa os comandos. É o desespero pela procura do bem geral:

Para que haja certeza de lucro colectivo, para que se garanta que o maior bem seja alcançado pelo maior número de pessoas, não só é possível como absolutamente necessário que cada um dos agentes seja cego a essa totalidade. Deve ter uma incerteza ao nível do resultado colectivo para cada um, de maneira a que esse resultado colectivo positivo possa ser efetivamente alcançado. A obscuridade, a cegueira são absolutamente necessárias a todos os agentes económicos. O bem colectivo não deve ser visado. Não deve ser visado porque não pode ser calculado no interior, pelo menos, de uma estratégia económica. Estamos aqui no âmago de um princípio de invisibilidade. (FOUCAULT, 2010d, p. 346).

Portanto, tais modelos, como é o caso das políticas de inclusão, são referência de uma cegueira generalizada que pretende maximizar os benefícios sem que os envolvidos tenham consciência efetiva do desenrolar dos fatos, permanecendo limitados às esferas pessoais, particularizadas, fragmentadas, que criarão uma vida de liberdades negociadas, projetando carências, sonhos, incertezas no vasto teatro da vida administrada. A deficiência também é tornada um produto, já que tudo é comercializado. Estar fora do processo mercadológico é estar excluído de tudo; não ter acesso aos bens de consumo é viver em um limbo perigoso, significa arriscar a própria vida. Esse medo crescente faz com que as pessoas se apeguem às normas, amparadas pelas receitas de especialistas que estão sempre prontos a fornecer as melhores soluções. O grande mistério é essa forma inadequada, essa deficiência, essa diferença que atropela as regulações, que desrespeita os limites impositivos, que se contorce nas amarras mordazes das instituições, fazendo com que o paradigma da inclusão seja problematizável, emergindo as intensidades não em uma moral inclusiva e sim em um *ethos* de um dever deficiente: “Aquilo em que a inclusão se faz e não para de fazer-se, ou aquilo que inclui no sentido de ato acabado não é o sítio ou o lugar, não é o ponto de vista, mas aquilo que permanece no ponto de vista, aquilo que ocupa o ponto de vista e sem o qual o ponto de vista não seria. (DELEUZE, 1991, p. 46).

## CAPÍTULO 2

### ACONTECIMENTALIZANDO COM A DEFICIÊNCIA

#### 2.1. A emergência da diferença

Considerando que há uma diversidade de perspectivas sobre a inclusão, os dispositivos que procuram reger a vida dos sujeitos deficientes e as características que imprimem marcas nesses corpos desviantes não param de proliferar. Mas o nosso objetivo não é criar mais diretrizes, mas lançar questões que possam desenvolver um olhar crítico sobre as formas de governo da deficiência. Servir-se da multiplicidade para promover relações. Mais do que isso, partir da própria diferença, criar falhas nos dispositivos de governmentação e promover a emergência do acontecimental. Lembramos que:

1) O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma interpretação *a posteriori* dessa prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade. 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica. [...] 4) Além da estrutura de elementos heterogêneos, um dispositivo se define por sua gênese. A esse respeito, Foucault distingue dois momentos essenciais. Um primeiro momento do domínio do objetivo estratégico; um segundo momento, a constituição do dispositivo propriamente dito. 5) O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo e negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste. Por outro lado, encontramos também um processo de perpétuo preenchimento (*remplissement*) estratégico. (CASTRO, 2009, p. 124).

Em que medida podemos observar aspectos considerados próximos ao caráter de dispositivo nas práticas de inclusão? O desenvolvimento dos dispositivos se dá em rede, ou em grade, onde atores heterogêneos são entrelaçados por regimes discursivos, com todo um aporte institucional, e a relação entre o saber e o poder não fica restrita a um campo específico — embora haja regiões de especificidade —, mas se desenvolve em uma arquitetura que pretende incluir o deficiente de determinada forma em determinado espaço,

com regras amparadas por um modelo de inclusão. Existe um policiamento administrativo dotado de análise científica e de repertório enunciativo próprio, todo um jogo de proposições filosóficas que irá revisar o saber existente, estruturando uma moral que influirá na constituição de um *ethos* para o deficiente, na busca pelo “bem comum” convertido em filantropia e que, por fim, definirá o que está dentro e o que permanecerá fora, quem deve ser incluído e, por consequência, quem deve ser excluído. A diferença, como inassimilável, comporá sempre esse fora. Lembramos que a exclusão se baseia em uma perspectiva de exame, já que:

A *medida*: é o meio para estabelecer ou restabelecer a ordem, a ordem justa, no combate dos homens ou dos elementos, e também matriz do saber matemático e físico. O *inquérito*: é o meio de constatar ou restituir os fatos, os acontecimentos, os atos, as propriedades, os direitos, mas também matriz dos saberes empíricos e das ciências da natureza. O *exame*: é o meio para fixar ou restaurar a norma, a regra, a partilha, a qualificação, a exclusão, mas também matriz de todas as psicologias, sociologias, psiquiatrias, psicanálises, em suma, do que chamamos as ciências do homem. [...] a *medida* respondia a uma função de ordem, a *investigação* respondia a uma função de centralização e o *exame*, a uma função de seleção e de exclusão. (FOUCAULT, 2012b, p. 3, grifo do autor).

Pensar e examinar a inclusão como dispositivo é optar por um tipo de jogo de poder das relações sociais, onde a evolução dos dispositivos serve ao propósito de bloquear a potência criadora dos acontecimentos, além de adentrar o campo da nosopolítica efetivamente. A estratégia de pensar pela diversidade, de unir cada um ao múltiplo comum, apenas encobre a diferença, criando um teatro de máscaras. A lógica é se fazer outro em relação ao que se subtrai de si mesmo, dirigir-se a um Vós, estar sempre na segunda pessoa, massificado pela indiferença. É possível adentrar ao campo da inclusão sem a destituição desse Si? De que modo resistir à biopolítica neoliberal que enreda determinadas regras de conduta, tornando-as hábitos arraigados? As indagações emergem quando apontamos uma saída, multiplicando as brechas nos discursos institucionalizados. A atualidade do tema da inclusão e seus significativos avanços remetem a uma problematização:

Na medida em que o tema/problema da biopolítica incide diretamente sobre os processos de inclusão-exclusão (ou de exclusão por inclusão) contemporâneos, creio que ele deve vir a interessar cada vez mais aos educadores e em que medida suas práticas se encontram implicadas nesses processos. De que vale a inclusão se ela não construir, ao mesmo tempo, um ato de resistência? (GADELHA, 2013, p. 214).

Resistir aos modelos de inclusão é um ato que não deve partir de enunciados prontos, formalizados, é preciso partir do movimento problemático das ideias sobre a inclusão. A proliferação de concepções se dá pelo jogo que é específico das relações de poder: “A palavra ‘jogo’ pode induzir em erro: quando digo ‘jogo’ me refiro a um conjunto de regras de produção da verdade”. (FOUCAULT, 2010a, p. 282). Pensar, portanto, sobre as formas de produção das verdades é investir na análise dos elementos de veridicção que justificam e validam os regimes de saberes sobre a inclusão. Fica evidente a importância metodológica foucaultiana: “Foucault não fazia uma teoria lógica ou filosófica da verdade, mas uma crítica empírica e quase sociológica do *dizer verdadeiro*, isto é, das ‘regras’ da veridicidade, das regras do *Wahrsagen*”. (VEYNE, 2011, p. 166).

A questão não está restrita a ditar verdades, mas existe um desejo de pensar e agir por e através delas, um ato de representatividade que não permite o novo, que tenta capturar o acontecimento, uma busca que tenta suprimir o que não pode ser racionalizado, ampliando as influências e corroborando com a técnica de ajustamento de condutas, as quais promovem intermitentemente adaptações nos sujeitos; estando cada um de seus movimentos meticulosamente calculados:

[...] em certas morais, a ênfase é posta, sobretudo, no código, em sua sistematização, riqueza, capacidade de ajustar-se a todos os casos possíveis e de cobrir todos os campos de comportamento; em tais morais, devemos buscar a sua importância do lado das instâncias de autoridade que defendem esse código, que impõem sua aprendizagem e obediência, que sancionam as infrações; nessas condições, a subjetivação se realiza, basicamente, de uma forma quase jurídica, na qual o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis, à qual ele deve se submeter, sob pena de cometer faltas que o expõem a um castigo. (FOUCAULT, 2010i, p. 215).

As punições não ocorrem apenas por violência física, mas se dão também através do não recebimento de certos benefícios, ou pela transversalidade da coerção normativa, como o enquadramento escolar sugerido aos estudantes com deficiência. Deve-se prestar atenção ao sutil, ao que nos torna párias sem que tenhamos consciência do processo. A questão da meritocracia é outro aspecto importante, porque é afirmado recorrentemente que as condições foram dadas, garantidas, e que o indivíduo é o único responsável pelo seu insucesso. A força do castigo também se manifesta na internalização dos valores, o dizer “é assim mesmo” reproduz os efeitos de um hábito perverso. Os aplausos constantes podem inibir a vontade de não fazer parte da plateia. Quem disse que o sujeito deficiente deseja

fazer parte ou não, quem é a voz que fala por ele ou para ele? Nos fixam naquele riso gravado, que aparece repetidamente em programas humorísticos, como quando não sabemos a hora de rir, tornando-nos ridiculamente integrados.

Integrar-se a uma lógica de inclusão, contribuir com a manutenção do normativo, enrijece as relações, adicionando parâmetros que promovem um desenvolvimento linear, na verdade de múltiplas linearidades, dificultando o surgimento de modos de resistência. A deficiência se torna refém de uma busca por pressupostos, enredada por uma trama que faz os fios da teia se enrolarem à medida que tentam se mover. Ao mesmo tempo que os laços inclusivos são uma rede de suporte afetivo e consolidam um estado de união que corrói a antipatia institucionalizada, tais redes de apoio também se perfazem em uma conjuntura contraditória ao se estruturarem a partir de normas de integração, coletivizando ações que restringem o acesso dos que não se ajustaram aos regimes identitários. Deve-se indagar se:

[...] ao invés da integração ao discurso e às políticas da inclusão, há possibilidade de que, para ser outro de si, o estranhamento suscitado na relação com outrem e a diferença propiciada pela deficiência dele seja algo que o produz e o move, quando não o comove (PAGNI, 2015, p. 96).

A emergência da inclusão pode ser relacionada aos dispositivos observados por Foucault, fazendo parte de uma analítica que precede a biopolítica, estruturada pela captura do corpo individual e manifestada no artesanato da própria identidade. São os dispositivos que moldam, com o auxílio dos indivíduos, as maneiras de se fazer, multiplicando as normas que regulam as condutas, permitindo supostas autonomias, apesar do jogo acontecer sob a égide dos valores regradados. As formas de controle da contemporaneidade assumem uma postura disciplinar feroz quando estão ameaçadas as suas diretrizes.

No final do século XVIII, a sociedade instaurou um modo de poder que não se fundamentava sobre a exclusão – é ainda o termo que se emprega – ,mas sobre a inclusão no interior de um sistema no qual cada um devia ser localizado, vigiado, observado noite e dia, no qual cada um devia ser acorrentado à sua própria identidade. (FOUCAULT, 2012a, p. 249).

Tais amarras são visíveis na condução da deficiência, aprisionam os sujeitos às formas de agir, ignoram a impressão particular a respeito dos mecanismos, relegam os indivíduos a um estado identitário que distribui os papéis. A violência da sistematização forma os sujeitos, repercute na constituição do si, fabrica personagens que atendem aos

valores distantes dos pretendidos pelos grupos minoritários. Mas a imagem criada sobre as relações sociais dá a impressão de uma felicidade aparente, ao ligar os distintos sujeitos em uma mescla de interesses monitorados e retroalimentados por uma maquinaria perversa. O acolhimento da seguridade impõe garantias a partir de regras que se devem acatar, calculando riscos através de curvas possibilitadas pela estatística. "É no fundo de uma felicidade sem sujeito que a razão de Estado fala." (FOUCAULT, 2008b, p. 370). A razão instrumentalizada procura passar despercebida para que o funcionamento ocorra ajustado às práticas cotidianas como se formalizassem um ecossistema. "Quanto mais as forças do Estado são ignoradas, mais são respeitáveis." (FOUCAULT, 2008b, p. 370). Por esse viés, o deficiente é aquele que está desajustado, o que habita as margens.

Por vezes, esses mecanismos e dispositivos, tornam essas pessoas invisíveis diante, gerando um comportamento de indiferença em relação a essa forma de vida que, antes de exprimir somente as faltas, exprime também os excessos e as intensidades que caracterizam um modo de existir próprio, uma errância decorrente de acidentes com os quais têm de conviver, próximo ao que ocorre com cada um de nós, diante da impossibilidade de dominar as forças que consideramos errantes, mas que são vitais para nossa existência, aprendemos, às vezes resignadamente, a torná-las constitutivas do que somos e a convivermos com as mesmas. (PAGNI, 2018, p. 144 - 145).

O acidente aparece como possibilidade de morte, de mudança de curso, de interrupção, o que é uma heresia na perspectiva mercadológica, em uma biopolítica de supervalorização da vida, pois a operacionalidade da vida em harmonia com o avanço da produtividade cria um discurso de estar sempre além, presume que buscamos a todo momento a superação com a certeza de nunca alcançarmos o pretendido; a volatilidade das metas abre sempre uma panorâmica. Mas, e quando a contingência, o risco, as tragédias cotidianas nos fazem perder o rumo, desregulam o prumo, desestruturam o mundo? Incluir pode manifestar um quadro de segregação, que dissemina uma prática de gueto, conformando espaços, direcionando grupos, formalizando ambientes, administrando condutas, normalizando comportamentos; enfim, uma política de *apartheid*. Uma panorâmica do exterior, que para ser vista é preciso assistir de fora, um "sair" para ter a possibilidade de "entrar". O modelo de quarentena representa bem a característica de uma inclusão que exclui, é a dinâmica de isolamento dos indivíduos em um campo de atuação que irá esquadrihá-los, por um dado período, com um raio de captura que é monitorado, ao contrário dos antigos leprosários, que eram concebidos para excluir permanentemente.

Lembro apenas que, em oposição ao modelo de gestão da lepra, caracterizado pela exclusão, esse modelo da quarentena, envolvendo uma análise minuciosa da cidade, o esquadrinhamento e a análise individualizante de cada um de seus habitantes, bem como o registro permanente de tudo que se passava em seus domínios, funcionava através de uma lógica inclusiva. (GADELHA, 2013, p. 87 - 88).

A disparidade promovida pela governamentalidade forma um dinamismo engessado, que consiste em movimentos pontuais de pertencimento, ainda que na contramão das normativas. Essa noção de mobilidade própria à maquinaria de governo é a sofisticação do método de captura, o qual se parece com um funil, onde tudo escorrega para o ponto que mais afina, permitindo tangenciar os conflitos através da norma. São como que escolhas propostas, como programas de televisão que iludem o espectador quanto ao protagonismo em face de situações determinadas. Nessa lógica binária, pode-se escolher entre essa ou aquela saída, o que faz com que o sistema torne seus mecanismos cada vez mais complexos, refinados, a ponto de criar probabilidades de integração ou de exclusão.

Considerando o que se poderia chamar de “efeitos negativos” do sistema, seria oportuno, me parece, distinguir entre duas tendências: observa-se um efeito de estabelecimento de dependência por *integração* e um efeito de estabelecimento de dependência por *marginalização ou por exclusão*. Contra ambos é preciso reagir. (FOUCAULT, 2010, p. 128, grifo do autor).

A seguridade é uma régua com a qual se calculam os riscos, que possibilita o oferecimento de garantias, determinando para cada segurado um aparato de regras a serem seguidas, alinhadas a uma maquinaria de corte que aperfeiçoará os detalhes. O sistema não pode promover garantias inabaláveis, mas cria instabilidades para que as pessoas admitam a necessidade de um mínimo de segurança, uma barganha desproporcional a que cada um se submete pelo medo do improvável. O acontecimento, enquanto sujeito oculto, margeia o discurso, mas não se efetiva no enunciado de governo, torna-se um contra-discurso a ponto de ser aviltado enquanto anátema. O cálculo sobre o improvável é o horror de uma sociedade normalizada, que carrega consigo a promessa de alguma garantia, ou do menor benefício conquistado com o máximo de esforço, em vista do máximo desempenho. Os índices variam conforme a métrica da biopolítica; enquanto uns vivem, outros sobrevivem. Estrutura-se um modo de vida padronizado, que permite ao indivíduo viver na normatividade da insegurança e comprometido com as ações de governo.

Há em certas marginalizações o que eu chamaria de um outro aspecto do fenômeno de dependência. Nossos sistemas de cobertura social impõem um determinado modo de vida ao qual ele submete os indivíduos, e qualquer pessoa ou grupo que, por uma razão ou por outra, não querem ou não podem chegar a esse modo de vida se encontram marginalizados pelo próprio jogo das instituições. (FOUCAULT, 2010f, p. 128).

O jogo das relações de poder impõe às práticas de inclusão um encarceramento que contraria os desejos dos grupos supostamente atendidos. No discurso já institucionalizado, admite-se que: “[...] deve-se elevar as diferenças à estatura do idêntico, das representações sociais aceitas; enfim, deve-se salvar o diferente de si mesmo. Triste fim de uma sociedade normalizada, que ao não admitir o diferente, anula-o.” (LOPES, R. 2016, p. 304). O rigor das normas cria um pacto, dogmatiza as ações, invoca um tradicionalismo que atenda contra a vontade de não repetir procedimentos e consubstanciar ordens. O condicionamento normativo aprisiona os sujeitos, faz com que cada gesto tenha a pretensão do cálculo, fundamenta uma discursividade de gerenciamento administrativamente prejudicial para qualquer expressão de singularidade, produzindo uma enunciação verticalizada. “Nada é mais inconsistente do que um regime político indiferente à verdade; mas nada é mais perigoso do que um sistema político que pretende prescrever a verdade”. (FOUCAULT, 2010e, p. 251). O direcionamento normativo faz dos processos de inclusão um dispositivo de controle social, cativa grupos e escava nichos na estrutura social onde realocará os deficientes, molda formas específicas de moralidade. “A busca de uma forma de moral que seria aceitável por todo mundo — no sentido de que todo mundo deveria submeter-se a ela — me parece catastrófica”. (FOUCAULT, 2010g, p. 263). A catástrofe de uma catarse duvidosa. Na emergência de atender a uma racionalização que busca se efetivar pelo direito constituído:

A educação tem sido pensada e implementada, na modernidade, sob a chave da universalização. [...].

Porém, a partir do final do século XX, outro problema começou a ocupar parte daqueles que se dedicam a educar: a questão das diferenças. Nesse processo homogeneizante que é o ensino universalizado (ao menos como projeto), como lidar com os diferentes? O que fazer com aqueles que aprendem de forma mais lenta? Com aqueles que não aprendem? Com aqueles que precisam de instrumentos especiais, posto que vivem de formas diferentes (que têm limitações de mobilidade, de visão, de audição, etc.)? Sob a lógica da universalização, a educação inclusiva impôs-se. Todos precisam estar nas escolas; todos têm o direito de aprender: é uma

questão fundamentalmente política para as sociedades democráticas modernas. (GALLO, 2015, p. 15).

Tal estabelecimento de direitos implica em uma contra resposta de deveres. Cada indivíduo reproduz o manual de diretrizes, um cidadão-portifólio, sendo catalogado de acordo com o regime vigente e instituído na organização que pretende integrá-lo. Tal cadeia de positivities da inclusão promove uma busca por referendar a multiplicidade de performances, tornando a inclusão um imperativo, agregando instrumentos de normatividade jurídica. O aparelho burocrático se expande, dilata sua rede de saberes administrativos, ensaia uma sistematização, adentra os poros da sociedade civil com a legitimidade das instituições democráticas, ganha robustez em seu corpo flácido e atrai para si os mecanismos existentes; torna-se, portanto, um novo dispositivo, agrega valor à máquina de governo.

A inclusão pode ser entendida como “um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. [...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar”.

Diante dos muitos sentidos que são atribuídos a essa palavra, é recorrente o caráter disciplinar e de militância que constitui a inclusão e até mesmo a justifica como uma necessidade e um imperativo político de nosso tempo. Eis aí um ponto que merece nossa atenção. Para dizer em poucas palavras, a inclusão é vista como um imperativo que a todos se impõe, graças ao caráter natural que, não problemáticamente, é atribuído a ela. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 126).

Faz-se necessário problematizar a inclusão, sobretudo na área da educação. A preparação dos saberes feita por uma rede de expertises tem como aliada a produção científica, o entrelaçamento do saber-poder que faz germinar novas verdades, isto é, discursos de verdade que monopolizam os interesses ajustados ao mercado, funcionando em harmonia, formando profissionais comprometidos com a nova episteme. Uma estruturação hegemônica é desenvolvida peça por peça, com atores que serão a chave do funcionamento eficaz, respaldando a razão de ser com práticas escolares de policiamento para fins de administração. Essa é uma prerrogativa de um constructo da governamentalidade que deve ser abalado por uma prática social democrática. Pois “[...] as diferenças precisam ser

incluídas para serem governadas. Uma sociedade democrática é a afirmação da diversidade, na qual as diferentes posições dialogam na direção de um projeto comum”. (GALLO, 2017b, p. 1517).

As bases da sociedade democrática parecem estar alicerçadas mais no consenso do que no dissenso, coopta individualidades em favor de seu funcionamento, oferta condições privilegiadas aos que se comprometem como ele. Os privilégios são uma promessa, não uma efetivação; a seguridade é sempre feita a partir de possibilidades. "O universo de significações dominantes não tolera nenhuma fuga da qual não tenha o controle." (GUATTARI, 1988, p. 90). A lógica dos mecanismos de controle é a perversidade do extermínio, de forma discursiva ou por ignorar as existências enjeitadas, a aparelhagem biopolítica assume a sua função sobre as vidas. A deficiência, por muito tempo, esteve relegada às masmorras, institucionalizadas ou não, estando agora apreendida por um processo de inclusão que deseja conformar, calar ou deixar falar por um sistema que observa de soslaio, pois sabe da periculosidade de encará-la face a face. O olhar deficiente demonstra esse medo das positivities estruturantes, que demarcam a fragilidade e tentam obscurecê-la pela estigmatização, exploram a alteridade como uma afronta ao seu *modus operandi*. “Tememos a disposição hostil do próximo, porque receamos que, graças a esta disposição, ele chegue aos nossos segredos”. (NIETZSCHE, 2005, p. 186). O deficiente, classificado como diferente, aparece como força inimiga de uma natureza integral, sendo exterminado em regimes totalitários, tais como o hitlerista e o stalinista, que os enxergava como uma anormalidade. Expurgar aquilo que está afastado da verdade pretendida no discurso assume consequências muito graves no campo do biopoder, onde a discriminação, no ápice, eclode em racismo, em necropolítica:

Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro - "se você quer viver, é preciso que o outro morra" – de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder. De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: "quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar". A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que

vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 1999, p. 305).

O Estado procura aquilo que o fortalece, “uma vez que o Estado é sua própria finalidade” (FOUCAULT, 2010c, p. 308). Nesse sentido, ele procura adensar o grupo que lhe é favorável, capilariza as suas redes de influência. Podemos vislumbrar uma analogia com aquele corpo massificado que compunha o Leviatã hobbesiano: o Estado é *Chronos* devorando seus filhos, compondo sua massa corporal, protegido pela armadura óssea e nutrido pelo sangue das multidões, lançado no altar profano do holocausto burguês. É a formação do corpo da população, que esmaga os que não estão nele, que se enfurece contra os que se recusam a fazer parte de sua construção. A preocupação com o “bem-estar” da população cria políticas de interesse social, seduzindo o cidadão a fazer parte das propostas, fazendo dos desejos individuais uma promoção do governo; oferta o que o discurso populacional aparentemente exige, e cultiva uma relação, um vínculo, incentiva a cada um a procurar no governo aquilo de que necessita, o amparo às angústias que são produzidas pela própria governamentalidade. A felicidade de cada um se torna interesse de “todos”, tornando o Estado o responsável pela gestão de uma comunidade *feliz*.

Esse estado de felicidade da maquinaria em funcionamento causa influência mediante um terror comparativo, que mostra ao sujeito a sua condição em relação a outra mais pessimista: “poderia ser muito pior”, é o que dizem. Isso faz cultivar a cultura do conformismo, do enredamento das regras, que torna o sujeito cativo e ao mesmo tempo livre para escolher o próprio cárcere; a ameaça está sempre presente e pode vir de qualquer lugar, eis a barganha do governo, que procura proteger os seus, aperfeiçoando sua estratégia não a ponto de sanar a angústia, mas de estreitar os laços de controle a partir de promessas. A expectativa gerada pelo medo é uma das grandes forças de inclusão, faz aderir para não sofrer, embora continue a provocar várias formas de sentir dor, inclusive a da supressão das liberdades. O medo que faz da diferença uma ameaça às liberdades sugeridas pela gestão de governo. “Por isso, a angústia não ‘vê’ um ‘aqui’ e um ‘ali’, determinados, de onde o ameaçador se aproximasse. Que o ameaçador não se encontre em *lugar nenhum*, isso é o que caracteriza o referente da angústia”. (HEIDEGGER, 2009, p. 253). É nesse estado de suspensão que o sujeito incluído se encontra, atendido por aquilo que uma demanda institucionalizada estipula. Essa gestão da angústia e de comprometimento em alavancar a sociedade se faz um suporte, favorece as práticas de capacitação para atender aos interesses de mercado, que são o foco das políticas neoliberais de governo; cada indivíduo se tornando

um investimento, calculando custos, angariando incentivos que façam com que a produtividade continue a avançar, bem como o cuidado educacional, para uma formação direcionada, fazendo da própria deficiência uma *commodity*:

Os saberes e tecnologias produzidas em programas de inclusão escolar parecem responder a esse esquema geral e a normas específicas relativas à cada deficiência, pautado numa inclusão que adapta o organismo vivo a certas destinações relacionadas à sua ocupação funcional no mercado de consumo ou de trabalho previamente estabelecida. Pode-se dizer que dessa forma os seus modos de existir no mundo, assim como a sua expressividade, dificilmente são considerados racionalmente e vistos pelos demais (PAGNI, 2016, p. 348).

Os descaminhos a que a ideia de inclusão nos remete possibilita elencar algumas perspectivas críticas em relação às experiências, não reiterando os pressupostos já admitidos, mas problematizando o campo da inclusão: “O que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis?” (FOUCAULT, 2010f, p. 21). Essas indagações não são do tipo de “[...] uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos”. (FOUCAULT, 2010f, p. 21). Tendo em vista que a problematização se pauta em um jogo entre o verdadeiro e o falso, que vai moldando o objeto para que se desenvolva o pensamento, as práticas podem ser discursivas ou não, mas não partem de representações *a priori*.

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.). (FOUCAULT, 2010e, p. 242).

Longe da presunção de abarcar toda a complexidade que o tema da inclusão representa, bem como conseguir observar todos os aspectos críticos possíveis, a presente pesquisa envereda por essa problemática com o intuito de ser mais surpreendida do que fazer surpreender, permitindo eclodir, na dinâmica dessa conjuntura, algumas frestas, pequenos ruídos que irão repercutir como um eco, manifestando a fissura intransponível da inclusão: a Diferença ( $\neq$ ).

## 2.2. O (des)encaixe da diferença acontecimental no discurso inclusivo.

Pensar o diferente é estar diante do insolucionável, pressupõe um caráter singular, intransferível, distinto, não integrado. A diferença é tratada como anomalia pelo experimento científico, aquilo que foge à regra, sendo aqui apresentada uma inversão: as regras é que estariam desvirtuando o caráter diferencial da vida. Pensar essa *bio* como uma cadeia de singularidades que o regramento é capaz de capturar cria uma normalização que poderá ser conduzida, doutrinada, até mesmo dogmatizada, para que a sociedade construa as suas estruturas e o governo seja eficiente. É pela diversidade que tem se buscado a integração do elemento disperso passível de ser reintegrado ao universal, inclusive no âmbito pedagógico. Mas, antes de aprofundar o caráter inclusivo de acolhimento à diferença, devemos:

[...] admitir que, ao invés da integração ao discurso e às políticas da inclusão, há possibilidade de que, para ser outro de si, o estranhamento suscitado na relação com outrem e a diferença propiciada pela deficiência dele seja algo que o produz e o move, quando não o comove. Parece nascer de uma relação como essa um pensar imanente da diferença, de uma ontologia, provocado por um outro que se apresenta como uma alternativa a ser incluído, porque convoca não a eficiência, mas a deficiência, que, por sua vez, se constitui no móvel desse processo de subjetivação, num devir do sujeito ético, de sua (trans)formação como tal e de seu posicionar-se no mundo. (PAGNI, 2015, p. 96).

O mote da eficiência é a busca pelo ajustamento da deficiência às normas impostas pelas políticas de inclusão, com mecanismos que agem sobre os indivíduos, sobre seus corpos, desenvolvem uma logicidade que garante o sucesso do empreendimento de inserção. A deficiência sugere que a eficiência não é em tudo adequada, ela não condiz com a proposta de atendimento generalizado. O próprio conceito de diferença é relegado a um papel comum, faz-se modismo pelo senso comum. Em face do expansionismo neoliberal, é interessante observar que os indivíduos buscam a marca da diferenciação, o consumidor procura o fator que o tornará único no mercado de consumo. O apetite por ser único é alimentado pelo bombardeamento cotidiano de diversas fontes de consumo, os indivíduos se agregam em associações que compartilham os mesmos gostos e objetivos, fomentam idiosincrasias que dão robustez às redes sociais e aos diversos grupos através de um elo que torna a todos comuns. O argumento da associação está muito próximo ao da diversidade, promove o diferente anulando o caráter mais íntimo, o fator da singularidade. São pontos de vista que

traçam uma linha para fazer aproximações, fomentam um eixo de pertencimento que fossiliza os sujeitos, quando, na verdade, deveriam buscar a ampliação das relações.

Mas o importante é que o ponto de vista ultrapassa o indivíduo, tanto quanto a essência ultrapassa o estado d'alma: o ponto de vista permanece superior àquele que nele se coloca ou garante a identidade de todos os que o atingem. Não é individual, mas, ao contrário, princípio de individuação. (DELEUZE, 2010, p. 104).

O estado diferencial, embora arregimentado pelo ponto de vista da diversidade, deve operar de maneira diversa, extravasar os limites que o individual pretende impor. Deve-se deslocar os pontos de vista para que à grade da individuação não se sobreponha o individual, dificultando o aparecimento de linhas de fuga. Apelamos ao individual em sua performatividade política antes do individual. Ser atendido pelo governo é justamente ceder ao que há de mais essencial nas liberdades, a autonomia, aquela aleatoriedade que burla o controle e que cria resistência a qualquer forma de poder. A “[...] pluralidade de modelos não constitui, de fato, uma saída para o peso exercido pelas normalizações. A variedade e a diversidade de modelos identificatórios apenas tende a naturalizar o que é efetivo em uma da realidade” (FREITAS, 2016, 241). Pluralidades acabam aclimatadas por um generalismo que emperra a complexidade dos processos relacionais, uma espécie de sociedade feita em organogramas, onde cada um, com seu caráter individualizante, possui lugar cativo na estrutura, modelado pela hierarquia que engloba a todos e abre campos para se movimentar em perímetros traçados. Uma “captura das singularidades” (FREITAS, 2016, 242), que promove uma mobilidade territorial a partir de um regime de fronteiras. Um discurso de combate ao separatismo, em que todos, apesar das diferenças, devem estar unidos pela causa comum, de apaziguamento dos conflitos. A falta de controle governamental é sempre um risco à sociedade vigente, a indeterminação forma uma área de marginalização que constantemente afronta os cálculos de uma razão de Estado, admitindo-se que:

[...] em nossa atualidade, a separação tornou-se aquele tipo de atividade a ser combatida, tendo em vista que os mecanismos de separação e exclusão passaram a exigir um maior custo político e de procedimentos. A cultura do nosso tempo é não somente integradora, mas inventora de integrações e inclusões do que se faz indeterminado, o que não significa que as exclusões deixaram de existir, embora tenham se tornado mais complexas e opacas. (DELEUZE, 2010, p. 104).

O efeito de opacidade da governamentalidade é imprescindível para transmitir uma aparência de normalidade, um modelo integrado onde parece não haver brechas, onde tudo flui em ritmo determinado. Nesse prisma, “[...] relega-se a diferença ao esquecimento, à errância, ao obliterado lugar do inominável”. (LOPES, R. 2016, p. 304). Tal papel atribuído à diferença a envolve nessa opacidade que procura sufocá-la. “A palavra de ordem é: a diferença deve ser trabalhada, escrutinizada, controlada nas atividades e no tempo; enfim, deve-se normalizá-la, pois só assim a diferença teria lugar na sociedade dos vivos”. (LOPES, R. 2016, p. 304). Tal situação desumaniza o elemento intempestivo e acontecimental de caráter diferencial, que é aquilo que existe de mais próximo à *bio*, a potência em devir. Importante também trazer à baila o termo “*discapacidad*”, que é a forma utilizada para caracterizar a deficiência em espanhol, algo próximo de descapacidade ou da falta de capacidade. O sujeito se torna aquilo que o discurso diz dele, só que a projeção discursiva é adjetivada não pela positividade, mas pela negatividade, é vista pela falta, tal como um habitual estado de carência. “De ahí los términos de Diferencia como separación, como hiancia, grieta, agujero, falta irreductible, carencia proveniente de la discontinuidad con la naturaleza en su pasaje al orden social, humanizante”. (JACOBO, 2016, p. 317).

Ao trilharmos os descaminhos impostos à diferença, estamos diante de uma contenção, um impedimento que servirá de filtro ao estender as malhas do policiamento. “Al instaurar la regulación se instala un dique, un surco orientador, un límite que opera como frontera, prohibición, impedimento. La regulación ya implica prohibición”. (JACOBO, 2016, p. 323). Diz o que deve ser feito, como ser feito, consequentemente evidenciando o que não pode, o que nem mesmo se deve cogitar, inferindo um discurso de verdade e seus efeitos. Tal estruturação normativa induz a demandas que o próprio sistema produz. Criam-se necessidades e um anseio por atendê-las, retroalimentando uma engenharia de controle, onde a própria movimentação dos sujeitos serve de motor ao mercado em expansão, um progressivo superávit com projeções que fazem da deficiência uma de suas moedas de troca, impondo à diferença um déficit estatisticamente previsto. Ademais, responsabiliza os sujeitos por sua própria condição, ou descaracteriza os traços humanos para torná-los um não-sujeito.

O incômodo do não-lugar que a deficiência promove afronta a ordem social, tendo como consequência uma ampliação do aparelhamento administrativo, dilatado para acolher os que estavam relegados ao lado de fora. Essa franja composta pelos outros que escapam ao cálculo vai sendo capilarizada paulatinamente, mobilizando uma estratégia de captura que

aperfeiçoa os detalhes e modificam as linhas de cooptação, com dobras, fraturas, curvas e rupturas. Estar na margem e ao mesmo tempo à margem, em um ir e vir, faz um grupo de indivíduos maleável possuir características tangíveis e intangíveis, algo próximo daquilo que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) denominaram na obra “Ideologia Alemã” (1932) de *lumpen proletariat* (lumpemproletariado), o sujeito desprezível, o homem trapo, o trabalhador miserável, aquela figura que é repudiada, que representa o que há de mais frágil e ao mesmo tempo o exemplo do estado não desejado. Trata-se de uma trama que em alguns momentos aparece à opinião pública como benfeitoria, um gesto de caridade, respaldada por valores cristãos. Uma moralidade piedosa que atinge setores populacionais e procura servir como diretriz, estigmatizando o excluído a partir do próprio signo inclusivo, restringindo as atuações a uma dinâmica enrijecida, suprimindo o protagonismo dos que não são vistos como aptos a jogar de acordo com as regras estabelecidas.

[...] Aliás, essa forma de governamentalidade estatal continuou a ser mesclada com uma série de valores morais relativos à piedade de alguns desses segmentos da população (creditando a eles certa minoridade ou incapacidade) ou a aspirar princípios jurídicos referentes a uma igualdade formal que, ao mesmo tempo em que concede direitos a esses mesmos segmentos – por vezes, sem ouvi-los ou, mesmo, arrogando-se a um gesto de suposta superioridade –, interdita a sua efetiva participação na esfera pública e os estigmatiza mesmo sob o signo de sua inclusão. Em outras palavras, é como se os segmentos dessa população fossem permitidos participar do jogo, mas como jogadores cujas aptidões e lances são vistos, respectivamente, com desconfiança e, em função disso, com uma expectativa muito abaixo do esperado pelos demais. Sequer se cogita no âmbito dessas políticas ditas afirmativas a possibilidade de que uma atitude e uma estilística novas possam se exprimir em suas práticas e emergir em sua ação, colocando em xeque as regras, a plástica e a arte próprias desse jogo. Tais políticas inclusivas, assim, têm garantido direitos aos segmentos da população denominados de minoritários para que, uma vez acomodados no jogo, o seu efetivo protagonismo das lutas na atual configuração biopolítica seja obscurecido em função desse risco que representam e, conseqüentemente, secundarizados por um conjunto de práticas legitimadas em saberes e empreendida por tecnologias produzidas por um corpo de profissionais especializados. (PAGNI, 2016, p. 347 - 348).

A performatividade normativa da exclusão disciplina o corpo dos sujeitos deficientes, limitando a movimentação pelo aparato técnico de conduta dos gestos, controlando as formas de agir e determinando o pensamento. Cada nova implementação do mercado é uma traumática adaptação desses indivíduos a toda uma mecânica de como se deve fazer, um *Deus ex machina* biopolítico, que servirá para interferir nos modos de

existência, garantindo uma ordem adequada ao espetáculo da governamentalidade. As implicações da ação governamental nos indivíduos deficientes são extremamente violentas, denegam a sua vontade, moldam subjetividades, ferem o corpo, aterrorizam a mente pelo horror da captura e a consciência do servilismo. Sem menosprezar os índices de internação, a ação opressora atua determinando todas as funções do sujeito submetido a uma supervisão institucional próxima do regime prisional. Uma maquinaria cruel de imposições faz com que o humano se torne um servidor do mecanismo, quando deveria promover o contrário. O indivíduo-apêndice, moldado pela plasticidade da política neoliberal, acaba por ser levado a um enrijecimento utilitário, tornando-se no final do processo uma máquina funcional que serve à produtividade capitalística em constante aceleração. Os próprios modelos paraolímpicos servem de parâmetros performativos. A exigência da superação deixa de ser apenas de um eu em relação a um outro, e passa a ser de si para consigo mesmo. Observa-se que:

[...] uma série de tecnologias são testadas e validadas para otimizar o funcionamento dos corpos desses sujeitos, tratados como objetos, e adaptá-los a uma certa funcionalidade esperada socialmente, naturalizada como um fim indiscutível, para que certa concepção formal de inclusão ocorra. (PAGNI, 2016, p. 349).

Não é possível minimizar os efeitos de uma política de inclusão com a demarcação de sujeitos, com o alinhamento de uma lógica que atende a preceitos, corrige cursos, aproxima disparidades. Os corpos apresentam os estigmas da normalização que os assola, mesmo quando não são necessariamente submetidos a algum tipo de adaptação, mas pelo sinal, pela marca, por algo que os caracteriza como corpos desviantes. Assistimos a uma proliferação dos modelos que são agenciados para aumentar os níveis de controle, não permitindo desarranjos, mas promovendo adaptações. Podemos ilustrar esta situação com o popular clipe *Another Brick In The Wall (Part II)*, da banda britânica de rock progressivo, *Pink Floyd*, onde crianças ordenadamente são submetidas a padrões que inibem qualquer forma de singularidade, com máscaras que fazem até as expressões se tornarem identitárias, em carteiras enfileiradas, conduzidas por uma esteira em direção ao moedor de carne. Uma sociedade de sujeitos adaptados, respondendo a estímulos constantes que irão padronizar os atos.

Como dirá Foucault, sobre eles recairá a malha das disciplinas, para eles serão criadas a rede de instituições e espaços disciplinares. Eles não são corpos a banir, a esconder, a supliciar, corpos que só merecem a lástima ou o riso como os dos monstros; são corpos a adestrar, a corrigir, a recuperar, a tornar dócil e produtivo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 98).

Imaginar que a determinação da regra indica quem recebe ou não os benefícios, como também exclui quem está fora da curva estatística, indica que a grande importância não está nos indivíduos, mas na norma. Questionamos até que ponto uma política de inclusão não se torna justamente uma norma, onde o imprescindível não seria mais atender este ou aquele, mas sim determinar a regra e ver quem nela se encaixa. A inclusão como grande foco converge na forma de um funil, que vai engolindo as diversidades e ajustando-as para que possam ser alinhadas no estreito gargalo. A diferença parece escapar ao funil ou mesmo congestionar o trânsito, a ponto de dificultar a assimilação, é a impossibilidade em si que constantemente rivaliza com a tendência de adequação. O discurso inclusivo em muitos momentos tenta demonstrar uma certa tolerância ao diferente e, por isso, procura evidenciar a sua prática de acolhimento. "De fato, o que é a tolerância? A tolerância, pois bem, é precisamente o que exclui o raciocínio, a discussão, a liberdade de pensar sob a sua forma pública, e só a aceita – e a tolera – no que concerne ao uso pessoal, privado e oculto." (FOUCAULT, 2010f, p. 36). Joga-se para debaixo do tapete, marginaliza-se, faz-se habitar o mundo das sombras o sujeito inclassificável, enquanto os holofotes das regras funcionam como torres de vigília, procurando sinalizar o mínimo gesto que tenta escapar ao universo demarcado, ou aprisionar o que habita o fora da norma. O sentimento de tolerância procura destruir qualquer forma de resistência, apaziguando os ânimos em um discurso raso, onde tudo estaria exposto, inclusive o excluído, que será visto de forma evidente e deixado de lado. São somas de positividade, de onde nada escapa, inclusive a exclusão.

Outro ponto de grande importância é não converter o discurso da inclusão em algo romantizado. Ignorar as limitações dos indivíduos ou mesmo destacar apenas os aspectos benéficos da diferença pode criar uma armadilha, pois afirmações generalizadas, determinismos, formas superficiais e simplórias de análise tendem a ser equivocadas, ainda mais sobre um assunto que envereda por um trabalho hermenêutico, coberto de diversas camadas discursivas, ampliado pela impregnação das esferas sociais. O cuidado com que se deve tratar a diferença está atrelado à advertência de não criar para si um novo discurso imperativo, daí a necessidade de pensar no caráter acontecimental, que não se faz pela captura, mas por sua intensidade intempestiva. As sugestões apontadas por esta pesquisa

indicam possibilidades de análise que não ignorem a dificuldade que é tratar da inclusão e da diferença. Quando relacionadas, forma-se um jogo em ação e não uma ação que se joga. A diferença aqui aparece como uma contraconduta aos dispositivos de inclusão. "Contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros" (FOUCAULT, 2008b, p. 266). O que não impossibilita uma autorreflexão pela perspectiva da diferença e nem romantiza o tema, negando, por exemplo, os fatores de limitação no campo da deficiência.

A antinomia entre a inclusão e a deficiência é uma condição inerente à dinâmica social, pois é possível relacioná-las por uma força de oposição, ambas se repelindo até o limite de um novo embate. A diferença não admite ser incluída, porque é singular, o que significa que sua condição essencial é estar fora, situação que pode ser descrita por uma equação simples: quanto mais inclusão menos diferença e vice-versa. Mas não se trata de tomar a diferença pela diferença, mas a diferença admitida em um processo relacional, que sempre irá escapar à força de uma inclusão totalizante. Enquanto o aparato inclusivo se faz pelo máximo, a diferença se exerce pelo mínimo. Trata-se de pensar a diferença enquanto diferença-menor. "É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre  $n-1$  (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele)". (DELEUZE & GUATTARI, 2009, p. 14 e 15). A diferença no deficiente seria, pois, essa singularização que não cabe em igualitarismos e diversidades acomodadas. E fechar-se em uma discursividade da diferença apenas nega o caráter de abertura que é a sua essência:

El simulacro de la identidad nos hace pensar que cualquiera de nosotros siempre es sustancialmente el mismo en cada gesto, en cada estado de humor, en cada tonalidad o en cada forma en la que aparecemos y nos hacemos visibles ante los demás (Skliar y Bárcena, 2013). Deleuze dice querer "pensar la diferencia en sí misma", así como "la relación entre lo diferente y lo diferente", prescindiendo de las "formas de su representación". Deleuze no lo dice así, pero quiero imaginar -voy a suponerlo, y a mi vez voy a intentar pensarlo- que cuando advierte de su intención (pensar la diferencia en sí misma, prescindiendo de las formas de su representación), lo que quizá se ofrece -y ésta no es más que una hipótesis- es la posibilidad de pensar la diferencia de acuerdo con la experiencia de la propia presencia de lo nombrado como diferente, 52 Pro-Posições | v. 26, n. 1 (76) | p. 49-67 | jan./abr. 2015 o dicho en otros términos: la diferencia como lo que aparece o se torna manifiesto en sus propios términos, lo que se vuelve visible ante nosotros, en el seno de una relación o de un encuentro. O sea: que pensar la diferencia como diferencia

es tratar de pensarla en su singularidad, tal y como se pone de manifiesto ante nosotros, como si se tratase de un encuentro con lo extraño. (BÁRCENA, 2015, p. 51 e 52).

Pensar a diferença nesta relação de embate com a inclusão nos remete a trajetórias em conflito, que podem ser descritas de formas diagramáticas, em um entra e sai de perspectivas, abrindo e fechando caminhos, um fluxo interacional. Esse estar de fora sempre em relação ao outro é justamente o que faz mover a engrenagem destas potências conflitantes. Conforme expõe Deleuze em seus estudos sobre David Hume (1711-1776), “[...] toda relação é uma comparação, pois todas as relações são exteriores a seus termos”. (2018, p. 149). Tentar resolver as disparidades é justamente anular uma das partes, sobrepondo o fator antagônico e destruindo a contestação crítica, que é essencial à dinâmica dos jogos de poder. Anular o outro é se autodestruir, impedir o movimento de se reinventar, favorecer uma verticalização que tende a ruir à medida que cresce. Aqui tratamos de algo relacional, e a hipótese é de que um campo de atuação – espaço onde se desenvolvem contingências – se dá pelas distâncias medidas entre os elementos distintos, irreduzíveis um ao outro.

É sempre a partir do fora que uma força é afectada por outras, ou que afecta outras. Poder de afectar, ou de ser afectado, o poder é exercido de modo variável, conforme as forças em relação. O diagrama como determinação de um conjunto de relações de forças nunca esgota a força, que pode aparecer segundo outras relações e noutras composições. (DELEUZE, 2005, p. 120).

Pensar a diferença como força inesgotável, que escapa aos círculos diagramáticos de contenção que a discursividade inclusiva impõe, promove possibilidades que não estão restritas a simples estágios de diagramação normativa, mas que inserem novas estratégias. “Quando o poder se torna bio-poder, a resistência torna-se poder da vida, poder-vital, que não se fica pelas espécies, pelos meios e pelos caminhos deste ou daquele diagrama”. (DELEUZE, 2005, p. 125). O extravasamento que a diferença proporciona é similar à deficiência e às suas inaptações, gerando desconforto aos padronizados, refletindo o estranhamento que desintegra modelos, aguçando outras formas de sentir, de transvalorar o olhar sobre os corpos. Pensar pelo diferente é habitar o imprevisível, o acontecimental, que na verdade se parece mais com a névoa, aquela neblina que diante de nós, em uma luminosa manhã, parece se descortinar diante dos olhos e que é possível vislumbrar por alguns

instantes. Ledo engano. Uma vez dentro da neblina, perdemos os referenciais, tateamos cautelosamente, mas cheios de incertezas, não existindo a dimensão do que virá e quando virá. Seguimos o caminho sem saber do caminho. Algo próximo àquela cegueira branca descrita pelo escritor lusitano José Saramago (1922-2010), em “O Ensaio Sobre a Cegueira (1995)”. A inclusão aparece como o farol do veículo que ilumina poucos metros à frente, que consideramos com pouco efeito, mas que tenta nos dar a segurança que desejamos diante da potência da incerteza.

Por sua vez, não cabe a exclusão, dentro do cenário político atual, tampouco a medicalização em vista a cura ou a correção. Trata-se de pessoas que são diferentes em suas próprias diferenças e obrigadas a conviver com isso por toda uma vida, que não cabe nos saberes como qualquer vida, nem se dobram às normas e às tecnologias, porque são o que são: potência pura, objetos de captura, de pena e, também, de inveja, porque podem ser os que os demais não podem mais, isto é, livres para serem o que são, deficientes e, mesmo sendo eficientes em alguns campos como indivíduos, resistem a levarem esse critério para todas as esferas da vida. (PAGNI, 2018, p. 141 - 142).

A proposta é pensar a diferença como uma “negatividade positiva”, pela perspectiva do acontecimento. Explorar a potência dessa força de negação das estruturas institucionalizadas, que de fora se faz resistência. Não descaracterizar o diferente por uma adjetivação pejorativa, nem mesmo referenciá-lo a uma ausência de atributos limitadamente definidos. “Incompetência, incapacidade ou, simplesmente, convivência com o intransponível, astúcia para fugir àquilo que qualquer um não gostaria de se dobrar”? (PAGNI, 2018, p. 141 - 142). Uma força de rebeldia que escancara diante da sociedade o seu não cumprimento das regras, que possui uma contraconduta que não se importa com os valores propagados, com os dinamismos calculados. Aquilo que não pode ser superado, que se faz pelo não limite, desencadeia um corte severo nas estruturas, promove uma ruptura intransponível, não existindo acordo ou moderação. Como habitamos um ambiente democrático, onde o discurso, inclusive legislativo, promove a ideia de equidade, a fundamentação da diferença em sua positividade negativa faz rever as formas de interação e sustenta uma natureza singular que não pode em hipótese alguma ser assimilável, não se deixa acolher por essa liberdade inclusiva que o governo sanciona.

Pensem na diferença. Geralmente se a analisa como a diferença de algo ou em algo; por trás dela, além dela, mas para dar-lhe suporte, dar-lhe um lugar, delimitá-la e, portanto, dominá-la, põe-se, com o conceito, a unidade

de um gênero que ela parece fracionar em espécies (dominação orgânica do conceito aristotélico); a diferença torna-se então o que deve ser especificado no interior do conceito, sem transbordar para além dele. (FOUCAULT apud GROS, 2004, p. 80).

Aludir à diferença como uma referência a algo é descaracterizá-la em sua própria potência, reduzindo-a a uma enunciação que é justificada por um outro que a desqualifica. Na perspectiva desse outro que dita o ser por uma imposição normativa, o ser assujeitado, devemos estar atentos ao caráter classificatório que caracteriza um grupo pelos elementos que são postos como de origem próxima, comum, criando a inclusão para reprimir os traços diferenciais. O critério para determinar uma população e assim poder regulá-la, com dispositivos que atuam sobre os que fazem parte deste grupo, é a dinâmica de um poder biopolítico. Percebe-se a necessidade de agrupar para melhorar a performance, criando uma maior produtividade e organização de controle por parte dos poderes institucionalizados. Indagamos se a biopolítica não teria se tornado essa grande rede de captação e capitalização das diferenças, e se a inclusão poderia se fazer um dispositivo de controle para modular os distintos, os sujeitos  $\neq$ 's, tornando-os sujeitos  $=$ 's, criando assim uma cisão entre o povo dos diferentes ( $\neq$ 's) e população dos iguais ( $=$ 's). Agrupar para controlar, incluir para excluir, eis a estratégia de uma guerra contínua do biopoder que tem como meta gerir a força de trabalho.

Mas não devemos ignorar a importância de agregar, da empatia, de aproximar, de somar forças. Destacamos a importância do desenvolvimento das políticas de inclusão, com destaque para o crescimento observado no início do século XXI, com inegáveis avanços, possibilidades de acesso, visibilidade, debates, enfim, que evidenciaram os sujeitos antes não assistidos. Os pactos que as redes de relações inclusivas promovem também é crucial, já que enriquecem as experiências, alargam as demandas e dilatam as percepções, reiterando o caráter da crítica desenvolvida, sem deslegitimar os significativos avanços promovidos pelas práticas de inclusão e suas benesses, conquistadas a duras penas. O intuito de relacionar a visão sobre a deficiência ao questionamento das formas com que se promove uma política de inclusão e seus efeitos assume um papel de grande destaque. Por vivermos em sociedade, a funcionalidade relacional é incontestável, os próprios mecanismos de poder institucionais servem-se delas. Mas a que tipo de direito relacional fomos submetidos? "O direito relacional é a possibilidade de fazer reconhecer, em um campo institucional, relações de indivíduo para indivíduo que não passem necessariamente pela emergência de um grupo reconhecido." (FOUCAULT, 2010h, p. 125). A institucionalização de um grupo *a priori* apenas serve de impedimento para as relações entre os indivíduos. Afastar os sujeitos por

organizações unitárias, integrando-os a sistemas de valor que supervisionam por norma autorregulatória, exerce sua força através dos dispositivos criados para regulamentar o seu desenvolvimento, “[...] pensar a biopolítica como um conjunto de biopoderes”. (REVEL, 2005, p. 27). Todavia, quando pensamos em direito relacional, para que exista efetividade nas relações, é preciso ocorrer uma distância decisória, ou seja, uma distância ideal e real que possa nortear as decisões tomadas pelo indivíduo sem que ele seja subjugado pela trama dos regulamentos, ininteligíveis ao próprio campo de atuação.

Através do discurso da inclusão, procuramos enxergar a necessidade de atender ao requisito da distância decisória, por iniciativas participativas do indivíduo deficiente neste cenário. Estamos longe de atender a contento os que são o foco da inclusão e suas tentativas de adequação das diferenças. A concepção de conjunto tem necessidade de impor uma junção que deveria ser consequência das liberdades, como uma ação recorrente das relações com suas singularidades, onde a união se daria por uma diversidade de confluências pontuais, de divergências, e não por uma convergência integral prévia. Uma metáfora que aprofunda essa concepção é a construção nômade. Os beduínos são exemplo de dinamismo, mobilidade, reféns das intempéries do deserto, acompanham os fluxos de errantes migratórios. Construir a partir do diferente é estar disposto à mudança, saber que a força vem da adaptabilidade, de ser constantemente assolado pela intempestividade dos acontecimentos. Trata-se do exercício de pensar o coletivo, mas não a partir da coletividade:

Mas o problema é justamente saber se efetivamente é dentro de um "nós" que convém se colocar para defender os princípios que são reconhecidos e os valores que são aceitos; ou se não é preciso, ao elaborar a questão, tornar possível a formação futura de um "nós". Creio que o "nós" não deve ser prévio à questão: ele só pode ser o resultado e o resultado necessariamente provisório - da questão, tal como ela se coloca nos novos termos em que é formulada. (FOUCAULT, 2010k, p. 229).

Incluir não significa trazer benefícios, mesmo que este seja o único caminho. A não significância inclusiva é de caráter externo, e a necessidade de incluir é a comprovação da exclusão. Lembremos do “[...] grande enclausuramento – invenção de um lugar inclusivo da exclusão” (REVEL, 2005, p. 63), onde fazer parte de uma massa internada, significava estar fora, à margem, “[...] com a exclusão (espacial) e com a inclusão (discursiva)”. (REVEL, 2005, p. 63). Podemos reforçar a inclusão discursiva e pensar na exclusão como uma dificuldade de acessibilidade, seja profissional ou educacional, como a necessidade de adequação às normas de conduta. No caso da deficiência, a força de um exame determina

quem ou o que segue as regras do modelo inclusivo, cria a repartição entre normal e anormal. Percebe-se a necessidade da contrapartida que justifica a funcionalidade da verdade administrada, por analogia: “Enquanto o Logos grego não tem contrário, a razão não existe sem sua negação, isto é, sem a existência do que, por diferença, a faz ser.” (REVEL, 2005, p. 72). Em nossa sociedade, as condutas são racionalizadas, o que gera conflitos nas relações de poder, mas nesse jogo existe muito mais, como a necessidade de que os sujeitos construam um discurso sobre si mesmos, para que a própria vida se torne uma aplicabilidade do biopoder.

É justamente por esse auto constituir-se que o sujeito administra sua liberdade, nesse processo de desenvolvimento de si. Presumimos que existem outras formas de tratar a questão da diferença, inclusive na área educacional, propostas alternativas à inclusão. Como é possível promover liberdades que garantam a efetividade desse si, promovendo aberturas e não enclausuramentos, não com intuito de expor soluções universalizantes, mas à procura de pistas que possam proliferar essa potência da deficiência? Uma pista sugere que: “A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade”. (FOUCAULT, 2010a, p. 267). Ser livre não é estar conduzido por forças reagentes da moral normativa, mas estar transpassado por intensidades não assimiláveis, são agentes incontroláveis, revolucionárias por não permitirem que tudo continue sendo da mesma maneira, construindo uma ética de ação positiva.

### **2.3. Acontecimentalização**

Partindo de uma perspectiva que tenciona a normalização já apresentada, propomos uma tomada da deficiência pelo que Michel Foucault denominou, acontecimentalização, em “Ditos e Escritos IV”. Mas é importante deixar claro que um processo de acontecimentalização se dá não com intuito de retirar uma perspectiva, mas de evidenciar os cortes. A deficiência é destacada como um acontecimento e que não podemos esquecer as condições dadas, a contextualização ao qual é construída, inclusive pela perspectiva da inclusão, o tempo histórico em que se formam maneiras de enxergar. Não podemos nos servir de anacronismos para comparar o que foi com o que é, muito menos dizer *a priori* como será. Mas também não concebemos a ruptura como algo estanque, já que a transformação perpassa pela trama das temporalidades e a intensidade da ação faz com que o impacto do ocorrido cause efeitos como os fragmentos aleatórios de um explosivo. Aqui

tratamos do acontecimento como ação diante da vida, as práticas incessantes do sujeito em relação a si e aos outros, consequentemente as repercussões sociais que se perfazem na coletividade.

O que se deve entender por "acontecimentalização"? Uma ruptura absolutamente evidente em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma "singularidade". Mostrar que não era "tão necessário assim"; não era tão evidente que os loucos fossem reconhecidos como doentes mentais; não era tão evidente que a única coisa a fazer com um delinqüente fosse interná-lo; não era tão evidente que as causas da doença devessem ser buscadas no exame individual do corpo etc. Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. Tal é a primeira função teórico-política do que chamaria de "acontecimentalização". (FOUCAULT, 2012b, p. 339).

Pela singularidade adentramos a seara da acontecimentalização, na busca pela transvaloração do sujeito que é relacionado à condição de deficiente. Mostrar que não é preciso que a deficiência fique restrita a locais específicos para a educação dos indivíduos, nem que seja necessário retomar o modelo cruel de encarceramento dos antigos manicômios. Mostrar que não são pessoas de uma subcategoria dentro da sociedade, que possuem direitos e devem ser respeitados como cidadãos no pleno direito de suas singularidades, nos pautar pelas suas visões e não mais nos restringimos a um olhar já endurecido e pronto. Não estamos diante de uma pacificação entre os "normais" e os "anormais". A ruptura é tensa, o conflito provoca um desequilíbrio que incomoda. Ainda mais diante de uma biopolítica intensiva:

Em um contexto biopolítico operacionalizado pelo mercado neoliberal de concorrência, em vista do qual os agentes têm de continuamente preparar-se para serem assimilados pelo mercado da competitividade, a manutenção e incremento da qualidade de vida de uns continua a implicar e exigir a destruição da vida de outros, tornando-lhes a vida supérflua e descartável: cada vez mais, as novas figuras da criminalidade e da anormalidade serão fixadas naqueles indivíduos e grupos que não se assumem como auto-empresendedores no e para o mercado. (DUARTE, 2009, p. 49).

Esquivar da força impositiva, ao mesmo tempo não cair na armadilha da individualização, que cria a sensação de aparente liberdade — que é uma característica do pensamento neoliberal — e cativa o pertencimento a estrutura pronta para aprisionar. A coletividade também fornece a possibilidade de agregar, faz com que as vulnerabilidades,

por sua condição comum de fragilidade, possam aglomerar para uma resposta mais agressiva. Os jogos de poder envolvem as diversas operações matemáticas, adição, subtração, multiplicação, divisão etc., sem que tenhamos a rigidez dos cálculos, acompanhamos a maleabilidade da performatividade humana.

Além disso, a "acontecimentalização" consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma espécie de desmultiplicação causal. (FOUCAULT, 2012b, p. 339).

Desmultiplicar é sair do comum através de uma multiplicidade que o implode. Não necessariamente envolve uma exclusão, serve-se de uma rede de apoio que se constrói em uma solidariedade de sobreviventes, como no caso da "ética da amizade" (PAGNI, 2016). O caráter único do acontecimento faz com que estejamos no campo das multiplicidades. O pluralismo das singularidades faz a fertilidade do campo relacional, construindo trajetórias que podem colidir ou agregar, depende da forma como se organizam os sujeitos atuantes. A generalização é o que a biopolítica pretende, mesmo na diversidade, já que cria conjuntos, dando liga ao governo, capturando o povo caótico e reintegrando-o como população controlada. Mas o acontecimental foge ao estratégico, por ser desviante, escorregadio, desliza pelas grades impostas, pende-se nas franjas da maquinaria que só vai até o limite do abismo. A sociedade de controle olha para o abismo, mas esquece de um fator eminente: "Quem deve enfrentar monstros deve permanecer atento para não se tornar também um monstro. Se olhares demasiado tempo dentro de um abismo, o abismo acabará por olhar dentro de ti". (NIETZSCHE, 2001, p. 109). Eis a questão, deixar expostas as entranhas da biopolítica, a ponto de poder tocar sua fragilidade.

A diminuição do peso causal consistirá em construir, em torno do acontecimento singular analisado como processo, um "polígono", ou melhor, "poliedro de inteligibilidade", cujo número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado como legitimamente concluído. Há que proceder por saturação progressiva e forçosamente inacabada. E é preciso considerar que, quanto mais se decompõe, desde o interior, o processo a analisar, mais se poderá e se deverá construir relações de inteligibilidade externa (concretamente: quanto mais se analisa o processo de "carceralização" da prática penal, até em seus menores detalhes, mais se é conduzido a se referir a práticas como as da escolarização ou da disciplina militar etc.). Decomposição interna de processos e multiplicação das "sacadas" analíticas caminham juntas.

(FOUCAULT, 2012b, p. 340).

Sair do Todo e se imiscuir a todos. O rompimento com esse tónus que o sistema submete. Uma entorse que faça a maquinaria gritar, que não mais azeite os mecanismos em sua trituração habitual. À medida que as faces são multiplicadas, elementos exteriores aos postos são conseqüentemente trazidos à tona, os campos de contato aumentam e pedem novas iniciativas de interlocução. As soluções prévias nunca serão suficientes pela própria necessidade incessante do movimento. Seria um “polimorfismo dos elementos que são postos em relação” (FOUCAULT, 2012b, p. 340), poderia até ser um caleidoscópio, mas o seu desempenho se faz pela assimetria. A maneira como as articulações se fazem perpassa por uma perspectiva heraclitiana (Heráclito de Éfeso/Grécia, 540 a.C. - 470 a.C.), ou seja, um choque entre forças que se opõem. “Uma generalidade singular: ela só possui realidade acidental, e sua inteligibilidade só pode por em obra uma lógica estratégica.” (FOUCAULT, 2008b, p. 533). São jogos de guerra, ocupando espaços: territorializando, desterritorializando e reterritorializando.

Em vez de dizer: cada classe, ou grupo, ou força social tem sua ideologia que permite traduzir na teoria suas aspirações e ideologia de que se deduzem rearranjos institucionais, que correspondem às ideologias e satisfazem às aspirações — conviria dizer: toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os põe em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos teóricos que justificam moralmente ou fundam em racionalidade essas táticas. (FOUCAULT, 2008b, p. 285).

Ao analisar esse ambiente de táticas e rearranjos, apesar do fator relacional de conflitos, não estamos lidando com algo definido e claro, como preto ou branco, a realidade se faz mais cinza, opaca. Vamos tateando conforme os acontecimentos se dão. A sociedade que tenta controlar, procura, através de práticas biopolíticas, criar um ambiente liso, onde os conflitos já pareçam acomodados, utiliza subterfúgios para criar um local higienizado e saudável. O desejo neoliberal faz com que a sociedade esteja “implicada na necessidade de governar menos para governar mais, está a necessária circulação e participação de todos os sujeitos dentro de um gradiente de participações (ou de inclusões) em distintas instâncias da vida”. (LOPES, M. 2015, p. 292). Existem muitos modos de apaziguar os ânimos, sedar o acontecimento, fazer do ritmo diário uma conformidade. O drama da existência humana adormece na austeridade neoliberal que tenta apagar o riso do teatro burlesco existencial. O

excesso de expectativa de vida é o desespero mediante a inevitável falência, inclusive das próprias instituições, que aspiram uma solidez que possa transcender seu estado de constante decadência.

A morte se torna um não-acontecimento. Na maior parte do tempo, as pessoas morrem sob uma camada de medicamentos, se não for por acidente, de forma que elas perdem inteiramente a consciência em algumas horas, alguns dias ou semanas: elas se apagam. Vivemos em um mundo em que o acompanhamento médico e farmacêutico da morte lhe retira muito do seu sofrimento e de sua dramaticidade. (FOUCAULT, 2010l, p. 143).

O progresso se dá pelo movimento que passa quase despercebido, já que o constante fluxo empurra o olhar que tenta se deter. Quando ativamos a história de forma a perspectivar a realidade, buscamos na tradição a grandiosidade, deixamos escapar a sutileza. É preciso agir e não esperar por súplicas de uma intervenção verticalizada e vertiginosa. A própria “inclusão pode ser entendida tanto como uma *estratégia* de governamento quanto como um *imperativo* de Estado que a impõe à população”. (LOPES, 2015, p. 297). Focar nos grandes feitos, nos mitos fundadores, apenas cria grilhões, emperra o devir, faz de cada momento uma consequência de causalidade, desenvolve-se uma gênese e não uma genealogia que problematiza a realidade. Citando Kant, Foucault salienta:

Não esperem que esse acontecimento [de valor rememorativo, demonstrativo, prognóstico; M. F.] consista em altos gestos ou feitos importantes cometidos pelos homens, em consequência do que aquilo que era grande entre os homens se faz pequeno, ou aquilo que era pequeno se faz grande, nem em antigos e brilhantes edifícios políticos que desapareçam como por magia, enquanto em seu lugar surgem outros, de certo modo, das profundezas da terra. (FOUCAULT, 2010f, p. 17 - 18).

O caráter acontecimental está nos detalhes, mas sempre de maneira fluídica, não se detendo às tradições e sim às temporalidades. Estar atento ao que se passa na microfísica é reparar no movimento acontecimental, nas conexões que criam caminhos para agir, um ir e vir constante que percorre essa ordem criada, uma espécie de circulação venosa, muito mais complexa e polimorfa. “Em um universo assim fragmentado não há lagos que possa reunir todos os pedaços: não há lei que os ligue a um todo; não há todo a redescobrir nem mesmo a formar”. (DELEUZE, 2010, p. 124). Forma-se uma corrente torrencial, que infla com os acontecimentos e desagua feito um tsunami. São microrresistências, que como um vírus, se

espalham pelo sistema e se reproduzem a ponto de minar suas defesas de controle.

As resistências nas sociedades de controles contínuos e de comunicação constante ocupam pequenos espaços, promovem minúsculos acontecimentos no limiar de experimentações para além da borda. Esses pequenos espaços são compostos de forças vivas e também por acúmulo de desgastes. Trazem consigo apenas reservas de vida e de morte, presença do rompimento inevitável com o uniforme, o consenso e o comum. (PASSETI, 2009, p. 131).

No âmbito dessa esfera comum em que se dá o acontecimento, não podemos deixar de perceber a necessidade daquilo em que se dá, ou seja, a matéria que irá representá-lo. Pela materialidade do mundo que o acontecimento se manifesta e faz-se saber pelos que são acometidos pela sua força. Ele não necessita dos corpos para ocorrer, mas é por estas mesmas formas, inclusive corpóreas, que consegue nos fazer ver em fração, disperso na multiplicidade do real. Assim que se constrói uma ética de singularidades, que nega a moral pronta e se faz a cada ato criador, uma ontologia do presente efetivando-se. “Uma ética do despreendimento e não da conversão. Uma ética da singularidade e não uma lei universal invariante. Uma ética do acontecimento e não transcendental.” (MARTINS 2009, p. 59). A disposição pluralista é a potência fragmentária do acontecimento, que possui um caráter múltiplo ao ser realizado em ato único. É o mesmo que nunca se dá da mesma forma, a repetição da diferença

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, na coexistência, na dispersão, no recorte, na acumulação e na seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FONSECA, 2009, p. 246).

Pela aleatoriedade de fragmentos percebe-se que “não é nos grandes acontecimentos que devemos buscar esse sinal que será rememorativo, demonstrativo e prognóstico do progresso. É em acontecimentos quase imperceptíveis.” (FOUCAULT, 2010f, p. 18). Desta feita, evidencia-se a resistência acontecimental. É por ela que a ordem se desfaz, como uma criadora de sulcos, ela vai tornando os alicerces porosos, insustentáveis em sua verticalidade engessada. Esgota-se no próprio ato para poder reviver em outro momento, com a mesma intensidade, como uma supernova que radiantemente nos espanta. Pelo acontecimento que

se dá a transformação de fato, constante, intransponível e que não pode ser detida.

Ora, o que é esse acontecimento que não é um grande acontecimento? Pois bem, é a Revolução. Enfim, a Revolução... Não se pode dizer, afinal, que a Revolução não é um acontecimento ruidoso, manifesto. Acaso ela não é, precisamente, um acontecimento que derruba e faz que o que era grande se torne pequeno e o que era pequeno, grande, e que abole e engole as estruturas mais sólidas, parece, da sociedade e dos Estados? (FOUCAULT, 2010f, p. 18).

A experiência evidencia a necessidade constante de inadaptação às formas de governo, mas com uma flexibilidade adaptativa de resistência. Quando pensamos esse constante devir, imaginamos a necessidade como uma constante, pensa e repensa o real, age por uma práxis aliada ao desenvolvimento de um pensamento que dialoga com a realidade, na importância da educação que busca novos meios para permitir que o pluralismo não seja reprimido. A filosofia assume um papel fulcral, se torna uma ferramenta para o desenvolvimento de um *éthos*. "A filosofia só é uma ética à medida que ela se dá como pensamento da diferença" (REVEL, 2004, p. 87), o que faz com que estejamos diante de uma ontologia do presente. Portanto, é factível asseverar que:

Foucault talvez tenha sido o filósofo que mais bem compreendeu que a tarefa de uma filosofia do porvir deveria assumir as feições de um trabalho crítico do pensamento como diagnóstico da atualidade, o que ele apropriadamente chamou de ontologia do presente (2001, p. 1506) ou de ontologia crítica de nós mesmos (2001, p. 1396), e que, enquanto atividade filosófica de investigação do presente, de análise da constituição histórica de nossa subjetividade, apenas poderia se apresentar na forma de uma atitude crítica como problematização do pensamento. No mais, esta seria a única contribuição que Foucault poderia prometer a uma filosofia então lastreada por um estudo dos modos de problematização: a possibilidade do enfrentamento com as questões, com as práticas históricas e com os acontecimentos que agem nos processos de constituição de nossa subjetividade; e, por esse motivo, uma ontologia histórica sobre a nossa constituição como sujeitos de experiência. (LOPES, R. 2016, p. 286 - 287).

Explorar a noção de atualidade foucaultiana pode demonstrar uma riqueza de sentidos que contribui muito para se pensar o acontecimento. A ontologia se afirma pelo fortalecimento desse si que faz parte da composição dos sujeitos. Diagnostica os modos de agir e desenvolve possibilidades. A atualidade demonstra uma natureza de abertura que promove a multiplicação de singularidades, pluralismo que revigora o novo, um sentido primordial para a execução de uma ontologia que não é dada *a priori*, mas que se faz,

construindo um modo de existência próprio a cada indivíduo e compondo uma trama que irá interligá-los pelo elemento de diferenciação, no entrechoque díspar dos sujeitos únicos.

A noção de atualidade está empregada, desse modo, para sublinhar como um acontecimento não somente engendra toda uma série de discursos, de práticas e de comportamentos, mas se prolonga, em noutro sentido, até nós. Por um lado, diagnosticar a atualidade consistiria em reconhecer o acontecimento sob o signo do qual nós mesmos aparecemos, nós mesmos somos, e, por outro, qual o acontecimento que ainda continua a nos atravessar, isto é, o qual nós repetimos em nossa atualidade. [...] Mas há um segundo emprego da noção de atualidade, o qual está estritamente ligado aos dois artigos escritos por Foucault sobre o texto de Kant “O que é o Iluminismo?”. A atividade de diagnóstico consiste, neste caso, em colocar filosoficamente a questão do presente, a questão de nossa atualidade. No caso de Foucault, como no de Kant, colocar a questão do pertencimento à sua própria atualidade é uma forma de interrogá-la como um acontecimento do qual teríamos de dizer o sentido e a singularidade, e, por outro lado, colocar a questão do pertencimento a um “nós” correspondente a esta atualidade (2001, p. 1499-1500). (LOPES, R. 2016, p. 289).

Atualizar a deficiência nesse sentido é pensá-la como acontecimento que perpassa não apenas os indivíduos estigmatizados por este signo, mas a própria ideia de humanidade, desconstruindo toda a lógica previamente moldada. Como os cegos, aprendemos a tatear, a ponto de transgredir os parâmetros e criar dois movimentos: um de explosão, que cria raios de atuação pela força dos estilhaços; e o de implosão, que nos faz perceber esse outro que reverbera dentro de nós, desgastando aquela ideia primal de natureza e nos revelando esse estranhamento que a novidade propicia.

## CAPÍTULO 3

### A DEFICIÊNCIA COMO RESISTÊNCIA ACONTECIMENTAL

#### 3.1. Resistência acontecimental

Os acontecimentos são poeira: atravessam a história como breves clarões; mal nascem regressam logo à escuridão e muitas vezes ao esquecimento. Cada um deles, é certo, por muito breve que seja, é testemunho, esclarece um canto da paisagem, por vezes um vasto panorama da história.

*(Fernand Braudel)*

Ao assumir o acontecimento como revolucionário e pensarmos a diferença pela própria diferença, cabe investigar como a potência da deficiência pertence ao jogo de poder e cria estratégias, na busca pela experiência limite que possibilitará um rompimento. Dentro da biopolítica, compondo a trama que vai se formar, ainda que imaginemos uma problematização que reconfigura os atores e fomenta ações inovadoras, existe a limitação do campo político onde atuam as relações de poder. Se ao próprio normal e anormal são criados, a deficiência e a eficiência também fazem parte das emulações de uma definição de natureza humana que acabam no máximo repercutindo em simulações. Foucault avança muito ao problematizar e trazer as temporalidades historiográficas, estabelecendo conexões pela prática constante de uma construção de si, uma ética que perpassa pelas estruturas sociais, acentua o exercício das liberdades. Adentrar a lógica dos devires é ir além das relações de poder.

Os devires seriam mais rápidos e plásticos do que os supunha Foucault, porque eles se desvencilham das próprias estratégias do ser-poder ou das relações de força que aí se dão. Na verdade, a maquinação das forças do lado de fora, tanto nas relações entre elas — ser-poder — quanto na relação consigo mesmas — ser-si — não seria dada por um diagrama das relações de poder onde os devires envolvem a história com suas “resistências”, mas por um diagrama dos devires do acontecimento que traçam linhas de fuga com relação à história, e por isso intercalam transformações ou contra-efetuações incorpóreas nos encontros espaço-temporais dos corpos. (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 99).

Trabalhar a deficiência como experiência limite, os corpos ditos ingovernáveis trazem em si algo que antecede a sua própria existência. "Do devir, percebemos apenas estados, da duração, instantes, e, mesmo quando falamos de duração e de devir, é em outra coisa que pensamos." (BERGSON, 2005, p. 296). A importância da história é que por ela nós percebemos como o devir ocorre, como se pudéssemos vislumbrar fotografias de alguns instantes, cabe ressaltar que Foucault estava correto em perceber o acontecimental no campo das temporalidades, investigando sob um panorama histórico. Assim como o anormal é criado mediante uma norma que determina um normal, a ordem estabelecida também cria parâmetros para julgar e/ou marginalizar o que foge ao seu controle. "A questão, dizíamos, é saber por que há ordem nas coisas e não desordem. Mas a questão só tem sentido se supusermos que a desordem, entendida como uma ausência de ordem, é possível, ou imaginável, ou concebível." (BERGSON, 2005, p. 297).

O funcionamento do sistema se dá pela crença de que ele existe e funciona. Por determinação de um estado eficiente, pela necessidade em atender toda uma demanda mercadológica que dita as regras de conduta, damos ênfase a essa condição e nos condicionamos à submissão. As pessoas perdem o que constitui o seu sentido, que é a singularidade, tornam-se parte de uma massificação que lhes imprime uma marca de indivíduo para lhe tornar comum. A existência de uma criatura que vem a esse mundo está relegada a aprender e seguir o ritmo, "ela não inventa o mundo, utiliza-o" (BARTHES, 1972, p. 41). Aprender a ver de uma maneira nos torna a visão limitada, faz com que enxergamos partindo sempre desse pressuposto:

[...] se o princípio de todas as coisas existe à maneira de um axioma lógico ou de uma definição matemática, as próprias coisas deverão sair desse princípio como as aplicações saem de um axioma ou as consequências de uma definição, e não haverá mais lugar, nem nas coisas nem no seu princípio, para a causalidade eficaz entendida no sentido de uma livre escolha. (BERGSON, 2005, p. 300).

Romper com o ciclo vicioso, fazer com que a potência da deficiência, que faz parte da condição humana como ser vivente se torne um ato de resistência máxima. Admite-se que "o que a história capta do acontecimento é sua efetuação nos estados de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa à história". (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 99). Através da história que haverá meios para perscrutar instantes do fluxo acontecimental. "Sem a história a experimentação ficaria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não

é histórica." (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 99). A força da execução da diferença não cabe aos campos propostos, extravasa qualquer limite, atravessa barreiras, confronta nas trincheiras, porque, de antemão, desejamos estabelecer limites. Atribuímos à diferença o campo das multiplicidades, por seu caráter plural, que promove fraturas na biopolítica e rompe com a própria história.

Portanto, e para colocar a questão em outros termos, ao contrário de Foucault, que observa a criação da diferença como estratégias sobre o campo social e histórico, Deleuze acredita que a multiplicidade faz com que a diferença as extrapole, como 'linhas de fratura' ou de fuga que, pertencentes a um território, se pusessem em fuga em busca de uma nova terra, a fim de experimentar novamente aquilo que não fora possível realizar no território antigo. Assim, as linhas de fuga seriam estratégias mais elementares que as da resistência aos dispositivos de poder historicamente definidos. Ora, se as linhas de fuga são primeiras com relação ao poder, então, o problema da resistência, que implica a vigência primária de dispositivos, não se coloca para Deleuze. As condições históricas servem para serem abandonadas. (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 100).

A deficiência como experiência limite traz em si algo que faz parte da própria existência humana, as limitações que expõe evidenciam o que a sociedade procura negar ou esconder. Ainda que apelemos a *ratio* governamental e que seja alicerçada pelo intelectualismo evolucionista de capitalização da eficiência, esbarramos no fator intransponível de que "o déficit é o estado normal da inteligência." (BERGSON, 2005, p. 300). A cultura criada por uma produção capitalista visa comparar para criar o ambiente propício à competição, fazendo rivalidades que tensionam com intuito de garantir o funcionamento do sistema. Pela competitividade é possível manter um estado de confronto que se dá nos limites impostos. De modo geral, medir é uma operação inteiramente humana, que implica sobrepor real ou idealmente dois objetos, um sobre o outro, um certo número de vezes. "A natureza não pensou nessa superposição. Ela não mede, nem tampouco conta". (BERGSON, 2005, p. 238). A métrica é produtiva à medida que alimenta o jogo neoliberal, promove um estado hostil de insegurança de todos contra todos.

Como a inclusão possui um caráter fortemente relacional e como na racionalidade neoliberal somos estimulados a competir e a "cuidar" de nossos parceiros competidores para que eles continuem no páreo – lutamos duplamente. Isso quer dizer que luto por mim para me manter incluída e luto para que o outro também se mantenha no jogo competitivo do mercado. (LOPES, M apud LOPES, M. 2015, p. 301).

Pelo processo inclusivo temos um território onde as relações se dão a partir de uma lógica de controle, onde as liberdades se exercem por uma limitação de condicionamentos, procurando rearranjar as desigualdades. “Inclusão não é um mecanismo para homogeneizar ou igualar as condições de vida e de participação de todos, mas é a estratégia de colocar todos em circulação e integrando um *gradiente de inclusão* [...]”. (LOPES, M. 2009). Tal gradiente passa a ser “[...] ativado a partir da educação e da participação no mercado”. (LOPES, M. 2015, p. 299). Ao pensarmos no jogo posto e na lógica de estar entrincheirado na biopolítica, podemos dizer que “[...] o modo de ser histórico e a constituição de si mesmo como sujeito autônomo, não é a fidelidade a uma doutrina, mas é, sobretudo, a reativação permanente de uma atitude. Essa atitude pode caracterizar-se como uma **atitude-limite**, onde é necessário estar nas fronteiras.” (MARTINS, 2000, p. 159 - 160). Reiteramos que:

Para Deleuze, por seu turno, as diferenças traçam linhas de fuga no campo social, como dizíamos um pouco acima, e, portanto, 'fogem' dos poderes e saberes de um determinado dispositivo, isto é, elas se esquivam de certo modo das relações de força, ultrapassando inclusive as contra-estratégias de resistência às práticas de poder estabelecidas. (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 99 - 100).

Por estarmos inseridos nas relações de poder, captados e livres para agir apenas dentro do seu círculo de influência, encontramos um problema de analogia que faz com que sejamos sempre este em relação aquele. As fugas precisam ocorrer a ponto de romper com tais diretrizes e poder inovar em sua trajetória indefinida. Somos presos e nos tornamos presas desse *bios* que cria a organização por seu próprio sentido, que deseja se fazer único e intransponível. De tal aprisionamento que parte a inclusão, faz da diversidade mais uma estratégia de controle, um dispositivo de trazer para si e regular. Renegando essa premissa que evocamos o seguinte argumento:

*O erro capital, aquele que, transmitindo-se desde Aristóteles, viciou a maior parte das filosofias da natureza, é o de ver na vida vegetativa, na vida instintiva e na vida racional três graus sucessivos de uma mesma tendência que se desenvolve, ao passo que são três direções divergentes de uma atividade que se cindiu ao crescer. A diferença entre elas não é uma diferença de intensidade, nem, de modo mais geral, de grau, mas de natureza. (BERGSON, 2005, p. 146 – 147, grifo do autor).*

Pensar a deficiência por uma logicidade de eficiência é um equívoco, por continuarmos aprisionados à mesma esfera. Quando o deficiente é visto como o outro

daquele que foi intitulado normal, isso o torna parte de uma dualidade excludente que o mantém marginalizado. Uma contraparte de um universal que não o prioriza. "Se ponho dois números, com efeito, já não sou mais livre para escolher sua diferença. Se parto de dois lados de um triângulo e do ângulo circunscrito, o terceiro lado surge por si mesmo, o triângulo completa-se automaticamente." (BERGSON, 2005, p. 234). O ordenamento se dá pela justaposição dos contrários, que formam duas metades de uma mesma moeda desvalorizada. "Dizíamos, com efeito, que toda ordem aparece necessariamente como contingente. Se há duas espécies da ordem, essa contingência da ordem explica-se: uma das formas é contingente com relação à outra." (BERGSON, 2005, p. 256). O acontecimento não se faz resistente pelo contrapoder e nem pelo mero acidente de percurso, mas por sua imanência na existência humana. Está lá antes de nós e se dá por meio do que somos. A manifestação plena de uma força incontrollável. "O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera". (DELEUZE, 2009, p. 152). Lidamos com séries formadas pelo fator diferencial de multiplicidades, que são tencionadas pelas forças divergentes, a ponto de não mais resistir ao ajuste molar e romper, causar uma ruptura que seria o caráter revolucionário de iniciar novos segmentos, um horizonte de eventos.

As séries são curvas-integrais de atualização ou singularização das relações diferenciais entre forças. Isso significa que cada formação histórica possui determinadas séries que integralizam singularidades. As singularidades que assim se efetuam lançam séries que se prolongam umas nas outras até que o limite das relações diferenciais das estratégias de poder determine o momento em que essas séries prolongáveis passam a divergir e, portanto, surge um 'corte' onde se inicia uma nova formação histórica. (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 95).

Entendemos a diferença como experiência limite desse corte, fazendo com que seja a condição existencial de corpos desviantes que não podem ser simplesmente acomodados ou esquecidos. A deficiência promove ruídos que incomodam as linhas de gradientes que são formadas dentro dos controles sociais, sendo estridentes mesmo no silêncio mais sepulcral. O grande fator de inclusão e que as políticas inclusivas tendem a não admitir é justamente que as "singularidades são iguais no exercício de suas diferenças". (GALLO, 2009, p. 375). E ainda é possível reforçar: "Somos igualmente diferentes, a única desigualdade que nos iguala". (BRUM, 2014, p. 104). Quando extravasamos as prerrogativas, de espaço e tempo condicionados, não mais restritos à verticalidade

vertiginosa imposta pelos dispositivos de controle, estamos diante de uma transformação que se faz pela catálise de implosões e explosões que se somam em uma destrutividade construtiva. Parte-se das multiplicidades pelo seguinte cenário:

Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*; a suas relações, que são *devires*; a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres*; a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização*. (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 8, grifo dos autores).

As multiplicidades são o universo exposto onde o acontecimento se dá, atravessa em fluxo os sujeitos, abarca as singularidades, extravasa pelas hecceidades, tenciona a liberdade espaço-temporal, alastra como rizoma, em camadas que serão sulcadas pela dinâmica das posições e reposicionamentos. O atual, comprometido com essa descarga múltipla, é o fator de aproximação, que por um sutil deslize, faz a filosofia do acontecimento em Foucault se aproximar do devir em Deleuze, criando em seguida um choque que irá levar cada uma delas a uma radicalidade única, repelindo mutuamente. O elemento comum que une é o mesmo que distancia.

O pensamento como cartografia dos movimentos intempestivos de heterogênese, como geografia de devires, ou seja, dos verdadeiros acontecimentos e esses acontecimentos inatuais e por isso mesmo interessantes como os 'seres' sem identidade da filosofia: tal é o sentido da ontologia foucaultiana do presente. E não há objeção a que se distinga o presente do atual e vincular ao atual o pensamento. O Atual, para Foucault, é o Novo, o outro lado virtual do presente, o devir outro do presente: o presente é o que somos, mas o atual, nesse sentido, é o que no presente estamos já a deixar de ser. Pelo que a distinção axial não é entre o presente, a parte histórica ou do ser desse presente e sua parte virtual ou não histórica de devir (Deleuze, 1991, p. 107). (MARTINS. 2000, p. 160).

Os efeitos em pensar a própria diferença implicam um cenário muito divergente aos que são propostos nas práticas comuns. Ao aludirmos a outro olhar pela filosofia de Deleuze, procuramos cruzar o tempo historicizado foucaultiano com o espaço geográfico deleuzeano. “No espaço e apenas no espaço, sem dúvida alguma, é possível a multiplicidade distinta” (BERGSON, 2005, p. 279), tempo e espaço na composição de formas distintas de lidar com

a diferença. A importância de uma ação criadora que parte de cada subjetividade. “Não há coisas, há apenas ações”. (BERGSON, 2005, p. 269). A busca do novo é a garantia da plenitude da vida, não mais pela capciosa intercessão de governos que conduzem, mas despotencializando a crueldade opressora. Que a educação sirva ao propósito de não se consolidar em proposições, permitindo ao que é portador de uma deficiência, transformar a realidade, contribuir para o bem-estar social, sem que com isso ele ou qualquer outro indivíduo perca suas características mais elementares.

Ao considerar esses elementos de atuação da diferença, os acontecimentos-efeito, não poderíamos negligenciar o quanto a tarefa filosófica como problematização do pensamento permite recolocar em nova perspectiva a analítica do devir deficiente: não pensar pela identidade e pela representação, mas pelo signo do acontecimento; não pensar em termos de história e regularidades, tais como as classificações nosopolíticas, mas pensar os componentes geográficos, as territorialidades e os movimentos de desterritorialização do pensamento. Pensar pela diferença não é, enfim, fazer uma história da deficiência, mas uma *geofilosofia* da deficiência, isto é, pensar os agenciamentos que os acontecimentos cruzam e cartografar o devir como produção de novos modos de vida. Na direção dessa abertura de pensamento, apresentamos três alternativas finais na condição de possibilidades para se firmar na educação uma ontologia da diferença e do devir deficiente. (LOPES, R. 2016, p. 296).

Portanto, desejamos um mundo de liberdades atuantes, onde o emprego das potencialidades não seja um parâmetro meritocrático. Que a tragédia não mais seja relegada aos porões sob quaisquer regimes ditatoriais. A voz deve ecoar, inclusive pela força do silêncio, admitir a originalidade, fomentar a riqueza das possibilidades que não se restringem a uma norma, que não cabem em nenhuma lei, por serem de exclusividade ontológica. Fazer da diferença esse fator comum de solidariedade mesmo no conflito, pela permissividade de aprender, transvalorar, aprender com a arte o valor da criação. Potencializamos a deficiência até mesmo quando sua função é despotencializar. Despotencializar o tempo que nos é tomado em um mundo capitalizado, dinamizar os espaços tão violentamente fronteiriços, abrir caminhos para que o devir aconteça. Acontecimentalizar é viver, sem garantias, excluídos os prêmios, renegadas as permutas, restando apenas a repetição desse incessante acontecer. “Repetir é comportar-se, mas em relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente”. (DELEUZE, 2000, p. 42).

### 3.2. Educação como resistência

No campo da educação, o desafio é justamente conseguir lidar com o acontecimento, que é devastador às formas de contenção impostas pelo processo de institucionalização, que tem como “[...] função integrar e incluir os indivíduos em um conjunto específico de possíveis experiências, comparando-os, diferenciando-os, hierarquizando-os, homogeneizando-os, distribuindo-os nas funções sociais escalonadas, classificando-os, de todo modo”. (CARVALHO, 2014, p. 106). Diante da ineficiência constatada da inclusão e da impossibilidade da diferença, bem como de uma crise ética sem precedentes que vivemos na contemporaneidade, seria possível vislumbrar uma possibilidade prática da diferença, uma dentre tantas possibilidades que podem emergir de uma perspectiva diferencial em contrapartida ao discurso totalizante inclusivo? Em face dos inúmeros estudos desenvolvidos por Michel Foucault, alguns autores classificam sua teorização em fases distintas. “Trata-se de três dimensões irreduzíveis, mas em implicação constante: saber, poder e si. São três ‘ontologias’”. (DELEUZE, 2005, p. 154). Esse *ethos* que perpassa o pensamento foucaultiano pode nos ajudar a tentar esboçar uma perspectiva acontecimental educacional que seja destoante das comumente aceitas e implementadas. Um exemplo que Foucault teoriza é da ordem dos grupos homossexuais e que ajuda a compreender um processo de formação ética, por uma ontologia do presente, que se dá pelos afetos e que podemos associar, com as devidas ressalvas, à deficiência. Assim temos:

[...] a amizade homoerótica como signo de um novo código de comunicação entre duas pessoas. As alianças entretecidas nessa relação, diz Foucault (1981, p. 38), “traçam linhas de forças imprevistas”, assumem um caráter perturbador, pois, “o modo de vida homossexual muito mais que o ato sexual mesmo”, implica num *ethos*, que pode sacudir as instituições. Nesse sentido, considerou que se os “códigos institucionais não podem validar estas relações das intensidades múltiplas [...], das formas que se modificam”, essas “relações instauram um *curto-circuito* e introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito” (FOUCAULT, 1981, p. 38, grifos meus). (PAGNI, 2016, p. 345).

O surgimento dessas práticas promove relações, que atuam em campos novos de afetos, onde os sujeitos envolvidos, miseráveis em questões de empatia, extremistas em individualidades pré-moldadas, procuram criar formas de sobrevivência, atuando onde a institucionalização não consegue penetrar, ou onde sua força de controle se torna mais rarefeita. A deficiência também se faz em um espaço de conflitos, rearranjando estratégias

de sobrevivência e consolidando alianças que possam potencializar o enfrentamento diário contra uma normalização que despotencializa. “Percebendo-nos incompletos e múltiplos, tendemos à totalidade e à completude”. (FISCHER, 2012, p. 54). Neste espaço de restrição gregária, onde a diversidade se torna representação de um mesmo grupo, emergem novas formas de subjetividade, concepções de uma ética em construção. Mas, como pensar a deficiência sob esta perspectiva? Como conceber este “incluído-tolhido” por uma prática de liberdade que possa emancipá-lo dos rigorismos da conduta? Quais as possibilidades deste corpo-dócil se rebelar, se insinuar por outros espaços, abrir outros caminhos, transvalorizar toda a lógica de controle que o entremeia, intensificar-se como corpo desviante?

[...] as relações interpessoais com o/as denominado/as deficientes, emergentes em instituições como as escolas, após a implantação de políticas de inclusão, poderiam ser considerados como formas de produção de uma nova ascese ou de criação de um *ethos* próprio. (PAGNI, 2016, p. 346).

Não é descartada a importância da inclusão como visibilidade do indivíduo com deficiência, todavia, deve-se questionar o caráter limítrofe e todo o aparato normativo para a adequação, quando se transforma em meio. "O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação." (FOUCAULT, 2008, p. 27). Entretanto, o meio que se faz a partir de uma lógica de governamentalidade já ditada, deixa claro à primeira vista a “[...] associação da escola com as estratégias de governo”. (CARVALHO, 2014, p. 107). Ao reunir subjetividades em um mesmo espaço de atuação, cria-se um laço social que forma uma liga somatória que não se dá pela força gravitacional de atração, mas pela gravidade de condições, limites e rupturas, se fazendo próximos por seu caráter urgente, intransponível. A necessidade de união por imposição das condições de fragilidade potencializa formas de resistência, estende redes que se interconectam e fazem vazar a grade da biopolítica. Assim, partimos de uma genealogia que não é alicerçada por um começo e nem um fim, sem ponto de origem ou chegada, mas pela potência relacional, intempestiva, uma transvalorização.

Não é preciso buscar na agregação de sujeitos falantes ou atuantes a causa ou o fundamento de uma comunidade, mas descrever a maneira com que a prática comum — seja ela linguageira ou política — produz subjetividades da diferença, ou seja, existências irreduzíveis à linearidade e à normatividade da ordem estabelecida. O comum tem de diferente em

relação ao consenso o fato de não se tratar de um fundamento dado: ele é uma produção. (REVEL, 2004, p. 84).

Essa diferença produzida perpassa as relações entre os indivíduos que jamais serão iguais. Uma atenção ao protagonismo de grupos que buscam sua independência faz eco que ressoará em tantas outras diferenças autoafirmativas. Embora, “[...] como afirma Gilbert (2012), os relatos do/as deficientes ou de seus pais e familiares se enquadrem muitas vezes a uma espécie de ajustamento ao lema de que *o diferente é normal*” (PAGNI, 2016, p. 350), afirmar a diferença no âmbito do discurso da normalidade é negá-la, torná-la um elemento de aporte ao que é contraditório, exclui a sua exclusividade como singularidade, tornando-a objeto assimilável. A pretensão é explorar as relações que possam “[...] afrontar a moralidade dominante e as políticas de inclusão excludentes [...] a *diferença radical*”. (PAGNI, 2016, p. 351). Pautado não pela harmonia escalonada, mas pela dissimetria vinculada ao apoio recíproco, confiança que nasce de uma emergência próxima, erupções que não podem mais ser contidas, o rompimento com a norma vigente abre fissuras, faz irromper potências subterrâneas. Tal prática não é impossível no sistema social vigente, mas pode ser estimulada por políticas que investem no planejamento de subjetividades, característica comum à conjuntura neoliberal contemporânea, onde existe uma produção com o intuito de promover o próprio sistema. As relações entre sujeitos e sociedade desmotivam iniciativas coletivas militantes e causam estranhamento aos projetos solidários, facultando o ato a um benefício estritamente monetário. Não podemos nos esquecer que:

A verdade institucionalizada é algo que se interpõe, desde muito cedo, como experiência de codificação e de captura das potencialidades subjetivas dos sujeitos implicados na Educação igualmente institucionalizada. Não é sem razão que, para Foucault (2004b, p. 92), o “problema do governo das crianças ela aparece e se desenvolve ao menos desde o século XVI”. Portanto, a concepção de experiência educativa na atualidade está implicada a uma “exigência institucional”, expressão cara a Illich (1988, p. 128), que reinaugura as apostas constantes de pensamento e de práxis escolarizadas, a redundar o próprio sentido da Educação. Formar sujeitos históricos dessa maneira é retroalimentar os agenciamentos de governo da existência. (CARVALHO, 2014, p. 107 e 108).

Na tentativa de escapar ao que nos governa, procuramos trabalhar o próprio governo de si ou o processo do cuidado de si, que é relacional, parte dele, mas não se resume a um si próprio. Espirando a função relacional do si, não é possível concebê-la enclausurada, seu caráter polimórfico não é passível de retenção, parte sempre de um caráter livre entre os

indivíduos. Uma sociedade que tem como bordão o incentivo às liberdades, mas que polícia ininterruptamente, administra formas cada vez mais férteis de confinamento, clausuras que se dão intimamente, que tentam fomentar uma proposição de corpos e mentes dóceis, favorecem toda uma manutenção da medicalização e dos diagnósticos *psi*. Procurar soluções apenas impede o desenvolvimento do fluxo das próprias existências, uma tentativa de conter a própria força vital. “A estrutura da instituição escolar, contudo, não dá conta de acolher as singularidades como focos de experiência, pois estes lhe são sempre estranhos”. (CARVALHO, 2014, p. 110). O bloqueio de um determinado campo de relações de poder regimenta uma prática que apenas possibilita um estado de dominação, onde unilateralmente se exerce o direito à liberdade.

Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas. (FOUCAULT, 2010a, p. 266).

O caráter de dominação demonstra um desequilíbrio extremo nas relações de poder, não se pode excluir a desigualdade, pois ela é fator primordial em todos os jogos de poder, o que não justifica a total submissão das forças contrárias ou mesmo a extinção do que é considerado adverso. As relações políticas são o confronto de desigualdades promovidas entre os iguais, sendo que o caráter igualitário aqui exposto se refere às liberdades, não aos sujeitos, que são distintos entre si, singularmente desiguais, mas iguais no exercício da liberdade. A escola deve promover a interação política e não servir de palco para a violência das submissões. O espaço onde a acontecimentalização se dá, criando um vórtice de singularidades. Tornar o outro cativo é apelar à dominação, onde não existe igualdade de liberdades, conseqüentemente, não existe relação, por esse caráter antitético de dominação; o fator relacional exige uma fluidez, não pode ser prescritivo, ainda que esteja sob a tutela de uma dialética. A mobilidade é fundamental:

Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis. Certamente é preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá

relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 276 e 277).

Fugir do regramento, auto conduzir-se a uma espécie de contraconduta genuína. A vontade comum seria o exercício da liberdade mútua, que possibilita a cada um exercer-se. Mais uma vez aparece a dualidade entre inclusão e diferença, sendo que, na perspectiva da amizade, existe um incluir que não exclui o outro, mas mantém a distância que os faz dialogar em uma esfera de aceitação comum, movimento de livre de escolha que ambienta os envolvidos. Caminham “[...] de um mundo a outro, de uma palavra a outra, sem nunca reduzir o múltiplo ao uno; sem nunca reunir o múltiplo em um todo, mas afirmando a unidade bastante original daquele múltiplo, afirmando, sem os reunir, todos esses fragmentos irreduzíveis ao todo.” (DELEUZE, 2010, p. 119). Mais do que repensar as próprias práticas e as novas nuances de uma produção de subjetividades, é preciso abrir espaço para um movimento de desinstitucionalização que seja irrompido pelas liberdades.

Com efeito, desinstitucionalizar a Educação implica um constante exercício de questionamento das forças constrangedoras da instituição escolar, dos limites impostos a cada sujeito, no que diz respeito ao pensar, ao saber, ao fazer, ao poder ser; implica duvidar dos significantes mestres interpostos entre os jogos de qualificação e de desqualificação administrados, da vida gerida e regulada, da verdade empalmada de modo natural, como verdade dada. Desinstitucionalizar a Educação também é ativar posturas e ações, para “não aceitar como verdade o que uma autoridade nos diz que é verdade” (Foucault, 1996, p. 385). (CARVALHO, 2014, p. 112).

O questionamento das verdades institucionalizadas torna-se um imperativo no desenvolvimento de uma produção deficiente, onde a desarticulação das prévias conduções cria uma prática de resistência que cotidianamente ganha espaços e se consolida pelo embate. O espaço escolar passa a ser estriado pelas relações de poder e modifica a paisagem institucional que tenta se fazer por um plano aparentemente liso, homogêneo e integral. “Mas o importante é que o círculo não se fecha, não totaliza, ao contrário, faz desvios e forma

ângulos, é um círculo descentrado que faz passar para a direita o que estava à esquerda e para a extremidade o que estava no centro”. (DELEUZE, 2010, p. 120). No caso da deficiência, aquela denominação de sujeito especial faz com que o estranhamento dos normalizados se torne um meio de enxergar as próprias singularidades, através desse outro que se faz pela diferença. Perceber-se pela diferença é estar sujeito ao estranhamento, ser impactado por aquilo que foge à compreensão comum, estar diante do que há de mais íntimo, pois cada ser, em sua singularidade, é uma manifestação do diferente. O acontecimento é esse estranho conhecido, que perpassa a todos, promovendo o desconforto de não poder se livrar de sua influência perpétua. “O especial se refere ao que esse ser mostra de comum a outrem e, ainda que este não queira reconhecê-lo como tal, força-o a vê-lo como próximo ou, por assim dizer, familiar a si mesmo”. (PAGNI, 2016, p. 354). Existe a aproximação pelo que distancia, pelo estranho que é comum, uma empatia do exótico:

Dessa forma, o *ser especial* sugere o que possui em comum com a humanidade, mostrando em seu rosto certa tensão interna imanente à vida, que, uma vez posta para fora, revela um intervalo entre o que somos e a imagem que projetamos, assim como o amor que o conduz a ser de outro modo, graças ao seu devir, denominado aqui *deficiente*. (PAGNI, 2016, p. 354).

Pensemos na sensibilidade comum, por meio da qual os sujeitos não serão vistos pela falta, mas pelo elemento que os aproxima. Ainda que estranhamente a princípio, a amizade se torne essa ancoragem pela qual se dão as relações que margeiam a norma, outra organização, fluídica, que movimenta as diferenças pelo contato singularizado aparece como emergindo do cenário dado e construindo uma nova cartografia, com relevos que desfiguram a face pré-moldada. Estamos diante de uma performatividade ética, compondo espaços relacionais entre liberdades executáveis, laços tecidos por várias mãos, um artesanato conjunto que une por estreitar indivíduos, sem que se tornem cativos da subjetivação promovida, em um abrir e fechar de encontros, maleabilizando os afetos em permuta constante, uma repetição que não se deixa escravizar pelo hábito. Uma construção primária, que extravasa as superficialidades, mesmo ao transitar pelo espaço, que é o que há de mais superficial, lugar onde se desenvolvem campos de interação, território de fronteiras móveis, que a todo momento desterritorializam e reterritorializam, eclodindo em erosões nas trincheiras abertas. Pensar o outro a partir de si, sendo também atravessado por uma ipseidade alheia.

Insubmissão voluntária e reflexão indócil não se dirigem apenas contra os processos de condução e administração da vida, contra as estratégias de docilização ou domesticação, que têm por objetivo a distribuição de justificativas próprias em elementos racionais, calculados, quantificados e tecnicamente eficientes a fim de governar. Indo além, elas pretendem minar as tecnologias de governo cujas bases arcaicas se dispõem nos poderes de homogeneidade incrustados em nossas relações cotidianas: quem manda e quem obedece? Sob tal horizonte, a crítica alcança o patamar da atitude: “uma certa maneira de pensar, de falar, como também de agir, e uma certa relação para o que existe, para o que se sabe, se faz, bem como para uma relação social, cultural” (Foucault, 1996, p. 382). (CARVALHO, 2014, p. 113 e 114).

Fatual é a materialização impressa nos corpos dos sujeitos, onde o deficiente, também no ambiente escolar, como aluno, será marcado pelo que lhe falta, um corpo em falta, aparece representado não apenas pelas evidências, mas pelas lacunas, pelos fantasmas, pelo não evidente. A disposição da normalidade cria uma produção de verdades que vai atrair para si os que são marginais, ressaltará a negatividade, como se as pessoas nascessem com um débito perante a vida. Existe uma outra perspectiva da inclusão que adapta os “normais” aos desajustados por meio de um discurso de assistencialismo, ajustes para atender aos desprovidos por natureza. Na brutalidade impositiva, os corpos são sujeitados a aparelhos de controle que irão dominá-los, torná-los passivos diante da engrenagem fabricada. Mas quando falamos de Foucault, não é simples pensar em algo tão estruturado, as próprias tensões entre os catalogados no índice deficitário apresentam um panorama complexo: a sociedade civil que, adequada a padrões, resiste a mudanças, transformações espaciais que impactarão nos corpos de todos os envolvidos, em um processo de ressignificação das lógicas instituídas. Somado a isso, existe o papel dos familiares das pessoas portadoras de deficiência, que estão diretamente implicados por estes conflitos, além de uma série de outras instâncias que afetam os envolvidos. Os sujeitos são vistos, demarcados, passam a ser registrados por uma organização, são enxergados a partir de uma fragilidade que deve ser manuseada pelo mínimo de assistência que a sociedade concede. Entendemos que “[...] os sujeitos são efeitos de discursos, e esses efeitos — produzidos no interior de inúmeras e bem concretas relações institucionais, sociais e econômicas — não existem senão nos corpos” (FISCHER, 2012, p. 92), fazendo com que tenhamos um olhar mais atento ao corpo deficiente e às suas formas de sujeição:

Alguns desses traços físicos ou psíquicos são julgados socialmente, em sua condição ordinária, como negativos a um ideal de vida sã e à sua performatividade no mundo ou, mesmo, notados como indesejáveis. Isso porque eles evidenciam sob essa ótica os limites, deformações e disfunções decorrentes dos acidentes sofridos (genéticos, físicos, neuronais, etc.) por esse sujeito, despertando sentimentos diversos como repugnância, pena ou, mesmo, medo. (PAGNI, 2016, p. 355).

O estranho reaparece com o seu corpo estigmatizado, o ambiente escolar passa a ser o lugar de direito do estranho, esse mesmo que outrora estava distante dos olhares cotidianos, relegado a algum confinamento, que até hoje provoca constrangimento aos não habituados, que se chocam diante de algum gesto, ação, da simples exposição pública, sujeito ao olhar crítico dos adequados. As escolas hoje acolhem, muitas vezes ainda de forma inadequada, mas por estar ali presente, o contato cotidiano faz com que o deficiente passe a compor um ambiente que deixa de causar repulsa e que procura relacionar-se com o estranho. Deve-se questionar se a melhor escolha, se existe escolha diante do estranhamento, é justamente apaziguar o conflito ou deixar que aflore com a sua potencialidade? Talvez o interessante não seja estar restrito às territorializações impositivas de limites traçados, mas nos atermos a uma atitude limite do sujeito em descompasso com as regulações. “A atitude-limite busca afirmar a multiplicidade de forças que resistem ao imperativo de ser governado como isso. Ela força escapatórias, como alternativas ao ciclo do dentro ou do fora dos limites estabelecidos”. (CARVALHO, 2014, p. 114). Utiliza o próprio limite como forma de escape, se movendo nas bifurcações, ironizando as próprias limitações de governo. “Ela quer abusar das fronteiras; ela mesma se coloca na fronteira do que já é empreendido pelos processos de governamentalização e do que pode vir a ser. Quer dizer, atitude, aqui, é a postura criativa a interferir nas apostas ilimitadas das estratégias de governo”. (CARVALHO, 2014, p. 114). Um dos traços marcantes da exclusão é justamente o caráter negativo, a visão da incapacidade do não eficiente, ou o fator patológico que distancia:

Talvez, essa seja a sua face mais *inumana*, para usar precisamente uma expressão de Jean François Lyotard (1998), que, potencialmente, os chamados “deficientes” invocam e que poderia ser voltada contra a desumanidade e a inumanidade do próprio sistema biopolítico atual. Em outras palavras, isso significa confrontar o próprio estigma do que os deficientes representam socialmente, a repugnância e o temor que suscitam psicologicamente por sua presença tão estranha e, ao mesmo tempo, tão próxima, como exposto, por meio da invocação de um trabalho ético acerca de si mesmo, do ato de pensar daí decorrente para vislumbrar o que há em comum com essa face inumana de uma humanidade que, antes do que

reconhecida como nossa, também circula em cada corpo, se entretece no tecido e se aglutina no corpo social. (PAGNI, 2016, p. 355 - 356).

Romper com os modos de enxergar, fazer com que novos olhares possam surgir também daqueles que estão sob observação, afetando os observadores, sensibilizando-os mutuamente. A inversão da lógica do aparato instituído pretende implodir modelos, dinamitar prescrições, fissurar regras. Deixar que seja um acontecimento, um acidente imprevisível, fértil, incontrolável, genuíno. Sair do olhar que diminui ou ignora, ter uma visão mais microscópica, trazer para perto e ampliar as potencialidades, deixando eficiência e deficiência de lado para sentirmos juntos, em uma erótica que mistura ao mesmo tempo que distingue, não para afastar, mas como um ímã que cria um campo de relações que atrai por essa disparidade imanente. Tais espaços diferenciados de atuação provocam disputas violentas, aqueles que não aceitam essa liberdade, regrados pelo enquadramento, conseqüentemente deficientes de fato pela abolição das amarras, projetam no outro a sua própria angústia, um ciclo de bodes expiatórios para justificar as próprias frustrações. Começa-se a questionar por que são tolerados, por que a sociedade precisa aceitar os anormais, as anomalias, e nessa condição estamos próximos dos discursos fascistas, ou ainda mais abomináveis, stalinistas e nazistas. O outro, tecido como monstruosidade, sofre a violência da erradicação, passa do não aceito ao que deve ser extinto, e isso por si só demonstra a importância dessa ética que difere da moral convencional e vai confrontar a barbárie, os racismos, todas as formas de exclusão, que perpassam pelos grupos minoritários, pela concepção do que seja o próprio sentido de humanidade. O deficiente se torna essa afronta à racionalidade que busca impor o seu modo de ser.

O grande temor gerado pelos grupos que diferem da norma é abalar o estado de coisas, fazer com que outras perspectivas emergjam, que alternâncias nos jogos de poder desestremem o equilíbrio dessa desproporcional balança. A impactante rede de influências é o grande terror que, desde as grandes investidas de massa, causam pânico ao longo da história. Aquilo que chamaram de turba, o volume de não satisfeitos que se transforma em uma torrente de contestações, desemboca no enfrentamento de preocupantes proporções. O caos que os aparelhos de controle escolares procuram modular, pacificar, conduzir para poder regar. O temido povo, a famigerada multidão, as massas, o volume não definido, o vórtice alucinante, a maquinaria emergente e ascendente, a grande onda em estado de rebentação. O corpo potente, disforme, com a maleabilidade do que não se deixa capturar,

flácido, móvel, nômade, inquieto, hiperativo em sua condição de existente, o que é sempre um Outrem. As somas de identidades, multiplicidades não-identitárias, que pode ruir os pilares do modelo identitário, traz à tona aquele “espectro” que nunca deixou de rondar, não apenas a Europa, mas todas as sociedades do século XVIII em diante. Reconhecemos a potência da deficiência também pelas forças que tentam combatê-la, dominá-la, torná-la incluída:

Na conjuntura atual, a desconfiança parece ser gerada justamente pelo temor, pelo desconforto ou pelo incômodo de que essa potência deficiente, por assim dizer, poderia se converter em ato e transformar os modos de existência, produzindo uma intensidade da vida e um movimento num lugar em que somente existiria o seu controle técnico-racional e uma suposta sensação de segurança gerada pela fixidez, pela identidade e pela normalização dos demais sujeitos. (PAGNI, 2016, p. 357).

Não é exagero pensar nesse movimento, nesse devir deficiente como uma potência revolucionária, que arrasta toda as estruturas, transforma e perpassa todos os níveis da sociedade, altera as esferas econômicas, políticas, sociais, culturais etc., não deixa escapar nenhum segmento, atinge direta e indiretamente, a ponto de não mais permitir que continue a existir como antes existia. Esse outro que nos é estranho e que ao mesmo tempo é o que temos de mais próximo, que abala pelo sentido indomável e que também atrai por ter familiaridade comum nas humanidades, é a grande potência de transvaloração de todos os valores, nietzscheamente falando. Significa “[...] admitir uma vitalidade e uma mobilidade perturbadoras de certa formalização das categorias do entendimento, da determinação dos juízos e da harmonização das faculdades”. (PAGNI, 2016, p. 358). Partimos de uma transvaloração que ocorre pela impetuosa positividade, não permitindo possibilidades de antever. O ser é o limite entre a probabilidade (cálculo) e a possibilidade (impressão), que fissa a realidade com o seu caráter emergencial, sulca para que desse ambiente algo novo possa surgir, seu propósito é semear. Uma ebulição que faz escapar os indivíduos dos regimes normativos, agrega forças que somam em ato coletivo.

Ao saltarmos para dentro do novo, nos aventuramos nas descobertas, saímos do ciclo vicioso do pecado original do endividamento, desmontamos a maquinaria, liberando desejos. A confiança na intensidade da mudança acompanha essa fonte inesgotável que é a vida. A questão do tempo é crucial em nossa sociedade, já que cada vez mais precisamos acelerar, nos ocupar, até mesmo nas práticas de lazer. O tempo da deficiência é outro, ele não segue a urgência impositiva, mas a emergência facultativa, atende outras espécies de necessidades.

Não mais os ditames mercadológicos, e sim a pluralidade de afetos, as interrelações que diversificam os contatos, que se deixam sensibilizar pelos acontecimentos, surpreendidos pelo imprevisível acidental. Estamos diante de uma entrega que não tem como fundamento a propriedade, mas uma afetividade que procura multiplicar o sentido da felicidade, se eximir-se dos conflitos, das relações de poder, rechaçando dominações, sem a necessidade predatória de extinguir. A subtração fica a cargo da morte que é consequência de todo estado de vida, e a problemática das relações prolifera em uma política erótica, onde possibilitamos a fuga dos desejos do mecanismo de captação e regulação de afetos. Passamos a atuar em outros planos:

Como ato de criação, a meu ver os modos de ser deficientes e o seu devir comum atuam no mundo no sentido de afrontar o mundo bárbaro por algo que advêm de um estado corpóreo e de uma vida infame que muito se aproximam de uma barbárie e de uma inumanidade próxima à da produção artística ou, ao menos, de uma vida como obra de arte. Dessa perspectiva, pode-se dizer que a confiança e o desejo desenvolvem-se num “presente vivo”, para usar outra expressão de Lazzarato (2013, p. 79), isto é, numa “zona plástica” em que as diferenças individuais e as mudanças sociais por elas provocadas indicam novas possibilidades e, ao mesmo tempo, exigem uma posição dos sujeitos em relação a si mesmos. Seria necessário para tanto pressupor a confiança para esperar aquilo que ainda não chegou e que pode tornar possível o impossível. (PAGNI, 2016, p. 360 - 361).

Confiabilidade de uma sociedade onde o imperativo do medo é um condicionamento crucial para desconfiar sempre do outro no panorama biopolítico. Ao nos desvencilharmos do medo, poderemos lutar pela emancipação dos indivíduos e apostar na confiança em relação ao próximo. Pela via sinistra do medo, criamos o repúdio, a antipatia, a misantropia, a abjeção pela alteridade, o que difere de mim é antecipado como possível ameaça. As relações passam a ser vistas pela ótica da autoproteção, o que faz com que, mesmo em convívios benéficos, exista uma necessidade de capitalizar o eu – percebo o outro por aquilo que pode me potencializar – uma autoinflação. Estar disposto a se aproximar do outro e conseqüentemente ter fé naquilo que é estranho, provavelmente é a chave de uma bem-sucedida ética da amizade, de uma outra forma de conceber a educação, que dispõe ao porvir, aceita o desconhecido com a esperança de algo proveitoso, uma dialógica que sabe da necessidade de um interlocutor para o próprio desenvolvimento de si. Um desejo mútuo vivamente alimentado em uma troca interminável. Mobilidade é algo a ser requisitado, já que o movimento entre diferentes faz com que se busque um estado de equilíbrio que não

seja uma dominação, mas uma suspensão do ser-dominante e uma interpenetração de potências, coabitando sempre pela perspectiva do outrem:

Se, como ensinou Guattari, “o universo das significações dominantes não tolera nenhuma fuga da qual ele não tem controle” (2011, p.102), é preciso pensar a produção de uma escola, ou melhor, de uma relação escolar como campo maquínico de fuga das significações dominantes. É necessário vazar o muro dos significantes das escolas, de uma forma ou de outra, para irmos além da bipolarização da vida: seus dentro e fora, seus corretos e errados, seus normais e anormais. Talvez, neste domínio, o campo da inclusão possa emergir como uma possibilidade de afetação às ordens de saberes e de práticas pedagógicas dominantes. Inclusão não como acampamento e recaptura do outro deficiente. Inclusão conquanto seja a afirmação produtiva da singularidade humana em toda a sua dimensão subjetiva. (CARVALHO, 2013, p. 23 e 24).

Para uma efetividade do encontro com a diferença, necessita-se de uma busca de socialização, principalmente em cenários de aglomeração, de formação, como é o caso da escola, para promover encontros, multiplicar experiências de interação o mais precocemente possível, para não nos tornarmos adultos distantes do outro, crianças que vivem em realidades-bolha. Andarmos juntos não significa nos tornarmos o mesmo. Aproximar os afetos é ter contato habitual com aquilo que se diferencia de nós, mais especificamente com aquele que é diferente; criar vínculos relacionais agrega um repertório de nuances que está além de nossos preconceitos, que não nos deixa em estados letárgicos de apaziguamento dos conflitos, como no repouso decorrente de uma enfermidade, como na velhice diante do fim derradeiro. Viver é estar sujeito a esse conflito que instiga a nos movermos, provocado por essas faltas que não servem para completar lacunas, mas para problematizar a ponto de expandirmos as experiências. Caminhar de mãos dadas por caminhos diferentes, onde cada pessoa seria um convite a novas expectativas, a novos devires:

Para que essa sensibilidade à diferença e aquele programa se produzam em instituições como a escola, todavia, é necessário confiar no devir deficiente como uma condição para que a ética da amizade com os atores que o corporificam se apresentem como signo de uma experiência com um acontecimento singular desconhecido e, particularmente, que necessitaria ser desvendada, reconhecendo aí a emergência de uma nova ética – antes do que somente uma nova figura do reconhecimento. Assim, ao serem por elas interpelados, os demais sujeitos que não tem incorporado esse devir poderiam vislumbrá-lo em sua potencialidade produtiva de modos de existência outros para si mesmos, para ampliar os espaços de seu acolhimento de suas diferenças nas relações intersubjetivas do tecido social e para auxiliar a recriar outras formas de organização no mundo, capazes

de propiciar a perseverança em uma vida comum, mesmo diferente. (PAGNI, 2016, p. 364).

Fugimos dos reducionismos, das relações ditadas, das maneiras impessoais, das restrições dos afetos. Uma fuga que se dá pelo encontro das individualidades que escapam. Não é um recuar, mas uma expansão que descaracteriza as fronteiras, que deixa os territorialismos de lado para fazer fluir conjuntamente. Somar as diferenças é multiplicar os “uns” a ponto de torná-los um “nós”. Misturar-se a ponto de não necessitar de distinguir, apesar de jamais ofuscar as singularidades, já que a soma das diferenças nada mais é que a própria repetição da diferença em si, no si. Abandonamos os pressupostos e nos entregamos ao acontecimento que se faz a cada instante, em cada um e em todos, por cada “uns”. Não é quantificável, não interessa os números que compõe: “A diferença não é o diverso. O diverso é dado. Mas a diferença é aquilo pelo qual o dado é dado. É aquilo pelo qual o dado é dado como diverso”. (DELEUZE, 2000, p. 361). Por tais insinuações, a deficiência não deve ser evitada, mas evidenciada:

Ao invés de evitar a deficiência de todos e programar a eficiência, parece ser estrategicamente importante mapear os déficits e as deformações causadas por acidentes não para superá-los, mas para acolhê-los na sua insuperabilidade e para potencializar a convivência com esses limites constitutivos de si mesmos. Nesse trabalho ético consigo mesmo, produzida na relação com a deficiência, os seus atores podem buscar uma linha de fuga não somente para compensar esses seus déficits ou para neutralizar os efeitos dos acidentes que lhes acometem, visando suas outras potencialidades, como também para fazer daquilo que é neles insuperável uma potência passiva, que configura o que são e suas formas de existir. (PAGNI, 2016, p. 367).

Por passividade positiva entendemos essa condicionante do ser que é o estado de deficiência, ao contrário de uma passividade pacificada ou negativa, que seria a dos sujeitos normalizados, que se conformam às estruturas com o prejuízo de sua própria liberdade ou por uma aquisição de uma liberdade neoliberal, atrelada a uma racionalidade econômica, que faz de cada um, uma coisa comercializável. O estado condicionante motor, cognitivo, é aquilo que é a permanência de uma vida com deficiência, independente das questões de nomenclatura. O desafio é real, e, se prestarmos atenção, identificaremos uma proximidade com as vidas ditas não deficientes, já que todos trilhamos um caminho de lutas, procurando superar o que pode limitar o desenvolvimento da potência de vida. A proposta do termo “passividade” é justamente pôr entaves a ordem fisiológica, mas que promoverão novos

caminhos, outras formas de cognição, repensando o que é a própria fisiologia. Não enxergamos mais a deficiência a partir da não deficiência ou de um não deficiente, mas procuramos assimilar o que a própria deficiência tem a dizer sobre si, que respostas, estímulos, o ser deficiente nos fornece, questionando se não estaríamos com déficit em relação a outras formas de entender. Confrontar sua própria condição vivente é dobrar-se, criar um movimento sobre si que irá potencializar o sujeito incluído como não deficitário. Potencializar a partir daquilo que despotencializa é jogar o próprio jogo social subvertendo as estratégias. A jogada inesperada que faz rever toda a dinâmica, misturar os lances para que possa avançar por outros meios. Não é um jogo de espelhos, pois não cabe refletir simulando o mesmo, mas criar outras possibilidades. “O múltiplo não é só o que tem muitas partes, mas o que é dobrado de muitas maneiras”. (DELEUZE, 2011, p. 14). Assim:

[...] o dobrar-se sobre si mesmo e sua própria deficiência, esse parece ser o foco principal desse processo de subjetivação, qual seja, o do intransponível que ninguém parece vislumbrar, fazendo com que esse aspecto insuperável de sua existência seja acolhido como parte de si e transformado de ato em potência. Mas esse movimento só ocorre se, nessa relação, houver confiança entre os atores, como aqui demonstrado, não no sentido de que ambos se tornam transparentes uns aos outros no sentido de se darem a conhecer ou a reconhecer, mas no de que se mostram por uma imagem que muitas vezes destoa do que são e que se configura tanto para um quanto para outro, indicando o que deles difere e uma busca sem fim para se revelarem a si mesmos. (PAGNI, 2016, p. 368).

Portanto, ao pensarmos uma escola sob um viés acontecimental, estamos dispostos a pensar a partir do novo, do diferente, a sair do estado em que nos encontramos, de confrontar o estranhamento do outro e de si, perceber o marginal em si, compor esse fora que inclui por um “entre”. O grande foco da resistência acontecimental é aquilo que escapa, que não se ajusta, que foge, que descapitaliza: “Em um universo assim fragmentado não há *lagos* que possa reunir todos os pedaços: não há lei que os ligue a um todo; não há todo a redescobrir nem mesmo a formar. E no entanto há uma lei; mas o que mudou foi sua natureza, sua função, sua relação”. (DELEUZE, 2011, p. 124). Sensibilizar através das relações, aproximar as diferenças, possibilitar a igualdade no exercício das liberdades, eis o que uma nova proposta ética destaca.

Aguardamos a grande inspiração que tomará cada um por aquilo que reconhece como sendo comum, sem se tornar aprisionado pelo costumeiro. O dia em que a motivação das diferenças somará esperanças em uma compaixão que não será pela piedade daquele que é

diminuído, mas pela própria humildade, que torna a todos pequenos. São os devires minoritários buscando sempre escapar do que tenta dominá-los, unidos por este escorregar contínuo, deslizando nas asperezas de uma força que exige aderência. Sujeitos menores que estarão comprometidos com a sua própria condição, fração entre frações, incluir para diluir posteriormente, fugir da verticalização que busca o topo e que acaba se fazendo *topos*. Mas “[...] a assinalação de uma causa nunca poderá determinar nada além de efeitos possíveis, ou mais exatamente nunca poderá determinar senão a possibilidade de efeitos”. (FOUCAULT, 2010f, p. 17). E por estes efeitos nos deixamos conduzir:

As pessoas pensam sempre em um futuro majoritário (quando eu for grande, quando tiver poder...). Quando o problema é o de um devir-minoritário: não fingir, não fazer como ou imitar a criança, o louco, a mulher, o animal, o gago ou o estrangeiro, mas tornar-se tudo isso, para inventar novas forças ou novas armas. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 13).

Por este estado de metamorfose que nunca é concluído, as relações se tornam a potência de transformação. A deficiência sai do casulo da norma e convida os “normais” a se juntarem ao processo de reinvenção. Não cabe mais aprisionamentos em uma relação livre, que dialoga entre parceiros que se avolumam em uma dissonância, que incomodam a ordem, fazendo repetir a sua força para rivalizar com os dominantes, vencendo-os pelo cansaço, já que o ordenamento precisa da manutenção constante, necessita aparar as arestas, compreendendo que fazer-se modelo exige fabricar moldes, supervisionar o funcionamento deles, administrar o governo. Enquanto a acontecimentalização opera por sua própria ação, a norma age pela dissimulação, a primeira é drama e a segunda se faz trama. “Tal curto-circuito se daria porque nessas relações emergiria uma nova ascese em cada um dos desenvolvidos, instigando-os a invenção de ‘uma maneira de ser, ainda improvável’”. (PAGNI, 2018, p. 118). É justamente da improbabilidade que nasce o desejo de seguir adiante, de mergulhar no incerto e estar exposto ao acontecimento. “O que vale para a escrita e a relação amorosa vale também para a vida. Só vale a pena na medida em que se ignora como terminará”. (FOUCAULT, 2010a, p. 294).

### **3.3. Deficiência e diferença, por uma ontologia da Diferência**

Sobre um acontecimento basta dizer que ele é possível, pois ele só ocorre confundindo-se com nada e abolindo o real ao qual pretende.

*(Gilles Deleuze)*

Entre os grandes desafios que a inclusão tenta solucionar, mas que tem se demonstrado ineficaz na tarefa, é conseguir lidar com a diferença. Tratar da mudança, do movimento, de mutabilidades, acarreta tratar do que a todo momento escapa ao controlável. Os caminhos de fuga que a transformação carrega são muitas vezes tratados como marginalidades diante do que foi dado. Essa “plasticidade humana” (FREITAS, 2016, 234). torna turvo o ambiente em que ocorrem as relações de poder, impacta as estratégias de governamento por criar uma constante necessidade de se rearranjar. A adaptação dentro das práticas de biopolítica são limitadas e a maleabilidade das ações do desenvolvimento humano deixam evidentes as fragilidades. “Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis”. (FOUCAULT, 2010a, p. 276). Pensar na desestabilização das formas de poder existentes é justamente partir das mesmas só que projetando outras perspectivas. Fazer parte do jogo significa também criar lances que possam modificar as trajetórias e transformar os papéis.

Em outras palavras, a busca dos começos (seja da proveniência ou da emergência: de um sujeito, um caráter, um valor, um conceito etc.) é sempre uma busca desestabilizadora da unidade, da identidade e da verdade. A genealogia não opera com as categorias da semelhança, mas da diferença. (BENNATI; HARA, 2000, p. 123).

Não é da diferença que parte uma lógica de controle, parte de uma triagem que passa a ser o fator condicionante de criar gradientes na hierarquização das relações de poder. Separa-se o que faz parte e o que está à margem, cabe encontrar o devir, com seu fluxo ininterrupto e que não se adequa aos padrões, mas burla-os, corrompe, irrompe novos veios. A maquinaria pretende engolir tudo que for possível, seu apetite é cego e insaciável. "A máquina de triar é cega para o que ela tria: a máquina de transformar ignora o termo da transformação. Em suma, a máquina psiquiátrica, que é bipolar (norma-anormal), não faz diferença entre os dois polos." (FOUCAULT, 2012a, p. 7). A diferença é o que fere a justa medida, já que parte de si e não do que é dado. O caráter da diferença aqui exposto, ao contrário do papel inclusivo ou diverso, antecede o pressuposto. Através dessa plasticidade destrutiva que inserimos o estranho ao poder, aquilo que penetra e revira ao avesso, que cria possibilidades de acessar o que existe de mais imanente em sua estruturação. "Por toda parte

onde um poder se esconda sob as espécies do saber, da justiça, da estética, da objetividade, do interesse coletivo, é preciso inserir uma caixa-preta, a um só tempo armadilha e objeto revelador, onde o poder se inscreva a nu e se encontre preso a seu próprio jogo." (FOUCAULT, 2012a, p. 7).

O caráter ameaçador do diferente cria a necessidade de readequação das estratégias do cálculo biopolítico. Quando o poder luta a partir de si, continua no seu próprio campo de atuação e conseqüentemente não se trata de uma perspectiva de resistência radical foucaultiana. "A contramanobra do poder permite apenas medir a importância do combate provocado por ele. Cabe a nós, agora, encontrar uma nova réplica." (FOUCAULT, 2012c, p. 38). O objetivo é justamente fugir de uma prática nosopolítica que é característica das sociedades de controle, que diagnostica a população com intuito de operacionalizar os sujeitos e promover o avanço das práticas neoliberais. "A nosopolítica é a arte de governar os homens pela classificação, uma vez que, em nossa sociedade, foi introduzida irremediavelmente as diferenciações entre os indivíduos para efeitos classificatórios". (CARVALHO, 2015, p. 26). Pensar no desenvolvimento transformativo da diferença não é apenas distinguir a deficiência, mas pensar na própria condição humana como deficitária, não deve transportar um caráter excludente para outra esfera, mas sim transvalorar toda a normalização imposta.

É preciso assumirmos que a condição humana é detentora de um devir (d)eficiente. A *deficiência*, como já procuramos evidenciar, não é imanente ao deficitário, mas é uma condição premente a todo ser normal. A velhice, por exemplo, dentro do jogo das condições materiais de circulação faz do idoso um incapaz. A nossa ontologia, ou seja, o nosso modo de ser é de um avanço para menos. Quer dizer que a própria condição de maturação da existência demanda todo um cuidado que, por não ainda dele precisarmos, tomamos o nosso estado de normalidade como regra fixa da condição humana. Mas basta um acidente, uma fatalidade, uma enfermidade, um passo em falso, um descuido, um simples lance imprevisto no cromossomo, uma veia encefálica entupida, um assalto, um surto epidêmico. (CARVALHO, 2015, p. 26).

Repensar todas formas com as quais concebemos a realidade, abandonando os campos pré-moldados e explorando o que há de nebuloso. A névoa pode ser dissipada se aprendermos a não nos privarmos de novos olhares. É um processo de aprendizagem constante e interminável e que a maquinaria de controle faz intermitente, por promover os cortes nos fluxos e equiparar gradientes, uma constante captura de subjetividades. Pela própria governamentalidade que o sujeito age e exerce a sua liberdade de poder em relação

aos outros. A exploração se dá de sujeito para sujeito, fazendo com que os campos de luta sejam criados em uma dinâmica incessante de guerra. Atuar nas estratégias da biopolítica dentro de seu próprio território, fazer emergir do conflito uma certa paridade no escopo político, para que cada indivíduo, exerça sua singularidade, confronte o outro sem aniquilá-lo, projetando efeitos que extravasam a própria condição beligerante.

Digo que a governabilidade implica a relação de si consigo mesmo, o que significa justamente que, nessa noção de governabilidade, visto ao conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. Isso se fundamenta então na liberdade, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro. Ao passo que, se você tenta analisar o poder não a partir da liberdade, das estratégias e da governabilidade, mas a partir da instituição política, só poderá encarar o sujeito como sujeito de direito. Temos um sujeito que era dotado de direitos ou que não o era e que, pela instituição da sociedade política, recebeu ou perdeu direitos: através disso, somos remetidos a uma concepção jurídica do sujeito. Em contrapartida, a noção de governabilidade permite, acredito, fazer valer a liberdade do sujeito e a relação com os outros, ou seja, o que constitui a própria matéria da ética. (FOUCAULT, 2010a, p. 286).

Falar de paridade não é equiparar a uma jurisprudência inclusiva, mas contrapor os diferentes. “Afirmar que todos somos iguais é poder afirmar que todos somos diferentes. Pois o que nos iguala, digamos, em termos ontológicos, é justamente o fato de que todos somos diferentes”. (CARVALHO, 2015, p. 38). Também não é traçar uma abscissa, já que a potencialidade da deficiência deve justamente não estar medida pelas forças dominantes. “Assumir a diferença e o devir (d)eficiente implica em alterarmos o modo linear e normativo de como nos relacionamos com os outros. Isto quer dizer que a diferença deve ser adotada como elemento potencializador de dinâmicas relacionais intra e inter-humanas.” (CARVALHO, 2015, p. 41). Apesar da diferença aparecer como fator comum das singularidades, não revolve o impasse da não conformidade, por esse motivo é preciso ter uma percepção ampla e não mais falar em Devir e sim em devires.

Os devires são o começo de uma percepção da potência da deficiência. “Começos não são causas, mas ebulição de rupturas, emergência de diferenças”. (LOBO, 2015, p. 201). Começar não deve comportar mais a comparação deste e daquele, é sair do engendramento de causa e efeito para que algo realmente genuíno possa aparecer. “Tradicionalmente, desde Aristóteles, cogitamos a identidade pelo igual: N igual a N. Princípio de identidade

nosopolitizado”. (CARVALHO, 2015, p. 45). A discriminação feita por analogias de controle desenvolvem um ambiente propício para práticas de exclusão. “Mas, outrem seria somente o inimigo, o odioso? Ele não seria nada senão a expressão de um mundo exterior possível? Ele não seria também a oferta de uma amizade”? (DELEUZE, 2018b, p. 253). A proposta é não mais utilizar o ideal comparativo para relacionar os sujeitos, mas criar possibilidades a partir do ato de se relacionar. “Outrem é isso: ‘a expressão de um mundo possível’. A expressão de um mundo exterior ausente, um expressante sem expressado”. (DELEUZE, 2018b, p. 252 e 253). A pluralidade de singularidades favorece a abrangência de possibilidades. É preciso lembrar que:

O simples fato de que, em uma cultura como a nossa, seja possível apelar para uma pluralidade de modelos não constitui, de fato, uma saída para o peso exercido pelas normalizações. A variedade e a diversidade de modelos identificatórios apenas tende a naturalizar o que é efetivo em uma dada realidade. Em outras palavras, todo modelo impede o devir, pois visa fixar a processualidade da vida e hierarquizar os modos de existência possíveis, sobretudo aqueles que emergem desacoplados de um modelo paradigmático considerado superior. (FREITAS, 2016, p. 241).

Romper com modelos identitários e não procurar novas armadilhas de captura torna-se uma tarefa complexa, ainda mais quando pensamos na área da Educação, onde as práticas de pedagogização tendem a favorecer o *status quo*. “A deficiência faria ecoar o outro lado de nosso pensamento pedagógico, ou seja, aquele lado que enxergamos como seu lado menor, marginal, excepcional: o lado dos perdedores da história antropológica da educação”. (FREITAS, 2016, p. 242). A maneira como concebemos a realidade, as influências científicas que ao se desenvolverem alteram nossa percepção, criam em nós a perspectiva de novos desafios, superam limitações e escancaram as fragilidades. Cada vez mais dependentes das tecnologias que possam suprir nossas deficiências, indo de um simples par de lentes para correção ocular até a possibilidade de ultrapassar os limites do próprio planeta através da engenharia aeroespacial.

Não é mais possível não pensarmos no quanto todos somos potencialmente deficientes, e que os devires aparecem como fantasmas que estão prontos a impor novos limites e expandir horizontes, estando mais próximos de um horizonte de eventos. Pode-se inferir que “o (d)eficiente não é uma maldição à condição humana. É a própria condição humana pela qual temos possibilidade de resolver a longa tradição ocidental por onde se pavimentou o que pensamos ser identidade normal”. (CARVALHO, 2015, p. 44). Como

podemos lidar com o dispersivo, aquilo que foge, que não aceita ser capturado e promove a radicalidade da mudança? Entendemos que “a dispersão ontológica da vida, sua indeterminação radical também é o que permite resistir à biopolítica”. (FREITAS, 2016, p. 244). Quando pensamos no aparato técnico que é desenvolvido em uma dada época de uma sociedade, refletimos sobre quais valores foram superestimados e passaram a ser basilares em toda uma estruturação da norma. O caráter utilitário acaba sendo fator determinante no processo de implementação das formas de se associar à sociedade e conseqüentemente de estabelecer relações extensivas aos outros indivíduos. Na contramão de toda essa maquinaria de subsunção, algo emerge com uma potencialidade devastadora:

E o que tende, todavia, a escapar tanto do que é planejado ou cogitado pela gestão e pela ordem é o acontecimento. Ele é o impensado, o imponderável, o ato fora da expectativa generalizada, a multiplicidade que não se fecha pela convergência do centro do sentido, ou pela unificação rasteira. O acontecimento é uma ruptura imprevista em qualquer dinâmica social que previa uma transição. Ele é o infame no sentido foucaultiano, isto é, tudo o que é ignorado pelo saber dominante, pelas relações de poder circulares, pelos enunciados previsíveis; o infame está para a visibilidade enunciativa, para a subjetividade que se afirma no contrafluxo de tudo que domina com algo singular: “o infame rompe com os tipos de ligações estabelecidas entre o poder, a verdade, o discurso e o cotidiano à medida que leva em consideração que todo tipo de relação está em jogo na constituição de subjetividades.” (CARVALHO, 2010, p.104). O infame é heterotópico, e por isso mesmo, como pensou Guattari, é preciso “fazer funcionar o acontecimento como portador eventual de uma nova constelação de Universos de referências” (1992, p.30). E isto, dadas as nossas condições começa em qualquer lugar e com qualquer acontecimento. (CARVALHO, 2013, p. 26 e 27).

As capacidades diferenciadas do sujeito pretendem ser subtraídas em prol de uma proatividade biopolítica, que visa sempre calcular e antever as crises. Sabe-se da limitação do cálculo, criando assim mecanismos que vão procurar equalizar no limite da captura, para as oscilações se darem dentro de um campo de controle. Mesmo dentro do controlável existe uma tensão que provoca uma resistência imprevisível e desestabiliza o sistema por dentro de sua própria formação. Há um limite para aceitar a sujeição, quando "o pobre, o infeliz, o fraco, quando é vítima da injustiça, o impotente, o que pode fazer? Só tem uma coisa a fazer: voltar-se contra o poderoso." (FOUCAULT, 2010f, p. 125). A ação de resistir se dá no próprio espaço de sujeição, são dos conflitos que emergem as potências revolucionárias de contracondutas. "Para Foucault, porém, se 'dispositivos' de cada prática rearranjam condições históricas através de 'estratégias' que suscitam resistência, então é de contra-

estratégias que surge a diferença." (CARDOSO JÚNIOR, 2000, p. 99).

Adentrar a realidade por uma perspectiva da diferença é justamente estar exposto ao imponderável, ainda assim, pretendemos lançar o holofote sobre um tipo específico de fator diferencial, o que justamente procura escapar de qualquer monitoramento, a deficiência, a partir de um caráter acontecimental. Resistir como fundamento ontológico, como fator condicionante da própria existência, uma imanência diferencial. Unir a diferença com a deficiência, para que o referencial seja invertido, criar uma diferença. Não seria exagero pensar que o imperativo categórico da deficiência seria sua imanência acontecimental. Não mais proceder por uma normatividade que ordena e regula, mas buscar justamente o que de fato antecede aquilo que nos captura, “[...] pois se o grande problema é saber por que e como a realidade se submete a uma ordem, isto se dá pelo fato de que a ausência de todo tipo de ordem parece possível ou concebível. (BERGSON, 2005, p. 240). Não se deve mais estabelecer proposições comparativas em um devir diferencial:

Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. [...] Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos. As núpcias são sempre contra natureza. As núpcias são o contrário de um casal. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 10).

Fugir do crivo determinista da sociedade de controle, tangenciar a biopolítica em um processo contínuo de enfrentamento. Propor a perfectibilidade do imperfeito é renegar a marginalização imposta aos que não se enquadram, a régua que mede é substituída pelo movimento que articula sem pretender se fazer universal. O ir e vir do acontecimento é imprescindível em um processo que flui e provoca tsunamis no mar de aparente calma que a biopolítica com seu ideal de seguridade tenta propagar. O que não significa a diminuição das formas de controle. "Quanto mais se aumenta a mobilidade e a velocidade, mais o controle se reforça" (ROSA, 2009, p. 387), pois o desespero diante do descontrole faz emergir sua verdadeira face, a da dominação.

Através da diferença, procuramos outra perspectiva, que não a diferença de caráter comparativo e nem a deficiência como falta. Procuramos outra experiência, “uma ontologia do devir deficiente, a qual considera a deficiência não mais, ou apenas, como objeto de um saber científico e pedagógico, mas como problematização das diferenças e emissão de singularidades irreduzíveis ao regime do Mesmo, do Idêntico ou do Semelhante”. (LOPES,

2016, 284). Como já foi ressaltado existe um diagnóstico apresentado. “O problema diagnosticado é que a deficiência, para uma sociedade biopolítica atual, está em profundidade e largura escrutinizada pelas condições nosopolíticas de classificação dos indivíduos entre normalidade e anormalidade”. (LOPES, 2016, p. 285). Existe uma radicalidade na proposta em romper com o dado através da potencialidade deficiente, ainda que pensemos na plasticidade dentro do próprio jogo, seria possível extravasar o controle biopolítico?

Propor a redistribuição dos saberes sobre a deficiência segundo uma problematização das diferenças é, assim, colocar no primeiro plano de análise não a ação normalizadora de classificação entre indivíduos normais e deficientes, mas o aparecimento do devir como um signo de ruptura e de descontinuidade em divergência ao que se pode extrair de uma imagem nosopolítica do pensamento. (LOPES, 2016, p. 290).

Pensar um devir deficiente é adentrar um campo de reflexão ontológico que não está em conformidade ao que está posto. “As pessoas pensam sempre em um futuro majoritário (quando eu for grande, quando tiver poder...). Quando o problema é o de um devir-minoritário [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 13). Mais do que reflexão, fluxos que nos cortam a todo instante, um regime composto de deficiências, diferenças, pluralidades, “[...] tornar-se tudo isso, para inventar novas forças ou novas armas”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 13). O sentido da vida é visto a partir desse intempestivo, que é imprevisível nas consequências, mas previsível em ato. A grande passividade é exposta diante do risco iminente do acontecimental, a fragilidade extrema e inevitável. A força da impotência que esmaga qualquer individualismo construído, desestabiliza a falsa solidez dos sistemas, desconstrói as lógicas calculadas.

Essa sombria boa nova vem nos lembrar que o mero fato de estarmos vivos nos torna vulneráveis. O acidente torna-se uma propriedade da vida, e a capacidade de se transformar sob o efeito da destruição um horizonte possível, uma estrutura imanente ao próprio modo de ser do vivente. Todo corpo pode ser impactado por uma exterioridade, mas o resultado desse impacto pode ser a expropriação das forças ou o aumento da sua capacidade de resistir. Contudo, o que importa é que sem a percepção dessa condição vulnerável, o indivíduo não pode desfrutar das suas próprias impotências. (FREITAS, 2016, p. 253).

A deficiência seria esse soco no estômago, que tira o fôlego da normalização, por sua violência revolucionária que não se acomoda à positividade dos regimentos. “A experiência

da deficiência deixa entrever os entraves inerentes a todo discurso afirmativo” (FREITAS, 2016, p. 253), fazendo com que os dispositivos de controle se tornem mais agressivos, pois diante da fragilidade acabam expondo seu lado mais cruel de condução. A pedagogização que procura alinhar os sujeitos às normas se vê diante de “um devir-deficiente da pedagogia que abarca a precariedade e a contingência de nossa condição ontológica” (FREITAS, 2016, p. 253 - 254), o que também favorece a exposição da face do mecanismo de exclusão, que consequentemente faz refletir nos que portam a insígnia da deficiência a vulnerabilidade do ser-deficiente. Assim, consegue-se averiguar “como determinadas intervenções plásticas visam produzir a vida deficiente como uma vida precária, como uma vida permanentemente ameaçada”. (FREITAS, 2016, p. 253 - 254).

O acontecimento não se faz pela glorificação de um incluir e nem pela supremacia de uma quase metafísica da diferença. Quando pensamos o fluxo do devir, a atenção se volta para o seu caráter performático que se faz pela própria ação em movimento. Mas a superestimação da vida, em que a biopolítica age, impõe seu controle às populações, é justamente afrontada por esse bando deficiente, que se aglomera, se avoluma e forma uma contracorrente. Cada um a partir de sua própria perspectiva consegue se sensibilizar com o outro e formar um outro tipo de coletividade. Uma revoada à imanência acontecimental:

Ser um "bando": os bandos vivem os piores perigos, reformar os juízes, tribunais, escolas, famílias e conjugualidades, mas o que há de bom em um bando, em princípio, é que cada um cuida de seu próprio negócio encontrando ao mesmo tempo os outros; cada um tira seu proveito, e que um devir se delinea, um bloco, que já não é de ninguém, mas está "entre" todo mundo, se põe em movimento como um barquinho que crianças largam e perdem e que outros roubam. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 17).

Quando exploramos a possibilidade de uma ontologia da deficiência, pensamos na construção de um novo *ethos*. Pois “toda identificação e consequentemente toda diferença permanece na ordem do improvável, um ponto de vista, um lugar que nunca se dá a ver, mas a partir do qual se pode ver ou não”. (FREITAS, 2016, p. 257). Desta feita, a deficiência exprime não um desagregar que parece óbvio em um primeiro momento, mas agrega pela sua condição que é própria de uma existência humana, traz em si aquela força dionisíaca da tragédia que habita todos nós, por mais que queiramos ignorá-la, e que as práticas de biopolítica procuram horrorizar para explorar com sua seguridade controladora. Ela é uma potência que se faz pela fragilidade que a própria imanência carrega. A necessidade de

acontecimentalizar pela deficiência cria esse campo repleto de opções, com uma plêiade de autores que no cenário nacional formaram um novo bando de significações, além do entrechoque Foucault/Deleuze, fazendo com que problematizemos sobre a forma como a diferença é vista e aplicada. Quando acontecimentalizamos não chegamos ao final a um percurso, mas dobramos os caminhos traçados, formando encruzilhadas, criando outras opções direcionais.

Assim, a deficiência nunca “chega depois para abalar um monumento”, ela não é sinal de uma arquitetura perdida, sendo antes aquilo que acontece nas margens de um primeiro olhar, um traço de memória a reconstruir. O estatuto frágil da deficiência expressa a abertura constitutiva de nossas formas de vida, a clareira vazia de um círculo que deixa ver sem mostrar. Um acidente, uma contingência que não visa mostrar nada, nem pretende ensinar nada, mas insiste nos elementos fragmentários e disparatados que perturbam os corpos que habitamos. A deficiência é um acontecimento que só existe circunscrito pelas linhas de força presentes em um dado contexto que ele mesmo subverte. (FREITAS, 2016, p. 257 - 258).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na deficiência como resistência acontecimental é justamente sair do juízo, não mais apelar para um julgar que antecipa e tenta fundamentar os sujeitos a partir de um *a priori*. Ao mesmo tempo, partimos de um imperativo que antecede qualquer pretensão, afirmando-se pelo seu próprio estado de mutação. Não mais pretender modelar os indivíduos sob a égide de uma norma, que servirá para torná-lo um modelo de condutas. A resistência está em fazer parte, renegando, deixando de responder conforme o pretendido. Eis a grande pretensão, buscar rotas de fuga, meios de escapar das amarras impostas, do que agrega para pastorear. A eficiência da deficiência está em sua potência de não-lugar, coabitando com os regimes dados e tornando-se a grande contradição que assola o posto, o proposto, o pressuposto.

A tentativa de negar a força da deficiência, procurando constrangê-la pelo signo do déficit, apenas reforça sua positividade, "[...] notemos que negar consiste sempre em afastar uma afirmação possível. A negação não é mais que uma atitude tomada pelo espírito diante de uma eventual afirmação." (BERGSON, 2005, p. 311). A resistência acontecimental é uma força afirmativa, que não pode ser contida pelas barreiras da governamentalidade porque antecede a própria noção de poder. Ela já existe antes de ser percebida e ao mesmo tempo, é por ela que passamos a perceber essa força incontrolável. "É sempre um acontecimento que nos leva a nos perguntarmos: o que foi que aconteceu? E agora, o que vai acontecer? O que aconteceu para que chegássemos nisso? Para que nos tornássemos capazes ou incapazes de...?" (LAPOUJADE, 2015, p. 67). O acontecimento da deficiência questiona o que está posto, a ponto de causar um incômodo que foi capaz de desenvolver mecanismo de inclusão, para capturar e modular o fluxo contínuo que escapa ao sistema, a lógica que burla a racionalização capitalista.

O devir da deficiência é de velocidades que variam a ponto de desacelerar a máquina neoliberal. É uma guerra travada na formação do sujeito constituinte, desestabilizando o orgânico, desenvolvendo outras ramificações que serão além ou aquém, mas nunca conforme. O que a inclusão não consegue compreender é que a "[...] diferença é o próprio insuperável". (LAPOUJADE, 2015, p. 56). A diferença é a força que a deficiência carrega como resistência acontecimental, pois "[...] a diferença constitui o princípio último na medida em que já age ao nível das relações diferenciais entre elementos eles próprios diferenciais." (LAPOUJADE, 2015, p. 56). Nas escolas é possível ver como as relações se

dão sem intermediação pedagógica, pelo vínculo que se estabelece não pelas normativas e sim pelos afetos. A própria adaptabilidade que o espaço escolar vem sofrendo, demonstra esse rearranjo, uma tentativa de se reterritorializar, já que tem sido desterritorializados constantemente por essa força que ao ser incluída, tencionou os territórios.

Quando tratamos do despertar de uma resistência acontecimental, expomos o limite que fez emergir a força combativa, lembrando que "[...] uma faculdade só desperta ao se chocar contra a sua própria impotência." (LAPOUJADE, 2015, p. 66). De tantas impossibilidades traçadas, desde os confinamentos até a aceitação inclusiva, surge a possibilidade real de uma existência potente que não pode mais ser contida. A represa que procurava conter o fluxo, trincou. O tempo vem aumentando a vazão e aguardando o acontecimento como estouro. Na deficiência a diferença mostra os dentes, pois essa é sua condição mais genuína. É o incômodo que faz os acomodados se mexerem nas cadeiras, aquela falta de posição incômoda que não deixa adormecer. De repente todos passaram a se ver de outra maneira, não mais puderam se afirmar como “eu sou”, a não ser aderindo aos embustes que os jogos de poder oferecem.

Essa vida, tão acalentada pela biopolítica, parece estar muito distante das suposições. "A vida no seu todo, considerada como uma evolução criadora, é algo análogo: transcende a finalidade, se entendemos por finalidade a realização de uma idéia concebida ou concebível por antecipação." (BERGSON, 2005, p. 243). Tateamos a realidade com a imperícia dos que não são cegos, estamos tomados por um excesso de visão. Visionários distópicos, afrontados pela força destrutiva que devasta suas pretensões. Passamos a perceber outros limites e o pessimismo criado pelo estado de normalização, não permite vislumbrar as possibilidades que surgem sempre que emerge um limiar.

A parte da contingência é portanto grande na evolução. Contingentes, o mais das vezes, são as formas adotadas ou, melhor, inventadas. Contingente, relativa aos obstáculos encontrados em tal lugar e em tal momento, a dissociação da tendência primordial em tais ou tais tendências complementares que criam linhas divergentes de evolução. Contingentes as paradas e os recuos; contingentes, em larga medida, as adaptações." (BERGSON, 2005, p. 276).

Somos contingentes por natureza. A força da negação e todos os aparatos criados para negar o contingenciamento da existência humana, apenas reforçam sua insegurança diante da realidade. O aprisionamento que a coletividade inclusiva promove, se alimenta do

medo de um fator imanente aos indivíduos. Tememos o que somos e nos sentimos afrontados por aqueles que trazem nos seus corpos desviantes, a potencialidade de uma força que não é possível negar. A lógica neoliberal procura uma maneira de poder usufruir das forças emergentes, mas existe sempre algo que escapa. O dinamismo dos sistemas de controle é limitado, e por mais que acompanhem novas demandas, se misturem a processos em curso, estarão sempre fadados ao fracasso da antecipação e da consequência do imprevisível. Admitir o acontecimento é estar fadado ao inadmissível, estar nunca pronto para o que de antemão sabe virá. Sabe-se o que, mas nunca como. A resistência acontecimental é esse nomadismo que tem por função não se sedentarizar.

Portanto, deve-se buscar se sensibilizar, aprender com os que possuem a diferença em sua própria natureza. Fugir das formas de compreensão pré-formuladas, misturando a ponto de não mais exigir homogeneidade da heterogeneidade. Ser singular em pluralidade, crescendo *ad infinitum*. Não pensarmos mais em termos de negatividade da vida, em despotencializar o diferente, mas potencializar os únicos, fluir com as potências de vida. Enxergar a proximidade com o outro nessa zona de discernibilidade, promovendo encontros nos limites, se misturando nas fronteiras. O importante é estarmos em comunhão no meio. “O que conta em um caminho, o que conta em uma linha é sempre o meio e não o início nem o fim. Sempre se está no meio do caminho, no meio de alguma coisa”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 38) A inclusão é o início da norma e o fim da diferença, já o acontecimento, é o meio, não começa e nem termina, mas determina tudo que aí esteve, está ou estará.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Bela ou a Fera: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade. *In*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 95-116. (Estudos Foucaultianos).

ALCÓN, Chema Sánchez. Escuela de pensamiento libre. Un viaje desde el estigma de la subnormalidad hasta el empoderamiento de personas entre personas. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 417-441, 2016.

BÁRCENA, Fernando. The difference (of idiots). **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 49-67, 2015.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução: Rita Buongermind e Pedro de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

BENNATI, Antonio Paulo; HARA, Tony. Nietzsche, Foucault: a genealogia e a história. **Cadernos da FFC**, Marília, v. 9, n. 1, p. 117-130, 2000.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção tópicos).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm). Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 8 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.296, de 1 de março de 2018.** Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm). Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018.** Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9451.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9451.htm). Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm). Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm). Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir:** acessibilidade na Educação. Brasília: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 6, de 11 de março de 2011.** [Dispõe sobre] avaliação de estudante com deficiência intelectual. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/Documento\\_Subsiario\\_EducaCao\\_Especial.pdf](http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/Documento_Subsiario_EducaCao_Especial.pdf). Acesso em: 8 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007. *E-book*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 7 jan. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793, de 16 de dezembro de 1994.** [Complementa a Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, no tocante aos currículos formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais]. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.** Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 5, de 25 de abril de 2014.** Dispõe sobre a reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede

CERTIFIC. Brasília, DF, 2014. Disponível em:  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=02/05/2014>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf). Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2013**. Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13586-pceb002-13&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13586-pceb002-13&Itemid=30192). Acesso em: 8 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001**. [Institui as] Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. [Institui as] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Viver sem limite: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em:  
<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/633.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BRUM, Eliane. **Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras**. São Paulo: LeYa, 2014.

CAMARGO, Alexandre Fiordi de. Anúnciação e insurreição da diferença surda: contrações na biopolítica da educação bilíngue. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 391-415, 2016.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Deleuze *leitor* Foucault: multiplicidades, ontologia, história em funcionamento no plano conceitual. **Cadernos da FFC**, Marília, v. 9, n. 1, p. 81-107, 2000.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A escola: uma maquinaria biopolítica de rostidades? **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE**, Campinas, n. 20, p. 4-29, 2013.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 103-120, 2014.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 25-48. (Estudos Foucaultianos).

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186/2008: Decreto nº 6.949/2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. Disponível em: [http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU\\_Cartilha.pdf](http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf). Acesso em: 7 jan. 2019.

CÚPICH, Zardel Jacobo; BEDOLLA, Mónica Leticia Campos. Discapacidad y subjetividad: algunas implicaciones en el ámbito educativo. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 4, p. 885-909, 2008.

DELEUZE, Gilles. A Arnauld Villani. In: DELEUZE, Gilles. **Cartas e outros textos**. Edição preparada por: David Lapoujade. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: N-1 Edições, 2018a. p. 78-89.

DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o Barroco. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1999. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1997. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles. Curso sobre Hume (1957-1958). *In*: DELEUZE, Gilles. **Cartas e outros textos**. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 121-168.

DELEUZE, Gilles. Descrição da mulher. Por uma filosofia de outrem sexuada. *In*: DELEUZE, Gilles. **Cartas e outros textos**. Edição preparada por: David Lapoujade. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: N-1 Edições, 2018b. p. 251-264.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Prefácio: José Gil. Tradução: Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio D'Água, 2000. (Filosofia).

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: 70, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Estudos, 35).

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Tradução: Antonio Piequet e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: 34, 2009. v. 1. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DUARTE, André. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. *In*: DUARTE, André. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-50. (Estudos Foucaultianos).

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Estudos Foucaultianos, 9).

FONSECA, Márcio Alves da. Max Weber, Michel Foucault e a história. *In*: FONSECA, Márcio Alves da. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 239-252. (Estudos Foucaultianos).

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 264-286. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. À guisa de conclusão. *In*: FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. p. 7-9. (Ditos e escritos, 8).

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Annus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b. (Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007. (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. A tecnologia política dos indivíduos. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. p. 301-318. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. **A verdade as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Supervisão final do texto: Lea Porto de Abreu Novaes *et al.* 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2003. (Epistemologia e pensamento contemporâneo).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. (Biblioteca de filosofia).

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. p. 301-318. (Ditos e escritos, 4).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).

FOUCAULT, Michel. Na Berlinda. *In*: FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. p. 37-42. (Ditos e escritos, 8).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Introdução: Bruno Maçães. Tradução: Pedro Elóis Duarte. Lisboa: 70, 2010d. (Biblioteca de teoria política).

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. p. 240-251. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010f. (Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução: Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? (crítica ou Aufklärung). Tradução: Antônio C. Galdino. **Cadernos da FFC**, Marília, v. 9, n. 1, p. 169-189, 2000.

FOUCAULT, Michel. O retorno da moral. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010g. p. 252-263. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. O triunfo social do prazer sexual: uma conversação com Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010h. p. 119-125. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010i. p. 192-217. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010j. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d. p. 241-252. (Ditos e escritos, 4).

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010k. p. 225-233. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Ewald e Alessandro Fontana. Tradução: Eduardo Brandão. Revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. Teoria e instituições penais. *In*: FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012e. p. 2-6. (Ditos e escritos, 8).

FOUCAULT, Michel. Um sistema finito diante de um questionamento infinito. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010l. p. 126-143. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. Verdade, Poder e Si Mesmo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010m. p. 294-300. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução: Raquel Ramalheite. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FREITAS, Alexandre Simão. O devir-deficiente da Pedagogia: notas para uma antropologia filosófico-educacional da plasticidade. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 231-260, 2016.

FROHLICH, Raquel; LOPES, Maura Corcini. Serviços de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 995-1008, 2018.

GADELHA, Sylvio. (Bio)política, democracia, pluralismo e educação: dilemas que demandam uma política outra. *In*: GADELHA, Sylvio. **Bipolítica, arte de viver e educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 77-102.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Educação: experiência e sentido).

GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 77-94, 2017a.

GALLO, Sílvio. Editorial. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 15-18, 2015.

GALLO, Sílvio. Entre Édipos e o Anti-Édipo: estratégias para uma vida não-fascista. *In*: GALLO, Sílvio. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 363-376. (Estudos Foucaultianos).

GALLO, Sílvio. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 1497-1523, 2017b.

GENIS, Andrea Marta Diaz. Formación humana y fuerza plástica. La deficiencia que nos constituye. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 261-274, 2016.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Tradução: Constança Marcondes Cesar e Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1988.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução revisada e apresentação: Márcia Sá Cavalcante Schuback. Posfácio: Emmanuel Carneiro Leão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Pensamento humano).

HERMANN, Nadja. Formação em outra perspectiva. *In*: HERMANN, Nadja. **Bipolítica, arte de viver e educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-34.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução: João Paulo Monteiro e Beatriz N. da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

JACOBO, Blanca Estela Zardel. La constitución o producción de la subjetividad, del sujeto desde el psicoanálisis y del sujeto sujetado al discurso de la “discapacidad”. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 309-341, 2016.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

LOBO, Lilia Ferreira. O nascimento da criança anormal e a expansão da Psiquiatria no Brasil. *In*: LOBO, Lilia Ferreira. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 199-216. (Estudos Foucaultianos).

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como estratégia e imperativo de Estado: a educação e a escola na produção de sujeitos capazes de incluir. *In*: LOPES, Maura Corcini. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 291-304. (Estudos Foucaultianos).

LOPES, Maura Corcini; MORGENSTERN, Juliane Marschall. Inclusão como matriz de experiência. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 177-193, 2014.

LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 210-219, 2013.

LOPES, Rodrigo Barbosa. Esboço para um pensamento da diferença e do devir deficiente na educação. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 277-308, 2016.

MARTINS, Carlos José. Figurações de uma atitude filosófica não-fascista. *In*: MARTINS, Carlos José. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 51-62. (Estudos Foucaultianos).

MARTINS, Carlos José. Michel Foucault: filosofia como diagnóstico do presente. **Cadernos da FFC**, Marília, v. 9, n. 1, p. 149-160, 2000.

MONTEIRO, Alexandrina. Das políticas de inclusão à produção de diagnósticos. **Horizontes**, Itatiba, v. 32, n. 2, p. 121-130, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal**: prelúdio de uma filosofia do futuro. Coordenação: Márcio Pugliesi. Tradução: Armando Amado Júnior. São Paulo: WVC Gestão Inteligente, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. Traduções, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre Verdade e Mentira**. Tradução e organização: Fernando de Moares Barros. São Paulo: Hedra, 2008. (Estudos libertários).

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 9 jan. 2019.

PAGNI, Pedro Angelo. A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 68, p. 255-272, 2017.

PAGNI, Pedro Angelo. Diferença, subjetivação e educação: um olhar outro sobre a inclusão escolar. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 87-103, 2015.

PAGNI, Pedro Angelo. Ética da amizade e deficiência: outras formas de convívio com o devir deficiente na escola. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 343-370, 2016.

PAGNI, Pedro Angelo. **Ética, transversalidade e deficiência**: desafios da arte de viver à educação. Curitiba: CRV, 2018.

PAGNI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José da; CARVALHO, Alexandre Fiordi de. Bipolítica, formas de controle sobre a vida e a diferença: olhares outros sobre a inclusão e a resistência na escola. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 205-210, 2016.

PASSETI, Edson. Foucault-antifascista, São Francisco de Sales-Guia e atitudes de parresiasista. *In*: PASSETI, Edson. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 117-134. (Estudos Foucaultianos).

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Maria do Rosário Gergolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVEL, Judith. O pensamento vertical: uma ética da problematização. *In*: REVEL, Judith. **Foucault**: a coragem da verdade. Tradução: Marcos Marciolino. Prefácio: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Parábola, 2004. p. 65-88. (Episteme, 1).

ROSA, Susel Oliveira. Os investimentos em “capital humano”. *In*: ROSA, Susel Oliveira. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 377-388. (Estudos Foucaultianos).

SILVA, Divino José da; VAZ, Alexandre Fernandez. A emergência do sujeito cerebral e suas implicações para a educação. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-230, 2016.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, 1999.

SKLIAR, Carlos. El lenguaje de la norma y los individuos frágiles. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 371-389, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 5 jan. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, Campinas, n. 20, p. 121-135, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Inclusão para saber. Saber para excluir. **Pro-Posições**, Campinas, v. 12, n. 2/3, p. 22-31, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007. Especial.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHO. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Título original: World report on disability. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO\\_MUNDIAL\\_COMPLETO.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf). Acesso em: 8 jan. 2019.